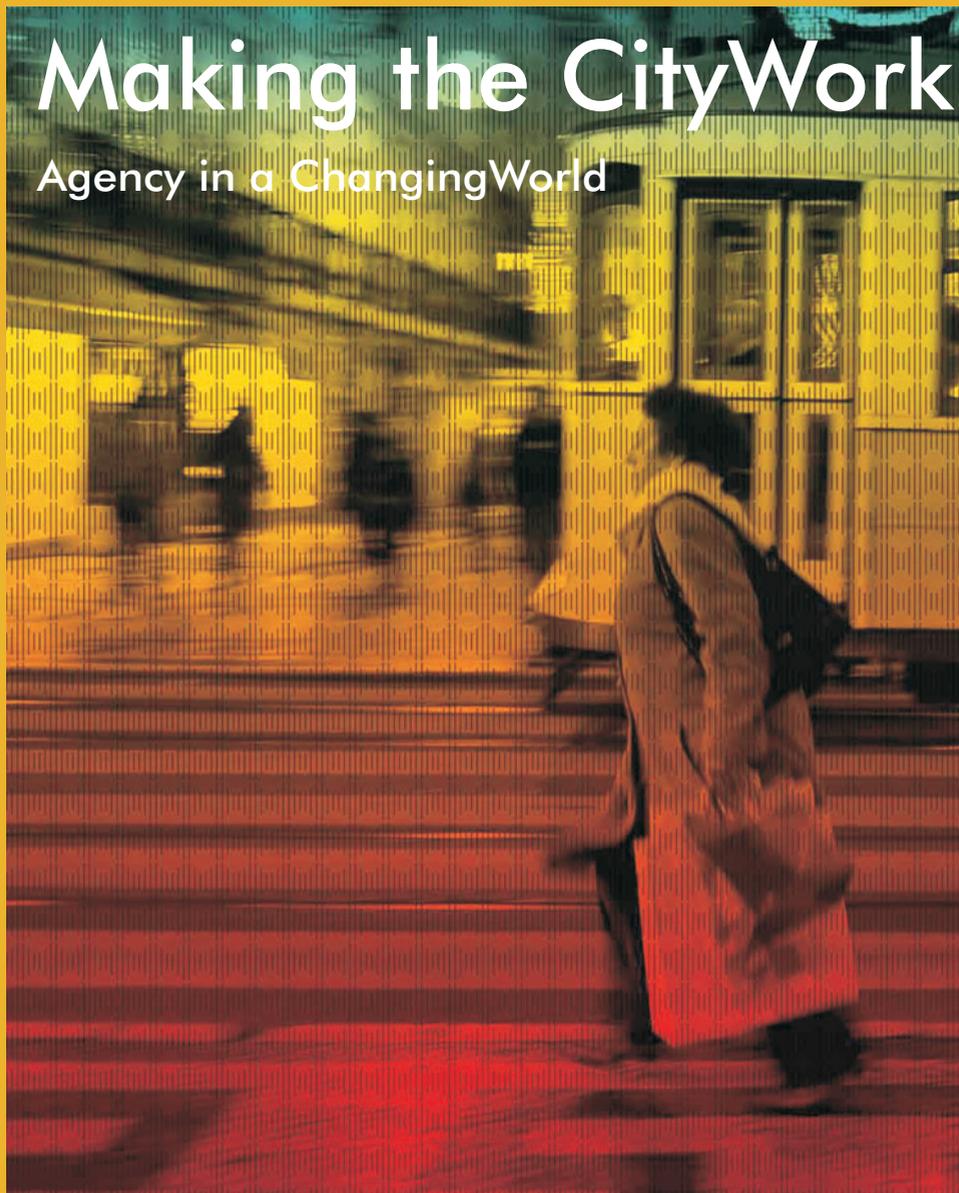


Gonçalo Rocha Gonçalves e Bruno Monteiro
(editors)

SICYUrb • vol. III

Making the CityWork

Agency in a ChangingWorld



SICYurb • Proceedings of the Second International Conference of Young Urban Researchers, vol. III

Making the City Work
Agency in a Changing World

SICYurb • Proceedings of the Second International Conference of Young Urban Researchers

- Vol I *Mobility and Urban Flows. From Transnational Movements to Virtual Flows*
(organizado por Rita d'Ávila Cachado e Joana Azevedo)
- Vol II *Urban Culture in Action. Politics, Practices and Lifestyles*
(organizado por Lígia Ferro, Otávio Raposo e Pedro Abrantes)
- Vol III *Making the City Work. Agency in a Changing World*
(organizado por Gonçalo Gonçalves e Bruno Monteiro)
- Vol. IV *City in Movement. Activism, Social Participation and Urban Reinventions*
(organizado por Inês Pereira, Nuno Nunes e Ioana Florea)
- Vol V *Recomposing the Urban Fabric. Centralities and Peripheries Revisited*
(organizado por João Pedro S. Nunes e Pedro Costa)
- Vol VI *Building and Living the Urban Space. Housing, Tourism and Segregation*
(organizado por Patrícia Pereira e João Martins)
- Vol VII *Public Sociability and Spatial Forms. Meanings and Relations*
(organizado por Graça Indias Cordeiro, Renato Carmo e Sofia Santos)

Gonçalo Rocha Gonçalves e Bruno Monteiro (eds.)

SICYurb • Proceedings of the Second International Conference of Young Urban Researchers, vol. III

Making the City Work

Agency in a Changing World

Ana Beatriz de Souza Esteves
Ana Gonçalves
Daniela Félix C. Martins
Denise Vianna Nunes
Fábio Tozi
Juliana Medeiros Paiva Schmitt
Marlise Sanchotene de Aguiar
Roberto Falanga
Rosângela Lunardelli Cavallazzi
Veronica Dimitrova
Victor Marchezini

Lisboa, 2013

© Gonçalo Rocha Gonçalves e Bruno Monteiro (eds.), 2013

Gonçalo Rocha Gonçalves e Bruno Monteiro (eds.)
Making the City Work. Agency in a Changing World

Primeira edição: novembro de 2013

ISBN: 978-989-732-152-8

em repositório ISCTE-IUL: <http://hdl.handle.net/10071/4307>

Composição (em caracteres Palatino, corpo 10)

Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso

Capa: Lina Cardoso

Imagem da capa: Daniel Moreira

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Gonçalo Rocha Gonçalves e Bruno Monteiro

Contactos:

ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa, Av. Das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Tel.: +351 217903000 • Fax: +351 217964710

E-mail: geral@iscte.pt

Página: <http://www.iscte-iul.pt/home.aspx>

Índice

	Índice de figuras e quadros	vii
	Introdução	1
	<i>Gonçalo Rocha Gonçalves</i>	
1	Urban life valuation during the interwar period in Bulgaria	3
	<i>Veronica Dimitrova</i>	
2	Habitações coletivas do Rio de Janeiro	11
	<i>Denise Vianna Nunes</i>	
3	A criminalização do trabalho popular e a modernização seletiva de São Paulo	31
	<i>Fábio Tozi</i>	
4	Temporary shelters in disaster	47
	<i>Victor Marchezini</i>	
5	As condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis do lixão na capital do Brasil	59
	<i>Juliana Medeiros Paiva Schmitt e Ana Beatriz de Souza Esteves</i>	
6	Investigações artísticas e a construção de narrativas sobre a cidade	77
	<i>Daniela Félix C. Martins</i>	
7	Comunidade, Segregação e Gentrificação no Espaço Urbano	89
	<i>Marlise Sanchotene de Aguiar e Rosângela Lunardelli Cavallazzi</i>	

8	Arcana imperii	105
	<i>Roberto Falanga</i>	
9	On imaginal building as an urban substrata	121
	<i>Ana Gonçalves</i>	

Índice de figuras e quadros

Figuras

1.1	6
1.2	7
2.1	Rua do Ouvidor	14
2.2	Distribuição das habitações coletivas no Rio de Janeiro no final do séc. XIX	15
2.3	Típico-cortico – Estalagem no Centro do Rio de Janeiro	16
2.4	Vila operária	17
2.5	Avenida pb	18
2.6	Casa de Pensão Brasileira	19
2.7	Avenida Central em 1905	20
2.8	Edifício Praia do Flamengo	22
2.9	Detalhes dos prédios Guahy, Itaóca. Fachadas do Biarritz, Imperator, Itacuahy e Itaóca	25
2.10	Conjunto residencial Marquês de São Vicente, projeto de Affonso Eduardo Reidy	27
2.11	Conjunto residencial Prefeito Mendes de Moraes, projeto de Affonso Eduardo Reidy	27
3.1	São Paulo: Equipamentos de trabalho e estratégia anti-fiscalização de um vendedor de rua	42
3.2	São Paulo: Estratégia anti-fiscalização de um vendedor de rua ...	42
3.3	Curitiba: Vendedor de filmes piratas	43
3.4	São Paulo: Vendedores com lonas	43
3.5	Paris: Vendedor de milho quente	44
4.1	Sheets to make “shells”: temporary shelter of Marcos Konder School, city of Ilhota/Santa Catarina, Brasil	53
4.2	Objects of homeless at temporary shelter of Marcos Konder School, city of Ilhota/Santa Catarina, Brasil	54

4.3	Dressing table in temporary shelter of Marcos Konder School, city of Ilhota/Santa Catarina, Brasil	55
4.4	Total exposure at temporary shelter of Capela Cristo Rei's Parochial Salon, city of Ilhota/Santa Catarina, Brasil	56
5.1	Porcentagem de catadores por escolaridade	65
5.2	Região por naturalidade dos catadores	66
5.3	Faixa etária dos filhos dos catadores	68
5.4	Faixa etária dos filhos dos catadores	71
5.5	Percentual de catadores por faixa de renda mensal	72

Quadros

2.1	Decreto 2.087 de 1925	23
5.1	Percentual de Catadores por Faixa Etária	64
5.2	Percentual de Catadores por Estado Civil.....	65
5.3	Percentual de Catadores segundo o motivo pelo qual trabalham com a catação	70
5.4	Percentual de catadores por dias trabalhados por semana	71

Introdução

Gonçalo Rocha Gonçalves

Este volume aborda as dinâmicas, experiências e representações dos atores envolvidos na construção e permanentes reconstruções da cidade, nas suas múltiplas dimensões. Os nove textos que o compõem revelam alguns dos mundos do trabalho e dos trabalhadores envolvidos na invenção, administração e reinvenção de estruturas que ao longo dos últimos séculos transformaram a 'cidade' num elemento essencial da organização socio-espacial da sociedade e impuseram novos ritmos à vida quotidiana, criando e sustentando um 'modo de vida urbano'.

Desde a cidade industrial do século XIX até à cidade global do século XXI, o 'urbano', enquanto conjunto de territórios físicos, sociais e culturais, tem sido permanentemente inventado e reinventado. Para essas transformações contribuíram e contribuem uma ampla panóplia de instituições, formas de organização social do trabalho e indivíduos.

As formas como estes atores, nos seus campos de ação, imaginam, produzem e representam, de maneira consciente ou inconsciente, a cidade é algo, de forma mais ou menos direta, presente em todos os textos agora apresentados. Os dois primeiros capítulos trazem-nos uma perspetiva sócio-histórica sobre os múltiplos atores envolvidos no *fazer* da cidade e da vida urbana. Abordando dois casos geográfica e socialmente distintos — o Rio de Janeiro da viragem para o século XX e a Bulgária dos anos 1920 e 1930 — as autoras mostram como tanto a construção física da cidade como a emergência de novos hábitos de vida dependeram da agência de múltiplos atores. Também na cidade contemporânea essa multiplicidade pode ser observada. Os exemplos brasileiros assumem aqui especial relevância. Dos vendedores de rua em São Paulo, aos sem-abrigo em várias cidades deste país da América do Sul, passando pelos artistas de rua e as suas performances em Salvador da Baía, pelo catadores de lixo em Brasília, ou, num plano social e de poder mais elevado, pelos planeadores urbanos no Rio de Janeiro, assim são os variados processos e os atores de construção física e vivência social da cidade. Finalmente, os

dois últimos capítulos abordam temas bastante diferentes dos anteriores mas igualmente reveladores de um enfoque nos atores e da sua agência nos processos de produção e reprodução das forma de vida 'urbanas'. Roberto Falanga traz-nos o 'cidadão' e o seu papel nos processos de governação urbana com o exemplo dos orçamentos participativos. Ana Gonçalves analisa como os cientistas sociais são eles próprios produtores de um imaginário urbano específico e podem também ser mobilizados para este tipo de abordagem.

Concluindo esta muito breve apresentação, os textos que fazem parte deste volume analisam uma ampla diversidade de contextos urbanos, redes e relações de poder, conflitos, distâncias e proximidades geográficas, sociais, culturais e económica, estratégias e táticas do quotidiano urbano que ao longo dos tempos foram dando corpo à cidade e à vida urbana. Estes textos trazem-nos de específico um outro *modo de olhar* a cidade, focado nos atores e nas suas rotinas de trabalho. São assim os variados percursos destes *atores urbanos* que estes textos nos convidam a conhecer.

Capítulo 1

Urban life valuation during the interwar period in Bulgaria

Veronica Dimitrova

Project coordinator at Sofia University (vdimmm@abv.bg)

Abstract

During the Bulgarian Renaissance, when the Bulgarian national identity was invented, the big city is plural — composed of multiple ethnic groups, not nationally uniform. Therefore, its image is negatively charged — he is described as dirty, lecherous, and as a place of depravity. After the Liberation of Bulgaria the big city image is also negative because it is described in terms of the Ottoman heritage in contrast to the new “European development”. Before the First World War I the city is governed with varying success, begin construction of sewerage, water supply and electrification. After First World War I intellectuals’ discussion on group identity also loaded the city with negative assessments. Urbanization, increasing urban population, migration from rural to urban, the effects of which are felt most strongly in the interwar period, on the one hand, lead to the problems of urban lifestyle and loaded negatively, as opposed to rural, as new form of occupation and, secondly, to the needs of the residents to explain it. The purpose of this presentation is to trace how within these processes occur characters and identities in interwar period in which, despite the dominant discourses that overwhelm the city’s negative image, reflect a positive city life.

Immediately after the Liberation of Bulgaria in the capital are appointed hygienists who monitor the hygienic condition of the city. Hygiene occurs in the city, not only because it is much more threatened by epidemics, but because it tries to combat chaos, filth and moral vices. However, in medicine in Bulgaria by the end of World War I dominated private individual healing to hygiene. During the interwar period, the position of cleaners persist. Why is this important? Through a new Public Health Act of 1929 is made the first step for hygienic propaganda among the urban population. This hygienic propaganda and the first attempts for bio politics’s in Bulgaria created categories that provide resources for valuation of urban life — not by intellectuals but by urban dwellers — the “socialist pale babe” and housewife. The purpose of the presentation is to

show how urban living is valued by these characters. In one case — through the care and private consumption, in the other — by the image of the tormented, tuberculous socialist. And how from other side is approved the hygiene use.

In this topic I will present a part of my thesis. On one side, I will try to trace out the construction of the citizen body in the modernization medical discourses that attempt to regulate the relationship of the citizen towards his body and the inhabited environment. The very process is accompanied by major changes within the urban texture such as the building of water supply, sewerage, road network, electrification, construction of buildings. These urban changes are impossible without adjustment of everyday thinking in their direction. Recognition of medical and hygiene discourses in particular needs dissemination of medical knowledge among the population. The transmission of concepts itself is not done unproblematically.

Here I will use Quentin Skinner's concept of rhetorical change. One group takes certain concepts and terms when there is an interest in using them for its purposes at hand, giving them new assessment values (Skinner 1999: 60-73). On the other hand, I track out images of the city and characters that attribute values to the urban life through medical concepts and terms. This topic is significant because during the interwar period, urban life has been heavily criticized and portrayed negatively — in terms of vice, depravity, corruption. So I do explore figures and identities that attribute values and reflect the urban life through medical terms for the body. But first let's have a look at the urban images and the urban background that serve as a context for the appearance of the medical enlightenment and the figures who attribute values.

During the Bulgarian Enlightenment, when the Bulgarian national identity was formed, the big city was described as plural, but it was not homogenic — it was composed of many ethnic groups. So the image is negatively charged — it was described as dirty, depraved, and a place of vice (Kiossev 2003: 160). After the liberation the big city image was still negatively portrayed because it was described in terms of the Ottoman heritage in opposition to the new "European development". Before World War One the city of Sofia was planned and regulated with varying success. The construction of sewerage, water supply and electrification began. Sofia's population grew by several times (population — 1879-11657, 1900-68789, 1910-102812, 1920-154025, 1934-287095) which led to recognizing new negatives of urban life such as alienation, vanity, vice.

After World War One high talking (intellectuals) and reflection on group identity is also non-urban and in a sense anti-urban. As stated by Milena Yakimova: "For leftist poets and social novelists the city is a place of alienation and vice, and for analytical discourses speakers — hygienists, engineers, architects — it is a poorly developed place that needs a sanitary and

moral prophylaxis" (Yakimova 2010:66). During this period, the dominant positive image is that of the people and the peasant — pure, virtuous by nature, corrupted by party-political life and civilization processes. The image of the citizen is opposed to the peasant by two logics: 1. in urban-rural opposition 2. in the idea of collectivity, community, integrity, as opposed to atomization, individuality.

On this background the biopolitical, contrary to the dominant trends in high ideological construction of collective identities, is trying to construct the body of an individualized and atomized citizen. Social hygiene occurs in the city, not only because it is much more threatened by epidemics, *but because it tries to combat chaos, filth and moral vices, that is to say it is trying to arrange, discipline, regulate*. However, in medicine in Bulgaria by the end of World War One private individual healing prevail over hygiene. There are two ideologically opposed movements in medicine in Bulgaria. "Rusevist's" that focus on individual body and treatment. And "orahovist's" who advocate for public health with an emphasis on prevention and improvement of living and working hygiene conditions (Daskalov 2005: 51). At the beginning of the interwar period the orahovist's ideas began to win recognition. They underlie a number of laws — the Law on Labour Hygiene, Law on Public Health, Law on Prostitution, etc. All these regulations promote the idea that prevention and hygiene are much more important for the health of the "population" (not patients). They also undertake to educate new "medical consciousness" (Foucault 1994: 70) through propaganda. *Thus, in the interwar period the objects themselves to which hygiene propaganda must be targeted are determined — residents of poor neighborhoods — as the most threatened by epidemics; the housewife who should carry out prevention in the family; prostitutes as spreaders of various venereal diseases.*

This hygienic propaganda and the first attempts for biopolitics made in Bulgaria gave categories that provide resources for valuation of urban life — not by intellectuals but by urban dwellers — by the wan socialistic offspring and the housewife.

The image of the "good housewife" and the urban life valuation

(In this section I have researched the two women's magazines with the highest circulation, a number of memoirs, biographies and stories)

During the interwar period women life is closed within the family and related mainly to the household. Values are attributed to urban life through care for the personal space of home and body and through consumption. However, the connection of the "good housewife" image to the city is multi-layered. On one hand, magazine readers are mainly in Sofia, and on the other hand, the very magazines are target to civilize urban women. On third hand, the possibility conditions of the "good housewife" image derive from the urban life,



Figure 1.1

The consumption of soap was very important mark of distinction of good housewife and have important role for prevention the population of epidemics. The consumption of soap increased after the World War One, because the military discipline. But still in this period in case of epidemics it was hard for urban hygienists to convince the population of poor quarters to use it (even in a very low price).

(Ikonomiya I domakinstvo 1931-32, 8: 26)

by the “coexistence of diverse variety of others” (Wirth 2002) and the residents need to differ from one another. The housewife world consists not only of household responsibilities, but also of building the family image. Thus, *home and body are both instrument and object of everyday working women.*

By defining the women role, *first*: her basic activity — preparation for the public — is not admitted directly in the public space, and is concentrated in the private (at home), *second*: separation of private by the preparation for the public is valued as far as it offers an opportunity for a return (directly or indirectly), and *third*, as the man is dominant in the public, his wife relations are highly important. In other words, the housewife produces vital chances not only for herself but for the whole family. So *health becomes housewife’s capital for maintaining everyday image* — it is highly evaluative. Therefore hygiene and body healing have an important place as a mark of distinction. Consumption of hygiene products occupies a special place. (Here I’ll show you some ads.)

To conclude — city life is valuable as far as “good housewife” qualities can be distinguished in the city. And part of this distinction was done in terms of hygiene.



Figure 1.2

After the World War One the population suffered from a number of epidemic diseases, because of the lack of food. This advertisement is for sugar. Here the doctor says: "You are anemic. Eat more sugar! It is not fattening." The sugar, chocolate were thought as cure for epidemics..

(Moderna domakinya 1927-1928, 10: 236)

"Wan socialistic offspring" and the urban life valuation.

Now let's have a look at the "wan socialistic offspring." City life after World War One has changed — the matrix of social inequality has been rearranged. After the war, slums and illegal constructions in the suburbs increased rapidly. Refugees bring even more chaos in the urban environment. Hunger and disease are common in those neighborhoods. The most densely populated neighborhood in Sofia is the slum Yuchbunar, established after the liberation. It is described by the writer Chavdar Mutafov as a "city within a city", but at the same time "out of town." (Mutafov 1941) Not surprisingly, the municipality proposed division of the city into two parts, with a dividing line going along the borders of Yuchbunar. The neighborhood itself is described as: "This is a republic of clowns and a state of martyrs. It is the circus of Sofia, its parody and its apotheosis of perverted grandiosity" (Mutafov 1941). It is a place of vice, misery and hunger. That is the place inhabited by the so-called "wan socialistic offspring" (Smirnenski 1921). Speaking of this characters, a main example and a moving element of analysis will be the poetry of Hristo Smirnenski who grew up and lived in Yuchbunar. Since the 20s he turned his poems into a protest to the existing urban reality. Exactly these characters attribute values to urban life in a hidden and a special way.

Smirnenski describes the city as a place where social inequality is most highly visible:

"Anger-bound is what you are
 Oh, noisy and lewd city
 And your electric globes
 Sparkle festively in vain!
 That every violet night
 You watch the poor kids

And the unjust insult
 On the weary faces"¹
 (*Smirnenski*, 1988)

As we can see here and as other of his poems advocate the city is a place of misery, hunger, epidemic for one and opulent for others. In terms of inequality, it is described negatively.

During World War One the Law on Hygiene and Safety was worked out. This is when factories and companies started being hygienically regulated. In the 20-s started strengthened monitoring of working conditions that are considered major agents of various social diseases — especially tuberculosis. Tuberculosis is a one of the diseases that is highly dependent on the working and living conditions. Why is this important? Because Smirnenski continuously used as a descriptive mechanism the tubercular effect, "paleface they die by millions."

The main metaphor is the sick tuberculous city which will "cough" the crowd that will make the socialist revolution. On the other hand, the main agent of this revolution is "pale, wan," as a symbol of tuberculosis — the socialistic offspring. This is how medicine categories started being used in new directions, that served for other purposes. But as we see here the very matrix of Marxism is changed — while in Marxism the revolution would burst due to labor alienation and means of production, this revolution will erupt because of the working and living conditions, and their hygiene. And the city will be positively valued in the future because it will be the arena of revolution, it will bring together "the crowd" which will overturn its social order.

The city street is an arena of the collision:

(Here I have selected a two contradictory passages from the poem "The Street")

"It thunders with ever present peals
 And with the infinite troubles of the world
 Whispering its bloody threats
 Pressed by stone Titans
 And the burden of colorful vanity.
 ...
 But stalks the streets with menace,
 Bristled like a fiery dragon,
 Concealing flames of the volcano
 Upon first call of the festive bells
 Ready to overflow its lava."
 (*Smirnenski*, 1921)

1 The poem was published in 1921.

As we have seen — both figures attribute values to urban life in two different ways — in the future of the city and the city as a place of distinction. Medical discourses give conceptual resource to the attribution of values to the city, and on the other hand, through this transfer of concepts they are approved.

Bibliographical references

- Daskalov, R. (2005), *Bulgarian Society. Population, Society, Culture*, Sofia, izdatelska kushta "Gutenberg".
- Foucault, M. (1994), *The Birth of the Clinic. An Archaeology of Medical Perception*, Sofia, KX.
- Ekonomiya I domakinstvo (Economy and household), *Woman magazine*, Editor Teodora and Stefan Peikovi, (1931-1932), Sofia, book 8, pp. 26.
- Kiosev, A. (2003), "Plovdiv I dalechnoto. Kum otnoshenieto mejdu kulturna urbanistika I imaginerna geografij." in *Sociological Problems*, pp. 160-190.
- Moderna domakinya (Modern housewife), *Woman magazine*, Editor Ana Miteva, (1927-1928), Sofia, book 10, pp. 236.
- Skinner, Q. (1999), *Rhetoric and Conceptual Change. Finnish Yearbook of Political Thought* 3, pp. 60-73.
- Smirnovski, H. (1988), *Subrani suchinenia*, Sofia, Nauka I izkustvo.
- Wirth, L. (2004), "Urbanizm as a way of life", in *Gradut*, Sofia, KX.
- Yakimova, M. (2010), "Normativniqt rechnik na softiiskiq tarikat I ocenostqvaneto na gradskiq jivot" in *Sofia na prostoludieto*, Sofia, Iztok-zapad.

Habitações coletivas do Rio de Janeiro **Transformações entre os séculos XIX e XX**

Denise Vianna Nunes

PROURB/UFRJ/Brasil (denise@all.com.br)

Resumo

O presente artigo procura apresentar e discutir grandes transformações ocorridas, entre os séculos XIX e XX, nos espaços de morar coletivos da cidade do Rio de Janeiro no Brasil. Moradia popular, as primeiras habitações coletivas receberam diversas designações conforme suas variações morfológicas; em comum tinham a precariedade e as péssimas condições de higiene e privacidade. No século XX, com o surgimento de novas tecnologias, as habitações coletivas se verticalizaram e se elitizaram no edifício de apartamentos. Morar de forma vertical significou a síntese de grandes mudanças em muitas esferas do morar: o surgimento de novas técnicas construtivas, novas formas de financiamento e comercialização e, especialmente para a Zona Sul da Cidade, novo significado simbólico. Nos anos 1940 os conjuntos habitacionais, grande parte verticalizados, trouxeram parte da população mais pobre de volta ao modo de morar coletivo, então sob o conceito moderno de habitar.

Introdução

A habitação coletiva, ao surgir no Rio de Janeiro no século XIX, abrigava, de modo geral, precariamente a população pobre: ex-escravos, migrantes e emigrantes que convergiam para a capital do país em busca de trabalho. Esta tipologia percorreu um complexo processo de transformações, se verticalizando no início do século XX, até que, no final da década de 1930, se consolidou no seu padrão moderno — o edifício de apartamentos — como moradia das classes média e alta. A partir das décadas de 1940/50, parte da população de baixa renda voltou a habitar coletivamente nos edifícios de apartamentos que integravam os conjuntos habitacionais.

As grandes transformações ocorridas, entre os séculos XIX e XX, nos espaços de morar na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente daquelas

habitações que se agrupavam ou no mesmo terreno ou sob a mesma cobertura, constituindo-se nas habitações coletivas da Cidade, são o objeto deste estudo.

Partimos da premissa indicada por Lilian Vaz (2002, p.17) de que a habitação é definida historicamente de acordo com o desenvolvimento das formações econômico-sociais em que se manifestam e de que há uma relação intrínseca destas com as transformações da habitação — nos seus padrões, nas maneiras de produzi-las, de usá-las e de pensá-las. Marcelo Tramontano (1993, p.1) sintetiza o mesmo conceito: (...) às transformações da sociedade correspondem — ao que parece — transformações nos espaços de morar (...). Assim sendo, nossa reflexão parte da contextualização da moradia coletiva carioca entre os séculos XIX e XX para tentar compreender sua gênese e a origem da grande demanda por habitação na cidade do Rio de Janeiro.

Habitar coletivamente pressupõe a idéia de compartilhar equipamentos, que diferem a cada momento histórico e em cada grupo social. Inicialmente eram os tanques, WCs, pátios e corredores. Hoje muitos condomínios possuem áreas de lazer complexas, várias certamente super dimensionadas. A modernidade parece ter destinado grande parte dos habitantes do Rio de Janeiro a morar coletivamente.

Conceituações

Durante o século XIX o sentido do termo habitação era bem amplo. Neste período todas as construções eram consideradas habitações já que grande parte da população morava junto às suas atividades produtivas. Assim as estatísticas não diferenciavam claramente áreas residenciais de comerciais referindo-se apenas a número de habitações por freguesia para informar o quantitativo de domicílios.

Nas primeiras habitações coletivas cariocas pouco pode ser encontrado da etimologia da palavra *habitar* (do latim *habitare*, ocupar como residência, residir, morar, viver em, estar, permanecer). Moradia popular, esta tipologia, na segunda metade do século XIX restringia-se, a partir da dissociação da unidade moradia/trabalho, ao espaço do não-trabalho. Esse atributo se refere em especial ao entendimento do que seriam os cortiços, ideia associada à de colméia, formada por minúsculos casulos que abrigam as abelhas operárias que passam o dia trabalhando; portanto uma habitação que serviria apenas como local de breve descanso antes da retomada da jornada. No séc. XIX a legislação municipal já definia as casas coletivas como (...) todas as que abrigarem sob a mesma cobertura, ou dentro da mesma propriedade (...) famílias diversas, constituindo unidades sociais independentes.

Entre os séculos XIX e o XX as habitações coletivas sofreram diversas transformações até aquela, que a partir dos anos 1930 se tornou representativa da modernidade, trazendo uma nova compreensão do termo: o edifício de

apartamentos. Esta nova tipologia adquiriu significado de bem morar e de morar de forma moderna, o morar moderno. Foi largamente aceita e permanece, com algumas modificações, sendo a hegemônica forma de morar entre os habitantes das classes alta e média do Rio de Janeiro. Como habitação popular esta tipologia foi adotada em muitos conjuntos habitacionais a partir dos anos 1940. A partir do Decreto n.º 3.800 de 1970 a legislação urbanística passou a adotar o termo habitação multifamiliar para edifícios de apartamentos procurando assim um distanciamento do sentido pejorativo e promíscuo associado às primeiras habitações coletivas e em oposição ao de habitação unifamiliar — a moradia isolada.

Primeiras habitações coletivas — habitações populares

O contexto urbano

O estabelecimento da República, a abolição da escravatura e a industrialização foram questões pertinentes às últimas décadas do século XIX; ainda presentes no início do século XX promoveram grandes transformações na Cidade: o contingente populacional se expandiu, trazendo diversidade e pluralidade cultural, assim como a necessidade de novos programas em arquitetura como clubes, cinemas, cafés, além de uma maior demanda por habitação. O adensamento demográfico e o aumento no número de edificações foram as consequências naturais deste processo (figura 2.1). No entanto, o quantitativo de novas moradias não foi suficiente para suprir a demanda. O sistema construtivo baseado na tradição vernácula transmitida pelos mestres-de-obras era muito lento. Além disso, as novas atividades comerciais e industriais passaram a ocupar espaços antes destinados à habitação, reduzindo a já insuficiente oferta, o que atingia basicamente as camadas pobres — a maior parcela dos moradores. Com a grande procura, os altos aluguéis e a falta de recursos da população, o uso dos espaços disponíveis se intensificou, contribuindo para o aumento da densidade habitacional e para o agravamento das já precárias condições de higiene das habitações. Assim, a habitação coletiva foi a resposta à crise de moradia, tendo se tornado o padrão de moradia de massa.

A posse de um terreno passou, neste momento, a ser encarada sob um novo ponto de vista: não mais como um patrimônio familiar, mas cada vez mais como uma mercadoria, uma fonte maior de renda. Assim sendo, conforme explica Maurício Abreu (1986, p.49), o maior obstáculo à eliminação dos cortiços estava no fato de estes representarem uma enorme fonte de lucros. Neste sentido, o seu combate encontrou inicialmente enorme oposição, tamanho eram os interesses envolvidos.

A expansão urbana foi impulsionada pelo desenvolvimento de modernos sistemas de transportes (trens em 1861 e bondes em 1868) bem como por um conjunto de serviços de consumo coletivo como iluminação a gás em



Figura 2.1 Rua do Ouvidor

Fonte: //bp2.blogger.com/_zBQmaM_mMl/SBSbT1yNcwI/AAAAAAAAA0/_C4BYkI6aVQ/s1600-h/OUVIDOR+2.jpg, acessado em 10/03/2010

1854, água em 1880, esgoto em 1862, que reestruturaram o deslocamento de homens e mercadorias, definindo um novo contexto que ampliava consideravelmente as possibilidades de atuação do capital, favorecendo a instalação de novas construções destinadas às indústrias, ao comércio e às novas habitações.

A medida que a industrialização avançava, a elite ligada a este grupo, ao comércio e às atividades bancárias impunha seus valores culturais e sua visão de mundo promovendo a ação dos Governos da União e do Distrito Federal na expansão urbana em duas direções: uma litorânea, onde as classes média e alta da sociedade carioca se estabeleceram, e outra ao longo das vias-férreas, opção possível para a população de baixa renda, que vinha sendo expulsa das áreas centrais e nobres.

Primeiras habitações coletivas

O centro da cidade do Rio de Janeiro constituía-se, ainda nas últimas décadas do século XIX, no local de moradia e trabalho de grande parte da população. De modo geral, os patrões provinham a moradia para os trabalhadores nos seus locais de trabalho, como padarias, tipografias, armazéns, etc. Com a expansão do setor comercial e industrial e a demanda por mais espaços no Centro a unidade trabalho/moradia foi sendo quebrada.

A estrutura fundiária que caracterizava o Rio de Janeiro, no séc. XIX era ainda a colonial com construções uniformes em lotes estreitos e profundos. As edificações eram predominantemente compostas por casas térreas e sobrados.

Mapa Cortiços Com as novas facilidades de movimentação dentro da Cidade, as famílias mais abastadas procuravam regiões mais afastadas do Centro

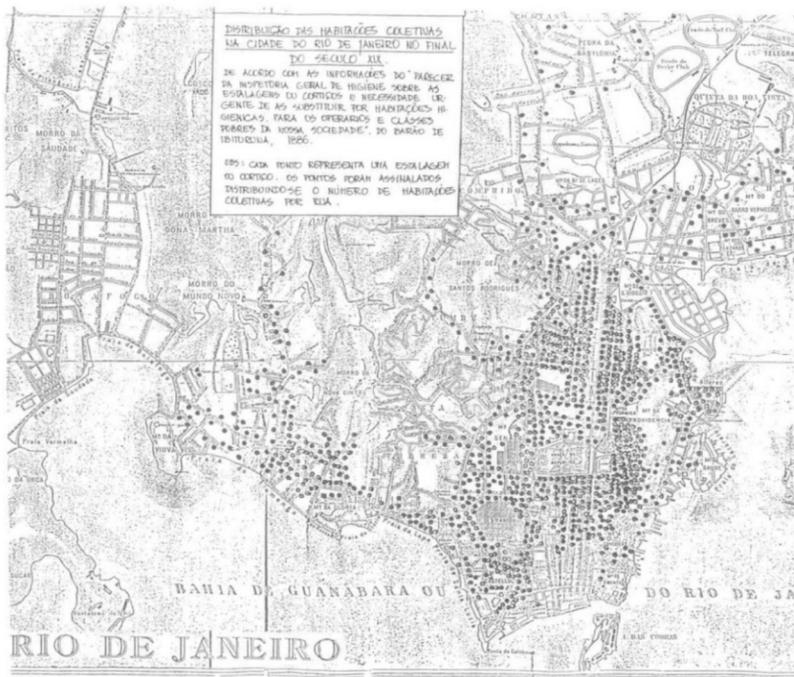


Figura 2.2 Distribuição das habitações coletivas no Rio de Janeiro no final do séc. XIX

Fonte: Barão de Ibituruna, 1886 in Vaz, 1994.

para morar, como as chácaras de Laranjeiras e adjacências. Os proprietários de mansões e/ou terrenos no Centro, muitos pertencentes à nobreza, passaram a ceder seus imóveis a arrendatários, em geral pequenos comerciantes portugueses, para a subdivisão e/ou construção de pequenas casinhas nos fundos para aluguel e exploração também de uma venda ou taberna anexa. Outras vezes estes dois agentes da produção se reduziam a apenas um, presente ou não no estabelecimento. Os aluguéis eram, em geral, exorbitantes e os rendimentos fabulosos.

No final do século XIX, as habitações coletivas estavam presentes em toda a cidade (figura 2.2), concentradas ao redor do Centro, cada vez mais restrito ao uso comercial. Com o aumento da densidade urbana, deterioravam-se as condições de higiene no interior das edificações e agravavam-se as condições de salubridade devido a periódicas epidemias. O termo *cortiço* foi o que assumiu caráter genérico para designar as primeiras habitações coletivas, apesar da existência de diversas denominações relativas a formas arquitetônicas distintas. As *estalagens* foram uma das primeiras.



Figura 2.3 Típico-cortico – Estalagem no Centro do Rio de Janeiro

Fonte: AGCRJ, in Vaz, 2002, p.29.

As *estalagens* se constituíam em grupos de minúsculas casas térreas, “quartos” ou “casinhas” de porta-e-janela, enfileiradas em um ou dois lados dos quintais, formando um pátio ou corredor de acesso e dotadas de elementos de uso coletivo: pátio, tanque, wc e banheiro (figura 2.3). Seu pequeno espaço privado, agravado por sublocações, impunha que as atividades do cotidiano fossem deslocadas para as áreas comuns, que se constituíam no elemento central, marcado pela presença de dia de lavadeiras, crianças e animais domésticos e à noite de carrinhos e carroças.

Segundo Vaz (2002, p.28), desde a primeira metade do século XIX sabe-se da existência de *estalagens* e estas teriam sido proibidas ainda no mesmo século. Sua forma e seu processo de produção se remeteriam aos antigos cortiços da cidade do Porto (Portugal), conhecidos como ilhas. A autora também estabelece uma analogia entre as *estalagens* e as *senzalas*. Ambas as tipologias apresentavam um sucessão de quartos enfileirados, de construção de qualidade inferior, com espaços internos reduzidos e iluminação e ventilação deficientes. Em ambos os casos eram oferecidas condições mínimas para os trabalhadores descansarem entre as jornadas de trabalho, com a diferença que, em cada caso, a chave estava em um lado diferente da porta.

As *casas de cômodos* se originaram de muitas mansões urbanas, que tiveram seus espaços internos fragmentados e alugados por arrendatários à



Figura 2.4 Vila operária

Fonte: //farm1.static.flickr.com, acessado em 7/11/2009.

diversas famílias. Muitas casas térreas e sobrados foram também subdivididos internamente adquirindo as mesmas características. Em todos os casos permaneciam os elementos de uso coletivo: tanque, wc, banheiro e corredor.

As estalagens e as casas de cômodos eram objetos arquitetônicos de morfologias distintas, que resultavam de um mesmo sistema de produção: a exploração de moradia barata e de má qualidade destinada a classe operária com grande margem de lucro.

Com o adensamento populacional nos cortiços e o aumento das epidemias, a sociedade e o Poder Público passaram a estabelecer uma relação direta entre as habitações coletivas e duas ameaças potenciais: a propagação de doenças e a convulsão social. Em represália a estas habitações coletivas várias medidas foram tomadas: a partir de 1856 foram impostas normas sanitárias e a obrigatoriedade da licença para novas edificações; a partir de 1873 a construção de estalagens foi proibida na área central e adjacências; algumas habitações coletivas insalubres foram fechadas; em 1893 foi proibida a construção de novas estalagens e casas de cômodos em toda a Cidade e qualquer conserto ou reconstrução nas existentes (Vaz, 2002, p.32).



Figura 2.5 Avenida pb

Fonte: www.fotolog.com.br, acessado em 02.09.2009.

Sanitaristas, empresários imobiliários e o Estado se aliaram na proposta de uma habitação coletiva mais higiênica — as *avenidas e vilas operárias*. A partir de 1880, surgiram grandes fábricas têxteis e a demanda por moradias para seus trabalhadores (figura 2.4). Segundo Vaz (2002, p.33), o Estado imperial incentivou estas construções, concedendo favores a construtores a partir de 1875, como o direito de desapropriação de prédios e terrenos e a isenção de impostos e de taxas alfandegárias para a importação de materiais de construção.

Ao construir estes conjuntos os industriais tinham a intenção de controlar o operariado e aumentar a produtividade do estabelecimento, além de introduzir modos de morar e viver que preservasse a ordem.

Na década de 1920 contribuíram para o encerramento da sua produção e manutenção tanto uma maior oferta de mão-de-obra como a valorização imobiliária dos bairros.

A *avenida* surgiu no final do século XIX, a partir da modernização dos antigos cortiços, que tinham suas instalações sanitárias ampliadas ou melhoradas (figura 2.5). Foram construídas longe do Centro, nos bairros em formação. No Censo de 1906 o termo *avenida* foi substituído por *familistère*. Neste ano, havia 808 *avenidas* com 7.212 casas em toda a Cidade, número superior ao das *estalagens* — 443, com 4.503 casinhas. Esta tipologia também se apresentava como um negócio lucrativo para grandes e pequenos investidores, mas seu alto custo inviabilizou o seu aluguel para os moradores de baixa renda, habitantes dos cortiços. Como sintetizou Vaz (2002, p.45), iniciava-se o processo de melhoria das moradias mediante a substituição de seus moradores. No início da Primeira República foram aprovadas dezenas de concessões para construção de *avenidas*, mas muito poucas foram efetivamente construídas.

A tipologia *avenida* foi substituída, com o Decreto nº. 2.087 de 1925, pela *villa*, passando a ser definida como conjunto de habitações isoladas em prédios

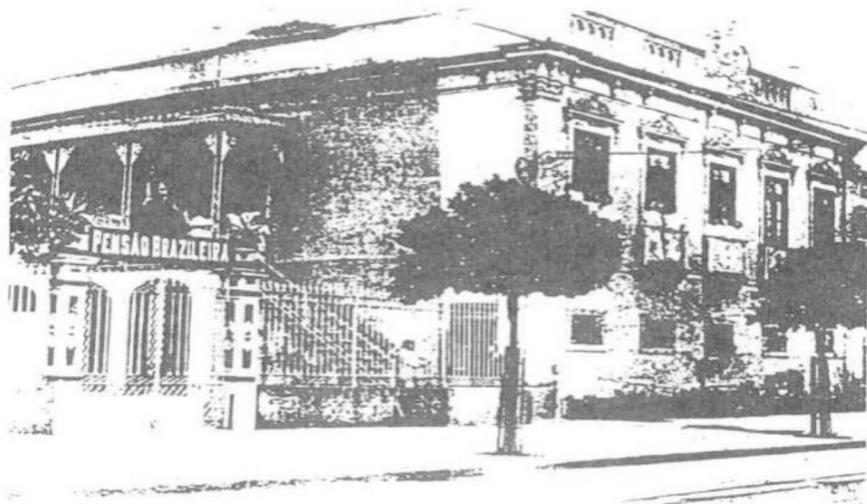


Figura 2.6 Casa de Pensão Brasileira

Fonte: VAZ, 1994, p.125.

separados ou não, e dispostos de modo a formarem ruas e praças interiores, sem caráter de logradouro público”. Portanto não mais foram caracterizadas como habitações coletivas, afirmando a tendência de serem ocupadas pelas classes médias. Sua construção foi posteriormente proibida pelo Decreto n.º 6.000 de 1 de julho de 1937.

A *casa de pensão* era a moradia coletiva das elites, não era insalubre nem popular (figura 2.6). Versão carioca dos *hotel garni* franceses, os apartamentos eram alugados em grandes e luxuosas residências. Esta tipologia teve sua versão verticalizada e modernizada nas casas de apartamentos, sobre as quais falaremos mais adiante.

A ação do Estado: a Reforma Passos

A cidade do Rio de Janeiro foi palco de intervenções urbanas do Estado republicano brasileiro em busca de um caráter cosmopolita e moderno no início do século XX. A reforma urbana implementada durante a administração do Prefeito Pereira Passos (1902-1906) se constituiu na primeira grande intervenção dos poderes municipal e federal sobre o espaço urbano carioca, centrada nos controles sanitário, urbanístico e da circulação. As obras de saneamento e embelezamento, a renovação da área portuária, o alargamento e a retificação



Figura 2.7 Avenida Central em 1905
Fonte: Cohen e Gorberg (2007, p.11).

de ruas, a abertura de avenidas, contribuíram para a eliminação das antigas habitações coletivas existentes no Centro (figura 2.7). A parcela da população mais dependente da centralidade, em geral biscateiros e pessoas sem emprego fixo, manteve-se mais frequentemente nos bairros antigos periféricos ao Centro residindo em habitações coletivas remanescentes ou em favelas.

Com a reforma urbana a emergente indústria da construção civil recebeu notável impulso. Além de edifícios comerciais para a nova área central, tornava-se necessário construir habitações nos vários bairros em formação, procurados para moradia pela crescente classe média, formada por funcionários públicos, profissionais liberais e comerciantes, entre outros. Nas primeiras décadas do século XX somou-se à melhoria das condições de salubridade o desaparecimento gradual dos cortiços do cenário urbano para que a habitação coletiva popular fosse se tornando menos interessante tanto para o Estado como para a iniciativa particular. Além disso os empreendedores e proprietários de terrenos tiveram seus lucros reduzidos pelas exigências sanitárias para a construção de casas populares, em resposta voltaram-se para a emergente classe social que podia arcar com alugueis mais altos.

As inovações técnicas — o concreto armado e o elevador — permitiram o surgimento de um novo padrão verticalizado, que poderiam aumentar a rentabilidades dos lotes urbanos. No entanto todo o processo de construção teve que ser revisto. Surgiram então as primeiras habitações coletivas verticalizadas: as casas de apartamentos.

Habitações coletivas verticalizadas

Casas de apartamentos

As casas de apartamentos receberam inicialmente diversas designações: casas de apartamentos, casa ou prédio coletivo de apartamentos, casa de habitação coletiva, casa ou prédio para renda, arranha-céu de apartamentos, apartamentos.

Como demonstra Vaz (2002), o programa de necessidades desta tipologia apresentava similaridades com o das casas de pensão, não mais em grandes casas antigas, mas em prédios novos, especialmente construídos para este fim. Sua forma arquitetônica era radicalmente diferente, mas extremamente semelhante quanto ao uso e ao funcionamento. Tal como as habitações coletivas populares e as casas de pensão, as casas de apartamentos pertenciam predominantemente a um único proprietário ou arrendatário e destinavam-se ao aluguel. Seu público era as classes média e alta, ofereciam serviços como camareira, lavanderia e restaurante e possuíam diversos equipamentos modernos como elevador, telefone, novas instalações hidráulicas e sanitárias, revestimentos recém-lançados, etc.

Sua utilização era tanto para fins residenciais quanto comerciais, convivendo ambas as atividades muitas vezes na mesma edificação e no mesmo pavimento. Em muitos exemplos as unidades tinham dimensões diversificadas: um grande número de portas intercomunicava os quartos, permitindo o aluguel de um ou mais cômodos, conforme a necessidade de cada locatário.

Nos anúncios de jornal da época pesquisados por Vaz (2002) raramente apareciam casas de apartamentos dotadas de cozinhas, copas ou áreas de serviço. Havia quartos alinhados no sótão, inicialmente destinados a solteiros, lembrando a solução das vilas operárias do século XIX, que ofereciam unidades diferenciadas para celibatários. Depois, esses espaços passaram a ser ocupados pelos criados. Havia também banheiros de uso comum, situados na circulação (hall de escadas ou de elevadores).

A forma e as dimensões dos terrenos tradicionais determinaram à implantação dos primeiros prédios: construídos na testada do lote, com unidades enfileiradas e uso de prismas para ventilar e iluminar quartos e ambientes internos. Os apartamentos se tornavam longos à medida que se abriam mais prismas e os quarteirões permaneciam definidos pelo *continuum* edificado, tal como o eram nos séculos anteriores.

O sucesso da produção inicial das casas e edifícios de apartamentos na Zona Sul e no Centro da Cidade não pode ser atribuído apenas à conjuntura do mercado imobiliário, mas também ao fato de aqueles terem se transformado em símbolos de uma forma superior de morar, criando uma demanda por marcos de ascensão social. Segundo Vaz (2002), nesse processo, o sentido de habitação coletiva foi resignificado, perdendo a conotação de promiscuidade



Figura 2.8 Edifício Praia do Flamengo

Fonte: Peixoto, 2000, p.95.

e vulgaridade trazida das primeiras habitações coletivas, os cortiços, em favor de um sentido novo, de distinção e modernidade. A nova forma de morar possuía condições de salubridade que em nada se assemelhavam as dos cortiços. Eram mais bem iluminadas, arejadas e continham todas as facilidades da vida moderna.

Em 1923 foi inaugurado o hotel Copacabana Palace, projeto do francês Joseph Gire, rompendo com a homogênea ocupação horizontal da então distante Copacabana. Junto a ele, nos últimos terrenos não edificados do bairro, surgiram rapidamente várias casas de apartamentos, contribuindo para que a imagem de Copacabana fosse associada às classes dominantes, ao bom gosto, à vida moderna, ao progresso. Segundo Abreu (1988, p.113) o aparecimento do *fenômeno Copacabana*, no final dos anos 1920, atraiu para si não só uma série de atividades outrora radicadas exclusivamente no Centro, como grande parte dos capitais que seriam normalmente canalizados para investimentos imobiliários na área central da Cidade.

A legislação edilícia vigente até 1937 — o Decreto 2.087 de 1925 — determinava alturas constantes para as diferentes áreas da Cidade, portanto detinha uma razoável capacidade de controle do crescimento urbano e promovia a verticalização, como menciona Abreu (1988, p.86): propiciou um surto de construção de edificações de mais de seis andares, que vieram a alterar a *skylines* da Cidade (quadro 2.1).

Quadro 2.1 Decreto 2.087 de 1925

Largura dos logradouros	1.ª zona		2.ª zona		3.ª zona	
	Parte comercial	Segunda parte	Logradouros calçados ou com linhas de bondes	Parte restante	Logradouros calçados ou com linhas de bonde	Parte restante
Até 10 mts.	3	2	2	1	1	1
De 10 mts. a 14 mts.	4	3	2	1	1	1
De 14 mts. a 20 mts.	5	4	2	1	1	1
De mais de 20 mts.	6	4	2	2	2	1

Fonte: Decreto n.º 2.087, de 19.01.1925, art. 48, p.18.

O Rio de Janeiro nos anos 1920, apresentava entre suas principais edificações, aquelas herdadas da abertura da Av. Central, os pavilhões da exposição comemorativa do Centenário da Independência (1922) nas imediações da Praça XV e palacetes localizados nos elegantes bairros litorâneos. Na área central, começaram a surgir as primeiras edificações com mais de 10 pavimentos, comerciais e mistas, várias com cinemas, no trecho resultante da demolição do antigo convento da Ajuda, em frente à Praça Floriano, hoje conhecida como Cinelândia. Ao mesmo tempo foram construídos os primeiros arranha-céus em Copacabana e no Flamengo.

Segundo Vaz (1994, p.100), durante a década de 1930 os termos *casa de apartamentos* e *arranha-céus* foram usados indiferentemente para hotéis, casas de pensão e prédios de apartamentos. Até a década de 1930, o termo edifício era restrito exclusivamente aos prédios de escritórios.

A partir da promulgação do Decreto n.º 5.481 de 25/06/1928 foi possível fracionar uma edificação em altura em unidades autônomas, o que significava poder constituir um condomínio pertencente a diversos proprietários e ter seu lotes dividido em partes proporcionais, estrutura que perdura até nossos dias. As casas de apartamentos passavam a poder serem comercializadas no varejo. No entanto, a sua organização funcional nos moldes da casa de pensão dificultava o estabelecimento da propriedade individual. Para as casas de apartamentos pudesse ser assim estruturadas era necessário que sofressem transformações.

Em pesquisa empreendida por Vaz (1994, p.115), constatou-se que até o ano de 1934 predominava nos jornais a oferta de casas de apartamentos. A partir de então passou a prevalecer uma variação desta tipologia, constituída de apartamentos sem serviços de camareira ou restaurante, caracterizados por possuírem além de quartos/salas/banheiro, cozinha, área ou terraço de serviço e quarto de criada ou empregada. Este novo tipo passou a ser conhecido como prédio de apartamento e se firmou como aquele quase exclusivo de habitação coletiva que seria, daí para adiante, construído no Rio de Janeiro durante as décadas seguintes.

Prédios de apartamentos

O prédio de apartamentos, como novo elemento vertical na Cidade, foi o resultado de um processo de transformações, que não ocorreram de forma linear. Entre os anos 1920 e 1940 conviveram diversas variantes da edificação vertical, que se consolidaram no tipo com esta denominação. Para Vaz (1994, p.158) ele seria o resultado da convergência de duas vertentes: uma inicial originária da transformação das primeiras habitações coletivas — os cortiços — e outra posterior oriunda da adaptação da morfologia das casas isoladas e burguesas aos prédios de apartamentos. Diferentes significados de fundo material e simbólico foram articulados, moldando o senso comum em favor da forma de morar verticalizada, relacionando-os à ideia de progresso. Procurava-se associar aos prédios de apartamentos o mesmo nível de distinção da casa unifamiliar das classes abastadas, agregando *status* através do uso de materiais nobres e modernos em locais expostos ao público.

O que tornava o prédio de apartamentos especial eram os itens que o qualificavam, imbuídos de conotação positiva, inclusive usava-se palavras estrangeiras para indicar caráter cosmopolita — *hall, living, water-closet e toiletes*. Muitos tinham grandes dimensões, pisos e paredes revestidos de mármore, lustres de cristal e alabastro, portas em cristal bisotado, detalhes com motivos *Art Déco* em ferro fundido (figura 2.9). Algumas vezes recebiam tratamento artístico, invocando personagens majestosos imaginários ou ambientes paradisíacos. Seu nome também pretendia anunciar o seu *status*: Palacete, Palácio, Manhattan, Oxford, Biarritz, entre outros.

Significou não apenas um outro tipo de moradia, mas a síntese de grandes transformações em muitas esferas do morar. A produção em grande escala dos prédios de apartamentos, ocorrida especialmente na Zona Sul, foi possível pelo emprego de novas técnicas construtivas, novas formas de financiamento da produção (incorporação) e comercialização — a venda das unidades na planta e a prazo (Vaz, 1994, p.119).

A partir do Decreto n.6.000 de 1.07.1937, as construções no Rio de Janeiro passaram a ser mais regularizadas. Este Decreto tratava, entre outras, de questões relativas a zoneamento, loteamento, construções e licenciamento e se manteve, apesar de diversas alterações, em vigor por 30 anos.

A construção vertical inaugurou um novo e mais elevado patamar de densidades residenciais, provocando polêmica a respeito da nova aglomeração de pessoas nos prédios e suas consequências. Seus opositores defendiam que o novo tipo de moradia seria rejeitado. Contudo, já no final da década de 1930, atestava-se o inverso: muitos cariocas procuravam apartamentos não por que tivessem que se sujeitar ao fato, mas porque ansiavam por isso. Nos anos 1940 ocorreu o chamado *boom* imobiliário. A atividade cresceu enormemente e se tornou um negócio cada vez mais lucrativo. Não mais eram construídos edifícios residenciais com atividades comerciais nos pavimentos acima do térreo.



Figura 2.9 Detalhes dos prédios Guahy, Itaóca. Fachadas do Biarritz, Imperator, Itacuahy e Itaóca
Fonte: SEGRE, 2000.

Uma boa parte da classe média da Zona Sul tinha interesse em consumir bens, tais como o apartamento, que a possibilitasse alcançar um patamar de modernidade e atualidade associados a valores principalmente americanos — o *american way of life* — cada vez mais divulgado pelo cinema e por bens de consumo. Juventude, beleza, elegância e estilo se tornaram os requisitos do sucesso na nova sociedade carioca. Nesse contexto, passou-se a valorizar o banho de mar, a exposição ao sol como sinal de uma exuberância saudável e morar na orla carioca era o meio de ter acesso a estas novas necessidades. Portanto morar em um bairro litorâneo e próximo a todos os serviços e facilidades da vida moderna era visto como um signo de boa posição social e financeira. Daí a preferência pela Zona Sul da Cidade. Com bem sintetizou Vaz (1994, p.139), foi a condição de modernidade que se impôs como principal característica da nova habitação coletiva.

A produção de prédios por parte dos setores privados e a valorização fundiária agravaram a carência de habitações para as camadas populares que silenciosamente faziam crescer as áreas invadidas nos morros. Na década de 1940 a existência da favela oficialmente reconhecida e tornada objeto de ação do Estado. Nesta época se firmou de forma quase consensual a idéia de que a iniciativa privada não teria condições de suprir a demanda dos trabalhadores por moradia e que a intervenção do Estado e o estímulo ao acesso à casa própria seriam as alternativas possíveis.

Maria Lais da Silva (2005, p.67) enfatiza a massiva ocupação de Copacabana nos anos 1950 com pequenos apartamentos em grandes prédios e o agravamento da crise habitacional pela prorrogação da Lei do Inquilinato de 1942. Os Censos de 1940 a 1960 indicam uma tendência ao decréscimo no número de imóveis alugados. A discussão da casa própria tomava vulto e a favela já era vista como a outra face da modernização da cidade. A seguir trataremos de uma das formas, com as quais o Estado procurou enfrentar o problema da moradia popular: o conjunto habitacional vertical.

Conjuntos habitacionais populares

A entrada do poder público na promoção, financiamento e construção de conjuntos habitacionais teve mais o sentido de ocupar o espaço deixado pela iniciativa privada do que de concorrer com ela. O marco inicial da construção de conjuntos habitacionais pelo Estado em larga escala, foi a criação em 1937, das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), seguida, no Rio de Janeiro, pela instituição da Fundação da Casa Popular (1946), o Departamento de Habitação Popular (1946) e Fundação Leão XIII (1947).

O enfrentamento do problema da carência de habitação pelo governo do presidente Getúlio Vargas como uma questão social significou a formulação de uma nova proposta não apenas de arquitetura e urbanismo mas também de produção, incorporando na primeira fase os pressupostos do movimento moderno que propunham a edificação em série, com padronização e pré-fabricação, como instrumentos para a racionalização das obras e soluções que levassem em conta um bom aproveitamento dos terrenos e um custo relativamente baixo de construção, na perspectiva de possibilitar uma produção massiva de moradia (Bonduki, 1999).

Os conjuntos habitacionais construídos no Rio de Janeiro apresentavam diversidade tipológica, mas de modo geral, predominavam lâminas de prédios de apartamentos, dispostas dentro de uma malha ortogonal em um grande terreno, onde foi eliminada a noção de lote, já que todo solo remanescente era considerado público. Assim as classes populares passaram habitar novamente de forma coletiva, em edifícios em altura, dotados de espaços e equipamentos de uso comum planejados buscando o bem estar do trabalhador. No entanto, segundo Bonduki (1999), muitos conjuntos residenciais, projetados sob essa concepção moderna de morar, com a pesquisa sobre a habitação mínima, pilotis e/ou grandes áreas verdes comuns, separação de tráfego de pedestres e autos, acabaram não executados em sua totalidade, principalmente no que diz respeito à infra-estrutura urbana e equipamentos coletivos. A condição de inacabado perpassa diversos conjuntos e contribuí para o processo de degradação em que se encontra hoje a sua grande maioria.

Segundo Bonduki (1999), a produção dos IAPs foi bastante significativa do ponto de vista da qualidade, boa parte dos seus núcleos habitacionais estavam localizados em zona de urbanização já consolidada na época, tinham dimensões compatíveis com as necessidades de uma família trabalhadora e inovaram do ponto de vista arquitetônico e urbanístico. Nos projetos eram também previstos juntos às moradias uma série de equipamentos coletivos como escolas, creches, ambulatório, centros comerciais, espaços livres, campos de esporte, estações de tratamento de esgoto.

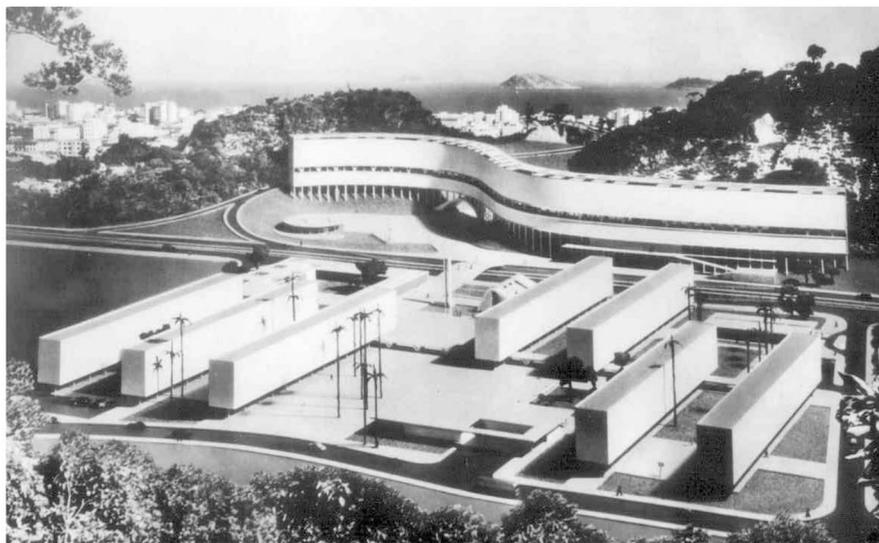


Figura 2.11 Conjunto residencial Prefeito Mendes de Moraes, projeto de Affonso Eduardo Reidy
Fonte: Bonduki, 2000, p.85.



Figura 2.10 Conjunto residencial Marquês de São Vicente, projeto de Affonso Eduardo Reidy
Fonte: Bonduki, 2000, p.107.

Sem conseguirem reaver os investimentos realizados, em poucos anos os Institutos foram deixando de construir conjuntos habitacionais populares e se concentrando no financiamento de inúmeras incorporações destinadas a venda para as classes média e alta.

O Departamento de Habitação Popular (DHP) da Prefeitura do Distrito Federal construiu, entre outros, os conjuntos Prefeito Mendes de Moraes, conhecido como Pedregulho (1946) (figura 2.10), e o Marquês de São Vicente (1952) (figura 2.11), com propostas inovadoras de inspiração corbusiana, onde haveria o compartilhamento de espaços de uso coletivo como lavanderia, centro social e saúde, entre outros. Hoje estes dois conjuntos apresentam os mesmos problemas já citados como os dos demais do período.

A partir de 1964, segundo Bonduki (1999, p.318), ocorreu o divórcio entre arquitetura e moradia popular, com graves repercussões na qualidade do espaço urbano. O modo de vida socializado proposto pela concepção moderna parece não ter conseguido seduzir os moradores dos conjuntos residenciais. As unidades passaram a ser vendidas separadamente, individualizando a propriedade e se instaurou um modo de vida mais privado e a arquitetura não resistiu à mudança de concepção. Em consequência, ocorreu uma progressiva destruição dos espaços coletivos através da colocação de grades, fechamento de pilotis, desmontagem dos equipamentos coletivos como lavanderias, cooperativas etc.

Considerações finais

O estudo da história só tem sentido se servir para compreender o presente e interferir na construção do futuro (Bonduki, 1999, p.315).

A habitação coletiva popular — o conjunto habitacional — vem se tornando menos coletiva na medida em que a tendência ao individualismo e ao espaço privado, generalizada desde 1964, vem se fortalecendo ainda mais nos últimos anos, alimentada pelo crescimento da violência urbana e da segregação espacial. Além disso, há o abandono pelo Estado dos espaços públicos, com cuja manutenção o morador não tem condições de arcar. Estes espaços têm sido então apropriados individualmente conforme o caso.

A habitação coletiva das classes mais abastadas — o prédio isolado e o condomínio de apartamentos — tem se tornado por um lado cada vez mais coletivo pelo número crescente de equipamentos que é oferecido ao comprador: além das tradicionais piscina e sauna, há equipamentos como biblioteca, adega coletiva de vinhos, salas para diversas atividades, etc. Este modo de morar, no entanto, tem isolado a moradia em si mesma dentro da cidade, não favorecendo a interação do indivíduo com a cidade, na medida em que todas as suas necessidades cotidianas são ali satisfeitas.

Referências bibliográficas

- Abreu, M. (1988), *Evolução urbana do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar.
- Bonduki, N. (1998), *Origens da habitação Social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*, São Paulo, Ed. Estação Liberdade.
- Bonduki, N. (org.) (2000), *Affonso Eduardo Reidy*, Portugal, Ed. Blau.
- Cohen, A. e Gorberg, S. (2007), *Rio de Janeiro. O Cotidiano Carioca no Início do Século XX*, Rio de Janeiro, Ed. AACohen.
- Conde, L. P. F. e Almada, M. (Org.) (2000), *Guia da Arquitetura Déco no Rio de Janeiro*, Jorge Czajkowski, Rio de Janeiro, Ed. Casa da Palavra.
- Gomes, M. (2009), "O cortiço e a cidade. discutindo e re-construindo a geografia das habitações coletivas no Rio de Janeiro oitocentista" in *EGAL, Programa on-line*, 12 Encontro de Geógrafos de América Latina, 3 al 7 de Abril, Montevideo, Uruguay, http://egal2009.easyplanners.info/area05/5260_Gomes_Marcus_Vinicius_Silva.doc acessado em 11/02/2010.
- Segre, Roberto (2000), *Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro*, org. Jorge Czajkowski, Rio de Janeiro, Ed. Casa da Palavra.
- Silva, Maria Lais (2005), *Favelas Cariocas 1930-1964*, Rio de Janeiro, Ed. Contraponto.
- Tramontano, M. (1993), *Habitação Moderna. A Construção de Um Conceito*, São Carlos, Ed. EESC-USP.
- Vaz, L. (1985), *Contribuição ao Estudo da Produção e Transformação do Espaço da Habitação Popular. As Habitações Coletivas no Rio Antigo*, UFRJ — PUR.
- Vaz, L. (2002), *Modernidade e Moradia. Habitação Coletiva no Rio de Janeiro. Séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro, Ed. 7 Letras.
- Vaz, L. (1994), *Uma História da Habitação Coletiva na Cidade do Rio de Janeiro. Estudo da Modernidade Através da Moradia*, Tese de Doutorado apresentada à USP.

A criminalização do trabalho popular e a modernização seletiva de São Paulo

Fábio Tozi

Doutorando em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP),
Bolsista FAPESP e PDEE/CAPES (fabio.tozi@usp.br)

Resumo

O presente trabalho apresenta uma reflexão geográfica acerca da pirataria no território de São Paulo (Brasil), a partir de seus vendedores de rua e suas conexões globais. Os usos do território da metrópole paulista revelam uma das contradições desse período histórico: por um lado, a modernização da cidade permite que a réplica e a cópia tornem-se comuns, criando um dinâmico mercado ilegal de produtos falsificados; por outro lado, há um endurecimento da ação opressiva da Prefeitura Municipal em conjunto com instituições policiais e as empresas vitimadas pela pirataria.

Do ponto de vista do planejamento do território, a Prefeitura desenvolve, desde 2009, um novo plano de ação em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, denominado “Operação Delegada”, no qual policiais militares, nos seus dias de folga, trabalham na fiscalização e combate à pirataria e ao comércio de rua irregular. Assim, cerca de 3.500 policiais somam-se aos demais fiscais. Igualmente, há uma mudança nas indicações dos dirigentes políticos, com a nomeação, pelo Prefeito Municipal, de Militares (especialmente Coronéis) para os cargos de Subprefeitos: em maio de 2011, das 31 subprefeituras existentes em São Paulo, 22 eram dirigidas por militares. Essas ações têm elevado o número de apreensões de mercadorias nas ruas (não apenas produtos piratas, mas todos os artigos vendidos sem autorização), dificultando as dinâmicas dos trabalhadores (aos quais incluem-se os artistas) e, num sentido mais amplo, é possível notar um aumento do tratamento policial das questões sociais.

Essas novas medidas da Prefeitura reproduzem modelos adotados em outras cidades, como Nova Iorque e Rio de Janeiro, sem enfrentar e dialogar com os principais problemas da própria cidade, quais sejam: desemprego, alta do custo de vida, transporte público ineficiente, criminalidade crescente, entre outros. A maior parte do dinheiro público é investida na modernização de alguns poucos lugares selecionados da cidade, bem como em medidas

opressivas dos usos populares do território, não buscando, portanto, amenizar ou criar alternativas às situações dos lugares e pessoas mais pobres.

No entanto, a cidade é nacionalmente reconhecida por abrigar grandes áreas de comércio popular, todas convivendo com a legalidade e a ilegalidade, como as regiões das ruas 25 de Março e Santa Ifigênia e os bairros do Brás e Bom Retiro, referências nacionais para o comércio. Essa centralidade de São Paulo atrai, diariamente, milhares de pessoas de todo o país, dinamizando sua economia. Coibir esse mercado significa diminuir a posição hierárquica privilegiada de São Paulo como o principal distribuidor de produtos no território nacional.

Desenha-se, assim, uma nova geografia urbana da cidade, na qual as atividades econômicas que permitem a sobrevivência dos mais pobres são criminalizadas, ao passo que poucos lugares e regiões são privilegiados por sucessivos investimentos e modernizações. Prevalece, assim, uma concepção fragmentada da cidade, descolada da realidade concreta da dinâmica da totalidade dos seus lugares. Podemos assim dizer que a diversidade de usos do território não encontra reflexo nas leis e no planejamento do território.

Introdução

Em nossa pesquisa de doutorado sobre a pirataria no território brasileiro, destacamos, no artigo aqui apresentado, uma discussão, ainda inicial, sobre a militarização das Subprefeituras no Município de São Paulo (Brasil) e a implantação da “Operação Delegada”, que utiliza policiais militares para coibir a venda nas ruas da cidade.

Consideramos, de nossa parte, que a cidade é um abrigo para a sobrevivência de um mercado popular que utiliza as ruas e galerias como lugar prioritário de sua realização, incluídas as práticas de pirataria. Após a democratização recente do país, iniciada em 1985, a militarização das Subprefeituras em São Paulo revela uma nova militarização do território levada a cabo por governos democraticamente eleitos. Contudo, como procuramos mostrar ao longo do texto, esse processo não é uma exclusividade paulistana, mas insere-se numa racionalidade global de ascensão da opressão policial às formas populares de organização, ao mesmo tempo em que reitera, com suas especificidades, o histórico recente de ações violentas na organização do território empreendidas pelos governos municipal e estadual.

Finalmente, apresentamos algumas estratégias simples e eficientes empreendidas pelos vendedores de rua que revelam a resistência que apresentam à essa racionalidade expansiva.

A violência necessária à nova fase da expansão capitalista em São Paulo

Milton Santos (2000, p. 18) considera que as duas violências mais impactantes do atual período histórico (*período técnico-científico informacional*) são a violência da informação, na forma tirânica a partir da qual é oferecida (e ocultada) à humanidade e a do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social. De maneira próxima, Octávio Ianni (2004) vincula capitalismo, violência e terrorismo na história recente do Brasil face à globalização. Acreditamos que nesse contexto definem-se novas, mais perversas e eficazes formas de violência ao mesmo tempo em que a violência clássica do Estado (violência legítima), ou seja, aquela dada pela sua hegemonia sobre o poder policial, recria-se. Novas opressões às diversas formas de organização socioespacial são impostas, obrigando estas adequar-se, parcial ou totalmente, à racionalidade já dominante mas ainda expansiva do modo de produção atual.

A violência policial-estatal redesenha-se: numa reconstituição breve e incompleta, mas suficiente para os objetivos desse texto, encontramos, em um contexto que é tanto local como nacional, o aumento da opressão que sustenta-se numa *psicoesfera*¹ do medo. Melgaço (2010, p. 104) constata que as cidades e suas arquiteturas são redefinidas mais em razão do medo da violência do que do crescimento da violência real, entendida como crime. Criam-se, assim, as arquiteturas anti-indesejáveis. Para o autor, “esse medo generalizado não é, porém, algo somente do âmbito do imaginário. Ele se concretiza e transforma as paisagens urbanas através de processos de securização” (*idem, ibidem*, p. 104). Por fim, o autor debate uma *militarização do espaço urbano*. De nossa parte, consideramos mais pertinente falar em uma militarização do território, pela adoção da violência policial como forma de seu ordenamento, assim como o da sociedade e pela indicação de militares para cargos administrativos no que tange à situação específica da cidade de São Paulo.

A militarização do território paulistano é ainda mais perversa quando retomamos a camada recente da formação socioespacial brasileira, na qual prevaleceu militar (entre os anos de 1964 e 1985). Nesse período, as eleições diretas foram abolidas e os prefeitos (das capitais, áreas de segurança nacional e estâncias hidrominerais) e governadores (das Unidades Federativas) não eram eleitos, mas indicados.² O fim da ditadura militar recupera o direito ao sufrágio universal enquanto a nova Constituição Federal de 1988 (também conhecida como Constituição Cidadã) reitera o processo democrático.

1 Santos (1996, p. 261) propõe o par dialético tecnosfera, base material do espaço (sistema de objetos) e psicoesfera, a base imaterial, ou sistema de ações (ideologias, crenças, desejos, modismos etc), do espaço geográfico.

2 São denominados de prefeitos e governadores biônicos.

Entretanto, no Município de São Paulo, o mais populoso e rico do país, presencia-se, durante o segundo mandato do Prefeito Gilberto Kassab (DEM), uma nova militarização dos cargos políticos, entendida aqui como a nomeação propriamente dita de militares nos cargos de gestão cotidiana da vida cidadina bem como o recrudescimento de práticas opressivas clássicas do higienismo urbanístico. Defendemos que esses eventos não podem ser tratados vulgarmente em relação à história. Alguns eventos comprovam a necessidade de um entendimento amplo sobre a violência estatal em São Paulo, que aqui trazemos como um primeiro exercício de análise dentro de uma pesquisa maior em curso.

Inicialmente, destacamos o confronto entre policiais militares e prisioneiros ocorrido em 1992 durante um protesto na Penitenciária do Carandiru, Zona Norte de São Paulo, encerrado com a invasão do prédio pelos policiais que resultou na morte, que podemos classificar com chacina, de 111 detentos. Trata-se de um exemplo explícito da potencialidade de violência contida no estado de São Paulo (seja o Poder Executivo, seja a instituição policial), uma vez que a ação, levada a cabo pela ROTA, foi autorizada pelo Governador Luis Antônio Fleury Filho.³ Os anos seguintes, até o momento atual no qual esse texto é escrito, apenas reiteram a brutalidade extrema utilizada no estado e no município de São Paulo para manter o ‘correto’ ordenamento socioespacial.

Já em fevereiro de 2001, uma ação conjunta, coordenada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) a partir de telemóveis, articulou 29 presídios em todo o estado de São Paulo, promovendo, simultaneamente, ataques a Delegacias de Polícia e policiais. Em contrapartida, 493 civis foram mortos por policiais e grupos de extermínio. De acordo com Melgaço (*idem, ibidem*, p. 133), 09 civis foram assassinados para cada policial morto na ação do PCC. Em 2010, 80% dos processos de investigação sobre essas mortes haviam sido arquivados.

À parte as chacinas menores e cotidianas pulverizadas pelos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, entre outros, reforça-se nos anos seguintes, a repressão às manifestações de professores e estudantes. Em junho de 2009, durante uma greve de professores e funcionários da Universidade de São Paulo, o Governador José Serra (PSDB) e a Reitora Suely Vilela

3 A invasão do Presídio do Carandiru foi operada pela ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, uma força tática da Polícia Militar do Estado de São Paulo), sob o comando do Coronel Ubiratan Guimarães. Morreram 111 presos no confronto e nenhum policial. O Coronel foi julgado e condenado a 632 anos de prisão. No entanto, o Tribunal de Justiça de São Paulo anulou, em 2006, o julgamento e inocentou-o. Graças à notoriedade entorno ao seu nome, o Coronel foi eleito Deputado Estadual por São Paulo, tendo a ‘segurança pública’ como lema e utilizando, numa coincidência demasiadamente macabra para seja inocente, o número 11190. Posteriormente (2006), ao mudar de partido e almejando reeleger-se, adotou para si o número 14111, quando foi morto por sua companheira.

*tenha dúvida de que a bandeira da segunda gestão [do Prefeito Gilberto Kassab, reeleito em 2008] é o controle do comércio ilegal”.*⁵

Antes dessa Lei, a fiscalização dos vendedores de rua era autorizada apenas à Guarda Municipal Metropolitana enquanto a Polícia Civil cuidava das investigações e processos criminais vinculados à venda de produtos falsificados e/ou roubados. A entrada em cena da Polícia Militar modifica esse cenário, uma vez que cerca de 3500 policiais folguistas aumentam a capacidade fiscalizadora/opressiva no município, malgrado essa não ser a função original dessa corporação militar. Enquanto a Prefeitura Municipal militariza o planejamento do território, a Polícia Militar assume funções ligadas à gestão cotidiana da cidade.

Ao participar da Operação Delegada, um policial pode aumentar seus rendimentos mensais de 75% a 100%, em razão de sua patente. Para realizar esse trabalho extra, o Policial usa farda, colete, arma e viatura. No entanto, a Associação Brasileira dos Guardas Municipais impetrou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Lei, alegando que ela *“adota na prática uma vinculação orçamentária do ente municipal com a realização de grande transferência de recursos para a esfera estadual, com isto ao interferir de maneira anômala no orçamento municipal através do instituto do convênio, o qual tem a clara intenção de subsidiar órgão estadual, fere a autonomia do município”*,⁶ além de ferir as competências atribuídas na Constituição Federal às Polícias Civil e Militar. A ampliação do ‘bico oficial’,⁷ como ficou conhecida essa nova função dos policiais militares, exige um orçamento de R\$ 100 milhões em 2011 (quatro vezes maior em relação ao ano anterior). Entretanto, a ação não foi considerada procedente.

Nessa conjuntura e graças à pressão dos trabalhadores da Guarda Civil Metropolitana, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou, em março de 2011, gratificações que variam entre 20% e 80% do salário, como *“Prêmio de Desempenho em Segurança Urbana”*, em função do desempenho de cada Guarda Civil.⁸ Assim, sem alterar a política de salários de seus Guardas, a

5 Paulo Saldaña. Combate a comércio ilegal é bandeira de Kassab na 2ª gestão, *in: O Estado de S.Paulo*, 29/03/2011. Disponível em http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110329/not_imp698581,0.php acesso em 29/03/2011.

6 Disponível em <http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=3786315>. Acesso em 10/08/2011.

7 “Bico”, categoria nativa, é utilizado para caracterizar um trabalho eventual realizado nos dias/horários livres de um trabalhador, podendo ou não vincular-se à sua profissão principal. No caso dos Policiais Militares (PMs) a Lei em questão também objetiva inibir a prática, bastante comum, que consiste em que os PMs trabalham, nas suas folgas, como seguranças privados ou guarda-costas. No entanto, como trata-se de uma gratificação, a política salarial não é alterada.

8 Fontes das informações: Lei nº 15.366, de 8 de abril de 2011 e Lei nº 15.367, de 8 de abril de 2011; *“Operação Delegada é ampliada para toda a cidade” in: Portal da Prefeitura Municipal de São Paulo*, 29/03/2011. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=43670. Acesso em 14/05/2011.

municipalidade pôde acalmar os descontentamentos dos Guardas Metropolitanos face os ganhos extras dos Policiais Militares.

A Prefeitura afirma já ter banido 15 mil vendedores ambulantes das ruas de São Paulo, particularmente do centro. Demais, desde 2005, a Prefeitura Municipal não emite novos Termos de Permissão de Uso (TPU) para vendedores de rua, além de ter cancelado outros quatro mil.⁹ Ao mesmo tempo, um grande acordo entre empresas privadas, associações de combate à pirataria, governos municipal e estadual e as Polícias Civil e Militar tem multiplicado o número de fiscalizações, apreensões e prisões, tanto entre os vendedores de rua como entre os vendedores das galerias. Nesse sentido, o papel desempenhado pela APCM (Associação Anti-Pirataria Cinema e Música), que defende os direitos autorais de grandes estúdios cinematográficos e gravadoras nacionais e estrangeiras, tem sido fundamental, uma vez que ela incentiva e auxilia o trabalho policial por meio de queixas-crime, apoio logístico (pessoas e veículos para o transporte de mercadorias apreendidas) e mesmo um galpão para a guarda da mercadoria apreendida até o final do julgamento.

Nessa “tolerância zero à pirataria”, não são apenas os grandes empresários do crime organizado que são perseguidos, mas, frequentemente, os pequenos vendedores de rua. Em decisões judiciais antes inexistentes no país, muitos vendedores de rua de CDs e DVDs piratas têm sido condenados na justiça a prisão ou à prestação de serviços, apesar de terem cometido um delito de menor importância, o que prova a articulação do Sistema Judiciário à essa lógica da tolerância zero, que apresentamos a seguir.

Tolerância Zero à brasileira?

São Paulo torna-se, cada vez mais, a cidade brasileira na qual mais lugares são submetidos a uma inserção à globalização. Para tanto, seu território é seletivamente modernizado, implantando-se nele um meio técnico científico informacional, suporte geográfico da globalização. “Soluções” vindas de outros países fazem parte desse processo de modernização, em todas as dimensões e escalas da vida cotidiana.

O programa “Tolerância Zero” (*zero tolerance*, no inglês), adotado em Nova Iorque em 1993 (mandato do Prefeito Rudolph Giuliani, do Partido Republicano), teve sua notoriedade graças à opressão violenta a pequenos delitos, responsável pela redução dos índices de criminalidade, tornando comum a prisão de lavadores de pára-brisas e de passageiros que pulavam as catracas

9 Ainda no Município de São Paulo, é necessário mencionar o Decreto Municipal de 2008 que proíbe a venda de alimentos (frutas, doces, queijos etc), CDs e DVDs, e concertos de produtos (como cabos de panela) realizados em carros e caminhões, nas ruas.

do metrô.¹⁰ Esse modelo, embora também adotado em Londres, tornou-se uma referência mundial a partir de seu emprego na cidade estadunidense, como mostra Aguiar (2007, p. 80).

No entanto, é preciso ressaltar que, de acordo com Wacquant (2008, p. 10), há um aumento generalizado do encarceramento nos Estados Unidos, anterior ao Tolerância Zero. De acordo com o autor, a população carcerária passa de 380 mil em 1975 para 2 milhões em 2000, o que evidencia a implementação de uma “política de criminalização da pobreza, que é o complemento indispensável à imposição de ofertas de trabalho precárias e mal remuneradas” (*idem, ibidem*, p. 11).

A Operação Delegada visa uma atuação policial especialmente nas áreas das cidades usadas pelos mais pobres, sob o lema da diminuição da violência, o que nos autoriza dizer que refaz-se, com novas feições, o vínculo entre pobreza e violência, ou seja, os pobres são os culpados pela violência. Estabelece-se uma relação entre “desordem urbana” e criminalidade, que podemos igualmente compreender como uma punição a toda racionalidade que não se submeta à ordem dominante. Não se trata de punir, portanto, crimes, mas condutas que não sejam as adequadas a um certo funcionamento sistemático, orquestrado pelo governo, da vida cotidiana. Não há, evidentemente, qualquer discussão sobre a origem e a legitimidade das ações classificadas como crime/desordem. Ao coibir igualmente todos os tipos de transgressão legal, ignora-se que o território e a sociedade é desigual.

No Rio de Janeiro, desde 1999, no seu primeiro dia como Governador, Anthony Garotinho revelou sua predisposição pela adoção do modelo novai-orquino¹¹ no município. Após outros movimentos de militarização do seu território pelas Forças Armadas e de aumento da violência legítima, será apenas no ano de 2009 (mandato do Prefeito Eduardo Paes) que a “Operação Choque de Ordem”, sob responsabilidade da Secretaria Especial da Ordem Pública vem a público. Sua intenção e objetivo: “a desordem urbana é o

10 O aumento da racionalidade no combate ao crime leva a irracionalidades, como o paradoxo de Nova Iorque e das outras cidades seguidoras do Zero Tolerance way: a violência como um todo aumenta na sociedade, particularmente aquela praticada pela polícia, desproporcionalmente em relação aos delitos, e os índices de criminalidade abaxam. O que comprova a ineficácia dos dados de criminalidade como parâmetro exclusivo norteador da violência de um território.

11 De acordo com Aguiar (2007, p. 83). O Governador falara então da possível visita do inspetor-chefe da polícia de Nova Iorque e do treinamento de policiais do RJ naquela cidade. A referência ao “Tolerância Zero” se mantém alguns anos depois e aparece, por exemplo, no Projeto de Lei nº 1009/2007 (declarado inconstitucional pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro), de autoria da Deputada Graça Ramos, que menciona a alta relação policiais/habitantes na cidade estadunidense para justificar a ampliação do contingente militar carioca. Disponível em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0711.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/e40b39072f103c62832573830073fc74?OpenDocument>. Acesso em 26/08/2010.

grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras à prática de crimes, de forma geral. Como uma coisa leva a outra, essas situações banem as pessoas e os bons princípios das ruas, contribuindo para a degeneração, desocupação desses logradouros e a redução das atividades econômicas”.¹²

Algumas ações, como a “Orla Limpa”, ocorrem no valorizado (e turístico) bairro de Copacabana, em parceria entre Prefeitura Municipal e Governo Estadual, ‘recolhendo’ menores e moradores de rua e fiscalizando o ‘comércio ilegal’ e até mesmo o estacionamento irregular de veículos e as condições de venda de comidas e bebidas. Na cidade como um todo, o Choque de Ordem prende pichadores, reboca carros irregulares e, principalmente, apreende as mercadorias de vendedores em ruas, praias ou quiosques.

Finalmente, podemos retomar a contribuição paulista a essa encadeação mundial de novas formas de gestão da política pública. Já apresentamos a “Operação Delegada”, iniciada em setembro de 2009, mas, simultaneamente e para além dela, presenciamos a substituição dos subprefeitos¹³ por outros de formação militar, especialmente Coronéis da reserva. Em maio de 2011,¹⁴ dos 31 subprefeitos do município, 25 eram militares, mas, até o final de 2011, todos devem ser da Polícia Militar.¹⁵ Entre os 06 não-militares, havia dois Administradores de Empresas (um deles com Pós-graduação em Marketing), dois Engenheiros Civis (um deles proprietário de uma empresa de construções metálicas), um Economista e, por último, um Subprefeito formado em Ciências Físicas com Pós-graduação em Ciências Sociais e Políticas e Mestrado em Educação.

Nota-se, no caso da indicação de militares, um discurso que valoriza a escolha de ‘técnicos’ para a função, juntamente com um ideologia de combate à corrupção, haja vista que as denúncias de fiscais subornados são corriqueiras. No entanto, o termo ‘técnico’ jamais é qualificado. Cabeiria questionar, nesse sentido, qual o ‘perfil técnico’ indicado para cuidar de uma região do município, uma vez que profissões como a do Geógrafo, a do Arquiteto e a do Urbanista, tecnicamente adequadas à administração cotidiana da cidade, são ignoradas. Como já mencionamos, essa política

12 De sua missão decorre seu “Objetivo Geral”: “Pôr um fim à desordem urbana, combater os pequenos delitos nos principais corredores, contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade de vida em nossa Cidade”. Citações de acordo com o sítio oficial: <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=94564> acesso em 25/08/2010.

13 O município de São Paulo possui um Prefeito, escolhido por eleição direta (juntamente com seu Vice-Prefeito) e é dividido em trinta e uma subprefeituras regionais, cada uma com um Subprefeito escolhido por eleição indireta, isto é, por indicação do Prefeito.

14 Levantamento próprio, com base nos dados oficiais disponíveis atualizados até o dia 14/05/2011.

15 João Carlos Moreira, “Todos os 31 subprefeitos serão da PM”, in: *Diário de São Paulo*, 03/02/2011.

bizarra da Prefeitura Paulistana contrasta com o esforço nacional em geral empreendido em favor da desmilitarização do governo e da sociedade como um todo.

Concomitantemente, notamos no âmbito estadual (Governo do Estado de São Paulo) uma valorização crescente da importância da Polícia Militar na ordenação do território e da vida social: o governador eleito em 2010 (Geraldo Alckmin, PSDB, em seu segundo mandato) prometeu retomar o projeto de construção de 46 presídios no interior do estado, além de contratar 6,5 mil novos Policiais Militares para vigilância nas ruas.¹⁶ Essa política contrasta com a de investimentos na modernização do território, seja pelo estado, seja pelas empresas, que prioriza a região conhecida como “Macrometrópole Paulista”, que incorpora as Regiões Metropolitanas de São Paulo, de Campinas, da Baixada Santista, além da Aglomeração Urbana de Jundiaí e a região de São José dos Campos.

Parece haver em São Paulo alguns elementos próximos aqueles apresentados por Wacquant (2008, p. 11): “em primeiro lugar, o sistema penal contribui diretamente para a regulamentação dos segmentos mais baixos do mercado de trabalho — e o faz de um modo mais coercitivo e significativo do que a legislação trabalhista, os sistemas de seguridade social e outras políticas públicas, muitas das quais nem mesmo abrangem o trabalho não-regulamentado.

Resistência e persistência: estratégias de vida apoiadas no próprio meio geográfico

Em São Paulo o descolamento da política de opressão municipal e estadual em relação às condições e necessidades da vida cotidiana parece ser o ponto de inflexão que levará à falência das políticas ao estilo *tolerância zero*. Uma vez que a administração municipal preocupa-se mais em oprimir as formas de sobrevivência da população do que em desenvolver políticas que possam conduzir a uma redução das desigualdades socioespaciais, as contradições tendem a acirrar-se.

Chama-nos a atenção algumas estratégias utilizadas para driblar a fiscalização, tanto por sua simplicidade como por sua eficiência. Além do uso de ‘olheiros’ em pontos estratégicos, que previnem a chegada da fiscalização, passando pelos radiocomunicadores e telemóveis, do suborno e da cooperação polícia-administração-vendedores, queremos destacar, nesse momento, as formas de organização para a venda de produtos nas ruas, em São Paulo e em

16 Marcelo Godoy. “Governo Alckmin vai retomar projeto de construir 46 presídios no interior”, in: *O Estado de S.Paulo*, 05/01/2011. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,governo-alckmin-vai-retomar-projeto-de-construir-46-presidios-no-interior,662108,0.htm> acesso em 10/09/2011.

outras cidades, como reveladoras da desigualdade latente e das alternativas encontradas para a realização de trabalhos classificados como ilegais.

Para Neil Smith (1992, p. 54) em sua análise sobre os “veículos dos sem-teto” (*Homeless Vehicles e Poliscar*),¹⁷ o autor destaca que antes e além da conotação desses objetos como obras de arte, ou seja, como objetos simbólicos, há que se destacar sua dimensão vital, cabida à sua funcionalidade, representando uma verdadeira política espacializada. Esses veículos, para o autor, não são soluções, mas bens imobiliários ilegais, necessários à manutenção da vida na cidade desigual.

As formas encontradas para a venda não autorizada de produtos ilegais em locais proibidos mostra-se igualmente, uma obra de arte no sentido de que a forma e a funcionalidade são cabidas a uma destreza que é totalmente adaptada a cada um dos lugares e que não poderia se repetir em quaisquer outros. Essa verdadeira “arquitetura provocada pela pobreza”, nas palavras de Papo Colo (apud Smith, 1992, p. 57) nos impõe uma crítica às condições da organização social que, como no caso dos veículos analisados por Smith, se revela somente na medida em que ela se torna funcional, facilitando as necessidades básicas: vender, ocultar-se, fugir, abrigar-se de intempéries, e, em alguns casos, algum tipo de repouso. São formas provisórias, muitas vezes apoiadas em matérias igualmente descartáveis, que, no entanto, reproduzem-se incalculáveis vezes, por um tempo indeterminado.

A figura 3.1 mostra um vendedor de DVDs piratas no centro de São Paulo. Na imagem da esquerda, a venda segue normal. No entanto, com a passagem de dois policiais ele recolhe, nos braços, sua mercadoria e sua barraca, que nada mais é do que algumas caixas de papelão empilhadas sobre as quais apóia-se outra caixa que serve de bancada. Ele simplesmente atravessa a rua para evitar a fiscalização, ação que repete-se inúmeras vezes ao longo do dia. Na imagem da direita, ele retorna ao seu lugar de trabalho. Evidentemente, os fiscais o viram, mas o seu deslocamento impede, na maioria das vezes, a apreensão.

A figura 3.2 mostra uma caixa de papelão utilizada como suporte de exposição para a venda de discos ópticos com programas falsos para computadores. A fotografia foi tirada logo após a passagem da fiscalização.

Já na figura 3.3, uma fotografia tirada em Curitiba (Paraná — Brasil), escolhida por sua qualidade, mas que mostra uma técnica muito comum em São Paulo, como pode ser visto na figura 3.4. Uma lona é utilizada para a exposição dos filmes, que estão em sacos plásticos e não em caixas. Um conjunto de fios cruza a lona, sobre os filmes. Esse artefato permite que, puxados a

17 Tratam-se de obras de arte cuja pertinência apenas se realiza no seu uso pelos moradores sem domicílio fixo. Para mais informações, ver Patrick wright (1992): *The Poliscar — not a tank but a war machine for people-without-apartments* (disponível em <http://patrick-wright.polimekanos.com/wp-content/uploads/pwright-wodiczkos-poliscar.pdf>).



Figura 3.1 São Paulo: Equipamentos de trabalho e estratégia anti-fiscalização de um vendedor de rua

Vendedor na Rua Coronel Xavier de Toledo, São Paulo, 08/05/2011
Autoria: Fábio Tozi.



Figura 3.2 São Paulo: Estratégia anti-fiscalização de um vendedor de rua

Rua Augusta, São Paulo, 13/05/2011
Autoria: Fábio Tozi.



Figura 3.3 Curitiba: Vendedor de filmes piratas

Fonte: www.jornaldelondrina.com.br, 2010.



Figura 3.4 São Paulo: Vendedores com lonas

Rua General Carneiro, São Paulo, 08/05/2011
Autoria: Fábio Tozi.



Figura 3.5 Paris: Vendedor de milho quente "Maïs chaud" ("Milho quente"). Place d'Italie, Paris, 08/2011.
Autoria : Fábio Tozi

partir do centro, todo o conjunto se recolha rapidamente, permitindo a camuflagem da mercadoria vendida, bem como a fuga à fiscalização.

Permitimo-nos, para finalizar essa pequena iconografia, acrescentar uma imagem obtida em Paris, França (figura 3.5), na qual se pode ver um vendedor de milho quente que utiliza, como meio de trabalho, um carrinho de supermercado. A forma básica e prática do carro é utilizada para transporte e venda, nesse caso específico numa praça ao lado da estação do metrô.

Finalmente, uma hipótese que nos ronda a respeito da nova militarização do território paulista parece revelar a estreita relação entre o higienismo urbano, que condena os pobres por sua pobreza que, como penalidade, são obrigados a serem ainda mais pobres nas periferias. No mais, parece haver uma vinculação entre os interesses imobiliários e o aumento da opressão aos vendedores de rua, pois as áreas 'higienizadas' da cidade, particularmente no centro, são simultaneamente recurso de novos projetos imobiliários, sejam prédios residenciais, sejam, em escalas maiores, reordenações, em parceiras com a iniciativa privada, de bairros inteiros.

Vale lembrar uma situação extrema comprovadora de que a aplicação de políticas que seguem rigidamente a racionalidade da legalidade e da ordem são, enfim, irracionais, particularmente nos países pobres. Na Tunísia, Mohamed Bouazizi, vendedor de rua em Bem Aros que teve seus legumes apreendidos pela polícia por não possuir uma permissão para a atividade,

pôs fogo no próprio corpo como forma de protesto. Essa ação tornou-se, na situação tunisiana, o estopim de manifestações para a saída do presidente Bem Ali, que estava a 23 anos no poder.

O trabalho é uma dimensão essencial da vida humana. Transformado em exploração, ele é, todavia, um direito. Igualmente, defendemos que o uso do território é, também, um direito inalienável de todo ser humano. Como definiu Milton Santos (1996), *o espaço é banal*, ou seja, é o de todos os homens, não apenas dos ricos, de todas as empreitadas, não apenas das grandes, é o lugar da convivência e do enfrentamento do diverso. É, portanto, uma categoria geográfica, mas também política. O debate em São Paulo não se trava apenas por Leis e entre poderes institucionalizados, pois também inclui aqueles que desejam se instituir.

Referências bibliográficas

- Aguiar, M. L. De (2007), *Somos Todos Criminosos em Potencial*, Niterói, EDUFF.
- Ianni, O. (2004), *Capitalismo, Violência e Terrorismo*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Melgaço, L. de M. (2010), *Securização Urbana. Da Psicoesfera do Medo à Tecnoesfera da Segurança*, Tese de Doutorado, São Paulo, USP.
- Santos, M. (2000), *Por Uma Outra Globalização. Do Pensamento Único à Consciência Universal*, São Paulo, Record.
- Santos, M. (1996), *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*, São Paulo, HUCITEC.
- Smith, N. (1992), "Contours of a Spatialized Politics: Homeless Vehicles and the Production of Geographical Scale", in *Social Text*, n.º 33, pp. 54-81. Durham, Duke University Press.
- Wacquant, L. (2008), "O lugar da prisão na nova administração da pobreza", in *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 80, São Paulo, março.

Temporary shelters in disaster Strategies and symbolic meanings of displaced people to survive in quasi-public spaces in Brasil¹

Victor Marchezini

Doctorate Student of Graduate Program in Sociology at the Federal University of São Carlos (PPGS/UFSCar) (victor_marchezini@yahoo.com.br)

Abstract

The objective of this study was describing and analyzing sociologically how, after the process of loss the territory of home in disasters, displaced families try to produce their symbolic meanings, private routines, surveillance and security in quasi-public spaces like temporary shelters organized in contexts of disasters related to rains. The methodological procedures were based on bibliographic research and field research conducted on temporary shelters organized in several municipalities of Brasil. Temporary shelters were left in invisibility, turning into a *permanent* quasi-public space of displaced families. The hypothesis is that the permanence of this quasi-public space transforming it in a spatializing of state of exception (Agamben, 2007).

Introduction

From the interaction between natural phenomena — like rains — and a social organization, it can be occurs a quantity of damages, material and human losses which can configure a disaster. Human losses have been demanding more public policies of civil protection, mainly these families who are displaced from their home. These families can be characterized for the loss of the home's territory that was destroyed or located in risk areas, and after the evacuation commanded by the State, they were removed. In many times, these displaced families don't have founds to provided a temporary habitation or no have received an invitation to live temporally in their parents and friends' houses, and their only alternative are going to a temporary shelter organized by the State.

Temporary shelters were organized from the adaptation of public space — like schools, sports gymnasiums — where displaced families will

1 Scholarship of São Paulo Research Foundation (Fapesp).

employ strategies to reproduce social practices, associated with their private routines, to try to obtain a sense of belonging. This attempt will depend on the relations among families and the relations between them and shelters' administrators. The objective of this study was describing and analyzing sociologically how, after these process of loss the territory of home, displaced families try to produce their symbolic meanings, private routines, surveillance and security in quasi-public spaces like temporary shelters organized in contexts of disasters related to rains. The methodological procedures were based on bibliographic research and field research conducted by Center for Disaster Social Study (NEPED/UFSCar) on temporary shelters organized in several Brazilian cities affected by floods.

From the contributions of Urban Sociology and Sociology of Disaster, disasters can be comprehended like processes that were defined by the symbolic production, which it constituted by the agents in competition for the monopoly of official vision. In these power relations, temporary shelters were left in invisibility, turning into a *permanent* quasi-public space of displaced families. The hypothesis is that the permanence of this quasi-public space transforming it in a spatializing of state of exception (Agamben, 2007), like a refugee camp. However, in Brazil, these camps were organized to receive not a refugee but the people displaced in disasters. These camps are not concentrated and visible, but invisible and with a diffuse spatialization in quasi-public spaces. This paper was structured in four sessions. Firstly, we present the process of urbanization in Brazil and contextualize the actual urban condition in relation to increase of disasters. In session 2, we discuss the state of exception as a governmental technique of disaster administration. After this, we demonstrate empirical results of how displaced families, after these process of loss the territory of home, try to produce their symbolic meanings, private routines, surveillance and security in quasi-public spaces like temporary shelters organized in contexts of disasters related to rains. Finally, we show some conclusions and some questions that have not yet responded.

The urbanization and the disaster process

Lavell (1993) argues that the debate about disaster problematic on Latin America has emphasized the studying of physical parameters of natural events which threaten society. These author reports to Hewitt² (1983) to affirms that, when we comprehends the disasters like as temporal and territorial events which the main cause of theirs occurrence derives from physical-natural

2 Hewitt, K., (ed.), "The Idea of Calamity in a Technocratic Age", en *Interpretations of Calamity*; Allen and Unwin, London, 1983.

processes, we delegate to nature the initiative of a calamity, which creates the tendency of conceiving the disasters like as a world-aside, such as the disorder introduces in the order. From this standpoint, social and economic elements involved in the scene are put on a dependent position. An alternative approach to this standpoint considers risk and disaster like as multifactor and multidimensional social processes (Acosta, 2005), which is called vulnerability approach.

For this standpoint, disasters are processes historically constructed, “producto de la acumulaci3n de riesgos y de *vulnerabilidades*, relacionados con y derivados del tipo de sociedad y de econom3a que se han ido desarrollando con el paso del tiempo”³ (Acosta, 2005, p.22; grifo nosso).

Alves and Torres (2006) consider that the notion of vulnerability is defined like a situation which are present three components: exposure to risk, incapacity of reaction and difficult to adaptation in the face of risk concretization. The authors declare that, from a sociological perspective, emerges, in recent years, the notion of social vulnerability, which intends to focus its analysis in relation to individuals, families and social groups. On the other hand, the perspective of physical geography and the risk and natural disasters’ studies emphasize the discussion of environmental vulnerability in territorial terms.

In the face of these disparities between the two perspectives, Alves and Torres (2006) propose the construction of the notion of socioenvironmental vulnerability, intending to integrate the social and environmental dimensions. From a search in S3o Paulo city, the authors conclude that there are, in some spaces of S3o Paulo’s periphery, a spatial superposition of social and environmental problems which attest the coexistence between the worst socio-economic indicators and floods risks, landslides, environment intensely polluted and social services extremely inefficient. So, in this periphery of periphery, there are situations of extreme poverty and very bad social conditions and cumulative exposure to several types of risk (Alves; Torres, 2006).

The risks related to rains demonstrate that is not this natural factor of danger which becomes the group vulnerable to it, but the interaction and synergy among the physical event with the installations and social flows in what the social group is inserted, besides its specific characteristics, such as individuals and collectives characteristics of its members (Valencio *et al.*; 2006). In other words, the condition of *vulnerable* is a relation socially produced and political-institutional practices contribute to become certain groups vulnerable, that is, we need to focus on processes that become social groups vulnerable and others not (Acsehrad, 2006a).

3 “product of risk and vulnerabilities accumulation, related with and variable in according to the type of society and economy which have been developed along the years” (Personal translation).

Valencio *et al* (2004) consider that the social production of cities is characterized by conservative political practices that, on the one hand, dominate and destroy continually, under extensive and intensive forms, the biotic and no-biotic systems which population is inserted and, on the other hand, exert an excessive power against the resources and persons of the place. Acselrad (2006b) argues that on the decade of 1960 the Brazilian cities looked for adjust itselfs to automobile needs, in favor of well-to-do classes. There is consensus about the notion that a good city planning is what permits more circulation of automobile traffic, more electricity, pavement, access to water (Valencio *et al*, 2004), which it explains the reason why rivers are canalized, the ground water-proofing is intensified, the urban drainage conditions are not considered neither the effects of urbanization.

When the National Bank of Habitation was created in Brazil at 1964, Brazilian cities have not even 50% of total population of country (Maricato, 2001). Receiving an intense financial flow, Brazil would live the strongest period of construction and building activities between 1967 and 1982, on which interests of housing and civil construction sectors were favored and the land situation were not transformed. Housing developments were constructed on devalued areas, stimulating the maintenance of empty spaces and urban horizontal expansion. In this way, public policies have preserved the most valued areas to private market and the speculation on housing sector increased.

Cardoso (2006) argues this given structure of land and house market, the absence of State in relation to effective housing policies implementation and, in addition, the poverty and inequality problems, demonstrate that "options" to access to dwelling occur or by purchase or by rent of properties at informal market or by occupation of vacant lands. These occupations tend to occur on areas which are not interesting for economic exploitation of housing market, such as, slopes, springs, environmental protection areas (Acselrad, 2006b), that is, occupations are, most times, product of a combination between market forces and government decisions (SANTOS, 1998). In other words, we live where it can be permitted to reside: "options" are given by this combination of forces which makes the city, its socio-spatial segregations and its vulnerabilities territorially expressed.

That is, if the condition of vulnerability results from a historical relation between different social groups, for its overcoming is needed that changes occur on the causes of deprivations (Acselrad, 2006a). Thus, disaster doesn't cause things but is the product of social processes, historically and territoriality circumscribed (Valencio, 2009). It brings up the concretization of a normality state of a given society living under extreme circumstances (Lavell, 2002).

State of exception: the governmental technique of disaster administration

When the rains fall on territory, the occurrence of a disaster depends of the interaction between natural phenomena and the social conditions encountered there — conditions of urban drainage and the human settlements, for example —, so that relation implies disruptive effects to economy, to human beings, to social nets, in so far as occurring environmental damages (erosions, landslides, lose of ground etc), material losses (destruction of factories, bridges, highways, houses, household appliances etc) and human losses which are included persons with different degrees of affectation, technically classified by Civil Protection⁴ as dead, missing person, wounded person etc.

Disasters are extreme circumstances which reveal the spatial superposition of social and environmental problems which state of crisis will demand regulation policies by State, types of policies that will deal with population like a political and biological problem, that is, biopolitics (Foucault, 1999) which application camps refer even the relations between the human specie and his environment. Some mechanisms will be created to administrate disaster scenario, manage the population and make State forces to rise. In this paper, we discuss two of these mechanisms: 1) the production of a classification to order crisis scenario; and, 2) the use of state of exception as governmental technique to disaster administration.

The production of a classification has the objective to order this crisis scenario. It permits to make the accountancy of disaster damages and frame the complexity of social problems revealed on something that can be technically managed in so far as to the aspects of this reality can be encountered solutions.

Civil protection or Civil Defense use damage evaluation instruments which classified damages in three categories: material losses, environmental damages and human losses which are included persons with different degrees of affectation. In this paper, we consider one category: *desabrigados* (homeless).

Desabrigados is technical category created by State to refer to people who have to displaced from their home in a disaster situation — because the home's territory was destroyed or it is located in risk areas — and as they don't have founds to provided a temporary habitation or no have received an invitation to live temporally in their parents and friends' houses, their only alternative are going to a temporary shelter organized by the State. The production of this category refers to the quantity of individuals that need social

4 Civil Protection or Civil Defense is the institution responsible for coordination of emergency agencies that acting in disasters.

assistance. However, this technical category doesn't explicit the reality which lived in home's territory: the reality of a domestic group or of a family, not an individual routine. So, this mechanism of production of classifications creates another type of figuration between agents at the space of temporary shelters.

The second mechanism is the use of state of exception as governmental technique to disaster administration. In Brazil, these techniques are called Emergency Situation or State of Public Calamity. If the classifications aim to frame crisis scenario in a given perspective to manage it, the mechanism of state of exception permits that instruments will be created to rise the forces of State (Foucault, 2008), preventing or repressing actions that can be considered as danger to public security. So, the state of exception is something verified when we may create a situation which juridical norms can encounter effectiveness. So, it doesn't the chaos that precedes the order, but the situation which results from its suspension (Agamben, 2004). This situation demands sovereign decision to create and define the space on which juridical-political order can have value.

The situation of exception has a way of management which combined social assistance and repressive actions. The social assistance actions is conducted by State who calls civil society to show his solidarity, to make donations to affected people in disasters, to act as volunteer at temporary shelter etc. The State organizes temporary shelters, realizes health actions to prevent epidemics, distributes donations, reestablishes social services etc. But repressive actions are conducted too: army, fire brigade, military police are called to take out people who don't want to leave their homes located in areas technically classified as risk areas. This classification creates under this territory the suspension of legal ordainment, that is, risk area acquires the spacialization of exception which is called by Agamben (2007) like a *camp*. Agents in disaster scenario produce discourses which explicit authoritarian conceptions in favor of repressive actions against people who resist leaving their home. Temporary shelter, in face to this process of suspension of legal ordainment, is represented by media and other agents as an area of security and re-composition of public order. But how, after these process of loss the territory of home, displaced families try to produce their symbolic meanings, private routines, surveillance and security in temporary shelters?

Displaced from home: survivors in quasi-public spaces

Home can be conceived like a territory which has historically permitted a variety of images and significances: like a specific construction to sheltering, as an image of symbolic space of social belonging, intimacy and security (Higuchi, 2003), the place of family in city. Bourdieu (1997) argues that "family" is a category, a principle of social reality construction which expresses a



Figure 4.1 Sheets to make “shells”: temporary shelter of Marcos Konder School, city of Ilhota/Santa Catarina, Brasil

Collection of Center for Disaster Social Study-NEPED, December 2008.

description and a prescription that are incorporated by people. Home is a territory that permits the construction of family social reality.

In a disaster, family and home, like elements of social reality construction are physically dissociated. It is impracticable the way on which families reproduce themselves in their homes, in their “doing something”, “for or with someone”, “in any place of home”. With this desterritorialization, that is, the negation of permanence on a place (Haesbaert, 2004), families need to recreate practices associated with private sphere in another place.

Temporary shelters are organized from the adaptation of public space — like public schools, sports gymnasiums — to receive displaced families from private spheres. The public space for private routines acquire, in this way, features of quasi-public space in so far as private scope of live become public. In the picture below (figure 4.1), we can see the classroom of one school which is adapted to receive families.

In this classroom there are four families who divided the space: in one side of room, they use sheets to make partition walls to minimize social exposure to another. And inside of this “shell” (Bachelard, 1993), families try to produce



Figure 4.2 Objects of homeless at temporary shelter of Marcos Konder School, city of Ilhota/Santa Catarina, Brasil

Collection of Center for Disaster Social Study-NEPED, December 2008.

symbolic meanings to recover themselves and deal with their material and immaterial losses. In other side of classroom, they use some desks of school to put clothes, shoes and other objects received from donations, they organized their rural work tools, such as hammer and chain-saw (see below figure 4.2).

When we talk about survivors we have to consider not only the biological dimension of life, but the psychosocial elements which permit people/families to survive socially. The first of this element refer to how they construct their notion of world, in other words, how they make sense of themselves in the world. As they don't stop to think, they exist and act. Even the silences manifest something. Sometimes, affected people in disasters simply don't know what words could make sense on translating of how they are feeling. The meanings of belongings, the traces of their feelings and the manners they deal with material and immaterial losses can be encountered on simple actions such as organizing several types of objects under dressing table (see below figure 4.3). These objects have projections of memories and affections (Leite, 2000), like a family photograph album which is rescued from debris' home. But these objects reveals elements that help us to comprehend how much the social world is composed for things which assist people to make themselves in the world: cosmetics can help woman to protect the dark rings under the eyes and they help to minimize the social judgments about her appearance (Marchezini, 2010a).

However, there are situations which the shells can't be forged and the social exposure is aggravated. In the picture below (see figure 4.4), it is demonstrated temporary shelters that don't have any type of structure that permits the attempt to create private practices. Families live together without any types of visual borders. They don't control nothing. Total exposure.



Figure 4.3 Dressing table in temporary shelter of Marcos Konder School, city of Ilhota/Santa Catarina, Brasil

Collection of Center for Disaster Social Study-NEPED, December 2008.

In so far as private scope became more and more public, private sphere and public sphere dissolve themselves, creating something hybrid, indistinct, which is referred by Arendt (2005) like sphere of social. The social become object of intervention, of technical planning for necessities management, of repressive actions against conducts framed as potentially criminal. Sometimes, the state of exception at temporary shelters is accentuated and the violence emerges:

(...)aqui é um lar dos desabrigado, né? Mas tá vindo polícia aqui, tá parecendo que aqui ta virando presídio (...) [Polícia Militar] dizem que 22:00 horas a gente não pode sair tomar um ar fora, sair, isso é uma coisa que eu acho mais errada é isso aí! (...)polícia tomando conta de nós que eu acho que é errado, né?Porque nós não somos prisioneiros, nós não somos ladrão, não somos vagabundo (...)não precisa (...) esculchar o povo... (abrigado em Nova Friburgo/RJ – Acervo Neped, 2007; grifo nosso).⁵



Figure 4.4 Total exposure at temporary shelter of Capela Cristo Rei's Parochial Salon, city of Ilhota/Santa Catarina, Brasil

Collection of Center for Disaster Social Study-NEPED, December 2008.

Conclusions

Disasters are extreme circumstances which demand type of policies to deal with population like a political and biological problem (Foucault, 1999). That is, disasters have forms of biopolitics. Some mechanisms are created to administrate disaster scenario, manage the population and make State forces to rise. In this paper, we discussed two of these mechanisms: 1) the production of a classification to order crisis scenario; and, 2) the use of state of exception as governmental technique to disaster administration.

-
- 5 “(...) here is a shelter of homeless, isn't it? But military police is coming here, and it seems this shelter is becoming a prison (...) [military police] tells we don't get out of it after 10:00 p.m. this is a thing that I know it is the worst! (...) military police takes care of us...I think this is wrong, isn't it? Because we aren't prisoners, we aren't robbers, we aren't vagrant (...) people don't need to be ticked off” (homeless of temporary shelter of Nova Friburgo city — Rio de Janeiro, Brazil; Collection of Center for Disaster Social Study-Neped, December 2008) (Personal translation).

The situation of exception has a way of management which combined social assistance and repressive actions. The social assistance actions is conducted by State who calls civil society to show his solidarity, to make donations to affected people in disasters, to act as volunteer at temporary shelter etc. The State organizes temporary shelters, realize health actions to prevent epidemics, distribute donations, reestablish social services etc. Repressive actions are conducted by army, fire brigade, military police which are called to take out people who don't want to leave their homes located in areas technically classified as risk areas.

Temporary shelter is a type of space in destroyed city. Although temporary shelter was represented like as area of security, they constitute spaces of exception that are dissolved because they are left in invisibility (Marchezini, 2010b). They confined social sufferings and several forms of violence that don't provoke the creation of a public sphere (Arendt, 2005). They are a sphere of social, where private and public sphere become indistinct. The disasters continues even they are invisible forms or even we don't have humanity to reckon them.

Bibliographical references

- Acosta, V. G. (2005), "El riesgo como construcción social y la construcción social de riesgos", *Desacatos*, Revista de Antropología Social, septiembre/diciembre, num 19, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropologia Social, Distrito Federal/México, pp.11-24. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/139/13901902.pdf>, acesso a 30 de maio de 2011.
- Achselrad, H. (2006a), "Vulnerabilidade ambiental, processos e relações", *Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais*, FIBGE, Rio de Janeiro.
- Achselrad, H. (2006b), "0147As cidades e as apropriações sociais das mudanças climáticas", *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 77-106.
- Agamben, G. (2004), *Estado de Exceção*, São Paulo, Boitempo.
- Agamben, G. (2007), *Homo Sacer. O Poder Soberano e a Vida Nua*, Belo Horizonte, Editora UFMG.
- Alves, H.P.F.; Torres, H.G. (2006), "Vulnerabilidade socioambiental na cidade de São Paulo: uma análise de famílias e domicílios em situação de pobreza e risco ambiental", *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v.20, n.1, p.44-60, jan/mar, disponível em: <http://www.seade.gov.br>; <http://www.scielo.br>.
- Arendt, H. (2005), *A Condição Humana*, Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- Bachelard, G. (1993), *A Poética do Espaço*, São Paulo, Martins Fontes.
- Bourdieu, P. (1997), *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Ação*, Campinas, Papirus.
- Cardoso, A. L. (2006), "Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro", *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 27-48.

- Foucault, M. (1999), *Em Defesa da Sociedade*, São Paulo, Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008), *Microfísica do Poder*, São Paulo, Paz e Terra.
- Haesbaert, R. (2004), *O Mito da Desterritorialização. Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- Higuchi, M.I.G. (2003), "A sociabilidade da estrutura espacial da casa: processo histórico de diferenciação social por meio e através da habitação", *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, n. 33, p.49-70.
- Lavell, A. (1993), "Ciencias sociales y desastres naturales en America Latina: un encuentro inconcluso", in Maskrey, Andrew (org.), *Los Desastres no Son Naturales*, Panamá, Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina, 1993.p.111-125.
- Lavell, A. (2002), "Riesgo, desastre y territorio: la necesidad de los enfoques regionales/transnacionales", *Anuário Social y Político de América Latina y Caribe*, Caracas, n.5, p.140-147.
- Leite, C. (2000), "A linguagem dos objectos e a criação de significado no espaço doméstico: um repertório de afectos", *Comunicação e Sociedade*, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, v.14 (1-2),p.205-216.
- Marchezini, V. (2010a), *Desafios de Gestão de Abrigos Temporários. Uma Análise Sociológica de Inseguranças e Riscos no Cotidiano de Famílias Abrigadas*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos.
- Marchezini, V. (2010b), "Campos de desabrigados", in Valencio, N. F. L. S. *Sociologia dos Desastres. Construção, Interfaces e Perspectivas no Brasil*, São Carlos, RiMa Editora, v. 2. p. 113-133.
- Maricato, E. Brasil (2001), *Cidades. Alternativas Para a Crise Urbana*, Petrópolis, Vozes.
- Santos, M. (1998), *O Espaço do Cidadão*, 4ªed., São Paulo, Nobel.
- Valencio, N. F. L. S. (2009), "Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre", in Valencio, N. F. L. S. (org.). *et al. Sociologia dos Desastres. Construção, Interfaces e Perspectivas no Brasil*, São Carlos, RiMa Editora, p. 3-18.
- Valencio, N. F. L. S. *et al.* (2004), "A produção social do desastre: dimensões técnicas e político-institucionais da vulnerabilidade das cidades brasileiras frente às chuvas", *Revista Teoria e Pesquisa*, São Carlos, n. 44-45, p. 67-115.
- Valencio, N. F. L. S. *et al.* (2006), "Implicações éticas e sociopolíticas das práticas de defesa civil diante das chuvas: reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa", *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 96-108, jan./mar., disponível em: <http://www.seade.gov.br>; <http://www.scielo.br>.

As condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis do lixão na capital do Brasil

Juliana Medeiros Paiva Schmitt

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília, e assistente social da COBRAPE (julianna.paiva@gmail.com)

Ana Beatriz de Souza Esteves

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, e socióloga da COBRAPE (appoema@gmail.com)

Resumo

Este artigo tem como objetivo traçar o perfil e as condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis que trabalham no lixão na capital do Brasil. De acordo com dados oficiais, 50,8% dos municípios brasileiros destinam os resíduos em lixões. Em Brasília, o lixão da Vila Estrutural está em funcionamento desde a década de 1970, e atualmente cerca de 1500 pessoas realizam o trabalho de catação. A dinâmica do trabalho gira em torno de coletar o material reciclável misturado com os outros resíduos. Dessa forma, este artigo visa identificar os riscos à saúde aos quais esses catadores estão submetidos. Foram coletados dados junto a 450 catadores no próprio lixão. Constatou-se que os catadores são submetidos a condições insalubres de trabalho. Cerca de 35% dos catadores já se acidentaram no trabalho, sendo a maioria ocasionados por material cortante, devido à ausência de material de proteção individual e falta de separação dos resíduos.

Abstract

This article examines the working conditions of recyclable material collectors who work at the dump in the capital of Brazil (Brasilia). According to official data, 50.8% of total waste in Brazil is goes to the landfills. In Brasilia, the “Vila Estrutural” dump has been operating since the 1970s, and currently about 1500 people do the recycling work. The dynamics of the work revolves around collecting recyclable materials mixed with other waste. Thus, this article aims to identify health risks to which these collectors are subject. We collected data from 450 waste collectors from the dump. It was found that the collectors are subjected to unsanitary and inhumane conditions of work. About 35% of the collectors have had accidents at work, mostly caused by sharps, due to lack of personal protective equipment and lack of segregation of waste.

Introdução

Uma das consequências do acelerado ritmo de crescimento das cidades, observado em todo mundo, é a questão do aumento da geração dos resíduos sólidos e os desafios que envolvem a sua destinação adequada. As áreas de grande concentração urbana sofrem com a ineficiência da coleta dos resíduos, além do falta de áreas para a sua destinação e tratamento final. Em geral, esses problemas se concentram nas áreas mais pobres, onde a coleta de lixo é mais deficiente, e o saneamento ambiental inexistente ou insuficiente, gerando, além de impactos ambientais, focos de doença para a população de baixa renda.

Apesar da destinação dos resíduos sólidos não ser uma preocupação recente, a revolução tecnológica que tem se consolidado nas últimas décadas, aliada ao aumento do consumo descartável, aumentaram consideravelmente o volume de lixo que cada pessoa produz diariamente (Abreu: 2001). No Brasil, em 2000 eram produzidos cerca de 160 mil toneladas de lixo por dia, em 2008, esse total passou para mais de 230 mil toneladas, sendo destinados, em mais de metade dos municípios, para lixões. De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico cerca de 50,8% dos domicílios brasileiros destinam os resíduos para vazadouros a céu aberto, ou lixões, onde trabalham cerca de 24 mil catadores de materiais recicláveis (Ibge:2008).

De acordo com dados do Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre), estima-se que 1 em cada 1.000 brasileiros seja catador, e ainda, cerca de 50 mil crianças trabalham nos lixões do Brasil, segundo pesquisa realizada pela Unicef. O problema da destinação dos resíduos em lixões é preocupante não apenas do ponto de vista ambiental e sanitário, mas também do ponto de vista social, uma vez que agrava a degradação ambiental e intensifica o processo de exclusão social, pois envolve o trabalho de catação em condições insalubres realizado por homens, mulheres e crianças. (Abreu:2001)

Os lixões têm se tornado cada vez mais uma possibilidade de trabalho para pessoas de baixa renda, que encontraram na coleta de materiais recicláveis uma forma de sobrevivência. A catação de resíduos sólidos urbanos é uma atividade relativamente recente no Brasil e vêm crescendo nos últimos anos devido ao incentivo à reciclagem, como forma de resposta ao esgotamento dos recursos naturais não-renováveis e da degradação ambiental. A geração de renda a partir da geração de resíduos se constitui contraditoriamente problema e alternativa, criados pela sociedade de consumo, e envolve não só medidas técnico-econômicas, mas, principalmente, propiciando reflexões profundas acerca do modo de produção e consumo atuais.

A profissão de catador é reconhecida como categoria profissional, oficializada na CBO — Classificação Brasileira de Ocupações — desde o ano de 2002, registrada pelo número 5192-05. De acordo com a classificação é considerado catador aquele que cata, seleciona e vende materiais recicláveis.

Segundo o Movimento Nacional dos Catadores (MNC), o trabalho de coleta de materiais recicláveis é realizado, no Brasil, há mais de 50 anos. Porém apesar de ser considerado profissão os catadores ainda necessitam de reconhecimento social, ou seja, é necessário reconhecer o direito dos trabalhadores da catação, para além da formalidade legal, por meio da melhoria das condições de trabalho e de vida, para que estes possam superar a categoria de trabalho para estrita sobrevivência. (Leal et al., 2002).

Para tanto, é imprescindível a implantação de um sistema de gerenciamento de resíduos sólidos com coleta seletiva, por parte dos governos locais, o que facilitaria o trabalho de catação e atribuiria maior valor aos materiais recicláveis, e proporcionaria condições de trabalho dignas e seguras (Carmo, 2005). Porém, em 2008, apenas 17,9% dos municípios, entre os quais se destacam os localizados na Região Sul e Sudeste, dispunham de coleta seletiva (Ibge: 2008).

No Distrito Federal as iniciativas de coleta seletiva ainda são incipientes e restritas às áreas nobres de Brasília, em geral, mais de 97% do total de resíduos sólidos produzidos na Capital Federal são destinados ao aterro controlado ou lixão da Vila Estrutural, depois de incinerados. O lixão ocupa uma área de aproximadamente 200 hectares, é localizado em área ambientalmente sensível, próximo ao Parque Nacional de Brasília, que agrega a maior reserva ambiental da região.

A Vila Estrutural está localizada em área privilegiada, próxima ao Plano Piloto, distante apenas 13 km do centro administrativo brasileiro. A ocupação da área foi iniciada ainda na década de 1970, com a instalação de 130 moradias precárias por catadores de lixo, que sobreviviam dos resíduos depositados no lixão. A partir dos anos 90 a ocupação foi se consolidando devido ao aumento do número de catadores e à fixação de pequenas chácaras (plântio de subsistência), passando, em 1993, para cerca de 400 famílias, e em 2009 para mais de 40 mil habitantes.

Uma das principais vias da Estrutural, conhecida como Avenida do Lixão, apresenta um tráfego constante de caminhões de lixo que entram e saem do aterro sanitário noite e dia, que se mistura ao trânsito de ônibus, veículos leves, carroças, bicicletas e pedestres, representando grave risco de ocorrência de acidentes e atropelamentos.

Cerca de 1.500 homens e mulheres, entre 18 e mais de 70 anos, retiram do lixão de Brasília todo o material que possa ser vendido para a indústria da reciclagem, como papelão, plástico, latas de alumínio e metal, etc., disputando o lixo com um trator esteira que tritura quase 500 toneladas depositadas diariamente pelos caminhões coletores. Dentre os catadores, alguns estão no Lixão de Brasília há 39 anos, quando de seu surgimento, há quem tenha nascido, crescido e tido filhos e netos no Lixão, e a maioria não quer sair do local.

Até 2001, todo o lixo produzido no DF era levado para o Lixão, e as famílias conseguiam um rendimento de até R\$ 300,00/semana, o equivalente a

menos que dois salários mínimos, na época. Produtos como leite em pó, pão, iogurte, carne, sabão em pó, roupas e móveis eram encontrados com facilidade. Hoje, 60% do lixo do DF seguem para as usinas de incineração, assim, a maior parte do que chega atualmente ao Lixão é pobre e não oferece condições de cata.

Desde então vários projetos de desativação do lixão foram apresentados, sendo que encontra-se em tramite a construção do aterro sanitário de Brasília, que deverá ser construído na cidade de Samambaia, e deverá ser operado dentro dos padrões ambientalmente corretos. Sendo assim, não será permitido a presença de catadores nas praças de transbordo dos caminhões, restringindo o acesso dos atuais trabalhadores a sua fonte de renda.

Como alternativa, o governo local, pretende implantar centro de triagem ao lado no novo aterro, e outro no atual lixão, que deverá ser abastecido com resíduos da coleta seletiva realizada em Brasília. Porém a maior parte dos catadores do lixão, apesar das condições de trabalho, participam frequentemente de protestos contra o fechamento e desativação do atual depósito de resíduos, temendo a perda da fonte de renda.

Esse estudo objetiva conhecer a realidade de trabalho em que estão inseridos esses catadores, uma vez que compreender esse universo é parte fundamental no planejamento de estratégias e propostas de ações concretas para melhoria de suas condições de vida e trabalho.

Procedimentos metodológicos

Os dados utilizados neste estudo foram coletados, por meio de pesquisa de campo realizada em 2009, no lixão da Vila Estrutural. Para tanto foram utilizadas ferramentas qualitativas e quantitativas. Os dados qualitativos foram coletados por meio de: reuniões com lideranças e representantes do poder público local que desenvolvem ações trabalham junto a esse segmento; observação participante de aproximadamente 3 meses no lixão; diário de campo; além de documentos fornecidos pelos órgãos responsáveis e análise teórica sobre o tema.

Os dados quantitativos foram coletados por meio da aplicação de survey com questões fechadas para uma amostra de 450 catadores do lixão da Vila Estrutural, de ambos os sexos e idades variadas, moradores ou não da Vila Estrutural que realizam seu trabalho de catação no Aterro Controlado do Jóquei.

A pesquisa junto a 450 entrevistados constitui uma amostra aleatória unbiased do universo de aproximadamente 1500 catadores, de forma que os resultados de proporções apresentados nas figuras e quadros neste artigo são válidos para inferências estatísticas para a população total dos catadores com nível de confiança de 95% e margem de erro de cinco pontos percentuais, calculados segundo a fórmula abaixo (Cochran, 1977):

$$n = \frac{\frac{t^2 PQ}{d^2}}{1 + \frac{1}{N} \left(\frac{t^2 PQ}{d^2} \right) - 1}$$

Onde n é o tamanho da amostra, N é o tamanho do universo, P é proporção estimada, Q é a proporção complementar estimada, d é a margem de erro e t é a abscissa da distribuição normal padrão correspondente ao nível de confiança indicado.

Os dados coletados são apresentados de forma em três subtópicos. O primeiro, denominado perfil dos catadores, expõe os dados gerais relacionados ao gênero, à faixa etária, e à escolarização dos entrevistados, bem como faz menção às condições de moradia e acesso ao saneamento básico dos catadores.

O segundo tópico destina-se a caracterizar a dimensão sócio-familiar dos catadores, por entender que as ações voltadas para a inserção socioeconômica do grupo devem levar em consideração que não se trata apenas de catadores, mas de famílias que sobrevivem do trabalho de catação e estão envoltas numa série de problemáticas sociais, que requer atenção por parte do governo e sociedade.

A terceira parte trata dos aspectos relacionados ao trabalho de catação, expondo diversas questões relacionadas à rotina de trabalho dos catadores, rendimentos mensais, principais dificuldades, organização em associações/cooperativas e o desejo ou não dos entrevistados em continuar no trabalho de catação.

Condições socioeconômicas e de trabalho dos catadores do lixão da capital do Brasil

Quem são e como vivem os catadores do lixão — Perfil dos Catadores

Mais de metade dos catadores do lixão são homens, cerca de 53%, porém a distribuição quase equiparada entre homens e mulheres pode ser compreendida enquanto resultado do aumento da participação feminina no mercado de trabalho em geral, nas últimas décadas. Todavia, na maioria dos países, esse acesso ao mercado de trabalho ainda pode ser caracterizado por uma inserção marginal, frágil e instável, concentrando-se em setores de menor status e com remuneração inferior à dos homens. (Hirata: 2007)

Entre as mulheres, mais de 50% tinha entre 35 e 65 anos, sendo a maior concentração na faixa entre 35-45 anos. Já entre os homens, a maior parte tinha 18 e 35 anos, com maior concentração na faixa entre 26-35 anos. Uma das principais características deste segmento de jovens trabalhadores é o fato que

Quadro 5.1 Percentual de Catadores por Faixa Etária

Faixa etária	Feminino (%)	Masculino (%)
Menos de 18 anos	0	1
De 19 a 24 anos	16	25
De 26 a 35 anos	32	32
De 36 a 45 anos	31	23
De 46 a 55 anos	16	13
De 56 a 65 anos	4	6
Acima de 65 anos	0	1

Fonte: Pesquisa Condições de Trabalho Catadores/2009.

muitos nunca estiveram inseridos no mercado de trabalho formal e/ou tem a catação como primeira experiência de trabalho.

A inserção no trabalho de catação de forma precária traz conseqüências que poderão repercutir ao longo da vida desses trabalhadores, tais como a ausência de direitos trabalhistas, que impossibilitam a aposentadoria, bem como o recebimento de auxílios e benefícios sociais relacionados ao trabalho. Já os catadores com idade entre 36 e 55 anos, informaram já terem tido outras experiências laborativas, tais como pedreiro, doméstica e padeiro. No entanto, passaram a trabalhar na catação por conta da dificuldade de se manter no mercado de trabalho, decorrente, principalmente, da ausência de vagas e da baixa remuneração atribuída aos serviços prestados.

Para as mulheres entrevistadas, em sua maioria casadas e com filhos, o trabalho de catação torna-se mais cansativo, pois ainda possuem a jornada doméstica diária (Hirata: 2007). Portanto, este público demanda políticas públicas relacionadas à saúde da mulher e outras voltadas para a educação dos filhos, tais como creches e escolas para educação infantil, para que possam, assim, ter uma melhor inserção no mercado de trabalho.

Entre as mulheres, cerca de por 62% se identificaram como chefes de família, ou responsável pelo sustento da família. O trabalho de catação tornou-se o principal e, na maioria dos casos, o único meio de sustento das mulheres chefes de família, que trabalham, inclusive, nos períodos de gravidez. No caso dos homens, além do trabalho de catação, são executados, paralelamente, pequenos serviços como os de pedreiro, jardineiro, padeiro e caseiro.

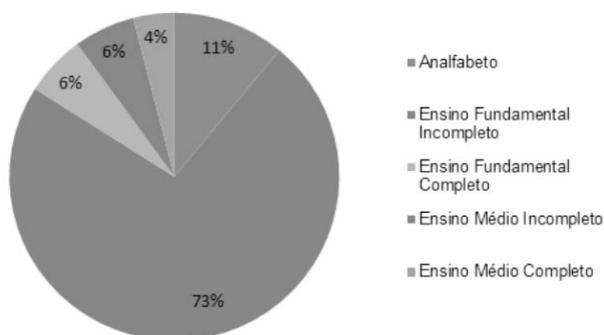
A desigualdade de gênero também pode ser notada na questão dos rendimentos mensais, uma vez que as mulheres entrevistadas chegam a ganhar, em média, 52% do rendimento dos homens, ou seja, eles recebem cerca de 90% a mais do que as mulheres.

Nesse sentido, deve ser considerado o fenômeno da feminização da pobreza, que está associado aos processos de globalização, de reestruturação produtiva e de precarização do trabalho, com a concomitante vulnerabilização

Quadro 5.2 Percentual de Catadores por Estado Civil

Estado civil	Feminino (%)	Masculino (%)
Solteiro	17,4	10,9
Casado	27,6	39,2
Separado	1,3	0,8
Outros	1,3	0,8

Fonte: Pesquisa Condições de Trabalho Catadores/2009.

**Figura 5.1** Percentagem de catadores por escolaridade

Fonte: Pesquisa Condições de Trabalho Catadores/2009.

de grupos específicos da sociedade, dentre eles as mulheres. O aumento da vulnerabilidade social da classe trabalhadora atinge, pois, principalmente as mulheres e as crianças, ou seja, aqueles grupos familiares nos quais a mulher é a principal ou única provedora, não havendo um adulto do sexo masculino que compartilhe a responsabilidade pela subsistência da família. (Medeiros: 2005)

A questão da escolaridade é um outro fator importante e que deve ser considerado nas análises sobre acesso ao trabalho e nível de renda. Sobre esta questão, foi verificado, por meio das entrevistas, que a maioria dos catadores iniciou as atividades laborativas quando crianças, para auxiliar na renda familiar. Essa inserção precoce no mercado de trabalho informal dificultou o ingresso e a permanência na educação formal, o que mais tarde repercutiu enquanto empecilho para o acesso ao mercado de trabalho formal.

Não obstante, a pesquisa mostrou que 73% dos catadores possuem apenas o ensino fundamental incompleto, com uma média de cinco anos de estudo. Vale salientar que se observou que aqueles catadores com maior escolaridade obtinham maior renda em relação aos com menor escolaridade, o

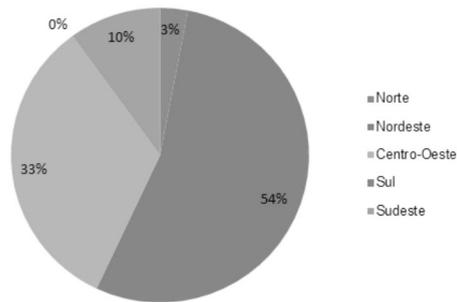


Figura 5.2 Região por naturalidade dos catadores

Fonte: Pesquisa Condições de Trabalho Catadores/2009.

que confirma a importância da educação para o desempenho de qualquer forma de trabalho, como no caso da catação.

Quanto à naturalidade dos catadores, a maior parte provém da região Nordeste (figura 5.2), o que pode ser explicado devido ao intenso fluxo migratório no sentido Nordeste-Brasília, impulsionado, sobretudo, pelo acesso à moradia, do acesso à educação e saúde, ou seja, da melhoria da qualidade de vida, principalmente para os filhos. Como consequência a maioria dos demais membros da família dos catadores tem como naturalidade o Centro-Oeste, nascidos no DF e cidades do entorno.

Mais de 60% dos catadores entrevistados moram na Vila Estrutural há mais de cinco anos, sendo que 19% há mais de 10 anos. Os catadores, em sua maioria, não possuem ou têm em estado precário de conservação, os documentos necessários para acesso a programas e trabalho formal, tais como: certidão de nascimento, carteira de trabalho e de identidade, por exemplo, o que dificulta o acesso aos direitos preconizados na Constituição.

Com relação às condições de moradia, 60% dos catadores residem em casas feitas de madeira/madeirito ou com materiais aproveitados; 90% com coberturas de amianto; 81% com piso de cimento ou “vermelhão”; e, 99% residem em casas com apenas um pavimento. Além do mais, a maioria dos entrevistados reside em quadras próximas ao lixão que ficam distantes dos equipamentos públicos, tais como a escola e o posto de saúde.

Apesar de a Vila Estrutural ser uma ocupação irregular, o que significa que seus moradores não possuem a titularidade dos imóveis, 77% dos entrevistados informaram ser os proprietários das moradias, e, aproximadamente 70 famílias de catadores vivem em residências cedidas por terceiros. Em relação aos serviços de saneamento básico, a Vila Estrutural não possuía, em

2009, esgotamento sanitário, e, 17% dos entrevistados possuem banheiros externos ou privadas feitas com valas.

Cerca de 30% dos catadores não pagam energia elétrica, o pode indicar a existência de ligações clandestinas e, ainda, 13% não pagam água, pois utilizam poços artesianos ou ligações clandestinas para ter acesso ao recurso. Sobre a coleta de lixo, 59% dos catadores informaram que suas moradias são atendidas por coleta regular de lixo. Como a Vila Estrutural não possui serviço de telefonia fixa, os moradores possuem atendimento apenas por meio de telefones públicos ou móveis.

Esses dados nos levam a refletir sobre o patamar mínimo e universal de qualidade de vida, que diz respeito à satisfação das necessidades elementares da vida humana, o que inclui um padrão adequado de alimentação e nutrição; acesso à água potável, habitação e saneamento básico; boas condições de trabalho, oportunidades de educação ao longo de toda a vida, saúde e lazer; elementos materiais que têm como referência noções relativas de bem-estar e realização individual e coletiva.

Partindo desses pressupostos, é possível dizer que os catadores não têm acesso aos mínimos capazes de satisfazer suas necessidades mais básicas, carecendo intervenções que melhorem as oportunidades de acesso à condições de trabalho dignas, inclusão dos filhos no sistema educacional e em programas sociais e capacitação profissional.

Com quem vivem os catadores do lixão — Dimensão Sócio-Familiar dos Catadores

A dimensão sócio-familiar dos catadores entrevistados foi pesquisada devido ao entendimento de que cada catador e catadora entrevistada representa uma família. Sendo assim, as iniciativas voltadas para a inserção social dos catadores devem prever ações que se estendam para a melhoria social das famílias como um todo, não se focando apenas ao âmbito individual.

A pesquisa realizada mostrou que a trajetória familiar dos catadores está repleta de fragilidades. E, apesar das famílias não serem construídas sob os moldes tradicionais, para os catadores ela é considerada fundamental, pois “diante do campo restrito de possibilidades econômicas e sociais, a família representa para estes indivíduos, como para os pobres em geral, um elo com a vida social no seu sentido mais amplo. A família é tão valorizada porque lhes confere pertencimento, inscrevendo-os numa comunidade concreta” (Azeredo: 1999, p. 33).

No caso das mulheres chefes de família, a relação entre vida, família e trabalho estabeleceu-se desde a infância e, na maioria dos casos, foi na adolescência que elas se casaram e constituíram família. A condição de chefes de família foi consequência de inúmeras dificuldades no decorrer da vida

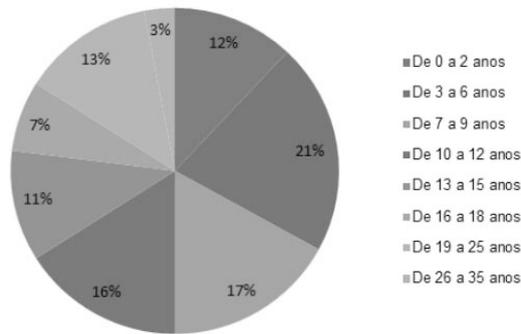


Figura 5.3 Faixa etária dos filhos dos catadores

Fonte: Pesquisa Condições de Trabalho Catadores/2009.

conjugal, relacionadas ao desemprego, ao uso abusivo de bebida alcoólica por parte dos companheiros, bem como pela violência verbal e física exercida pelos mesmos em relação aos membros da família (filhos e esposa), o que acarretou na dissolução dos matrimônios por iniciativa das próprias catadoras. Dessa forma, as catadoras entrevistadas declararam que a família consistia em um bem de suma importância, no qual se identificavam exercendo um papel na sociedade.

Já os catadores do sexo masculino, têm suas trajetórias de vida marcadas pelo trabalho precoce, principalmente, em atividades rurais e da construção civil, que se constituíam enquanto meios de contribuição financeira às famílias.

As famílias dos catadores entrevistados podem ser consideradas jovens, visto que 64% de seus membros possuem até 25 anos de idade. Além disto, as famílias são formadas, principalmente, pelos responsáveis e filhos, sendo, em média, constituídas por quatro membros, o que revela que grande parte das famílias são monoparentais.

No que tange a escolaridade, a situação dos membros da família é semelhante à dos catadores, pois cerca de 60% possuem apenas seis anos de estudo, 59% dos membros não possuem renda, e, 62% estão desempregados, o que torna o trabalho de catação a principal fonte de renda das famílias.

No caso das catadoras responsáveis pelo sustento da família, que somam 62% do total de entrevistados, existe ainda a preocupação com os filhos menores de sete anos de idade. Para solucionar a questão do cuidado com os filhos mais novos, a pesquisa revela que as catadoras utilizam de várias estratégias.

A primeira estratégia utilizada é colocar os filhos mais velhos (ou seja, os maiores de sete anos) para cuidar dos demais. A segunda solução é utilizar a rede de solidariedade familiar ou da vizinhança, que, em alguns casos, é paga.

Uma terceira solução é levar os filhos para o trabalho, o que é perigoso devido à insalubridade do local, a existência de materiais cortantes e infectantes e a circulação de veículos, por exemplo.

A reflexão que se faz nesse sentido é que a melhor solução seria deixar as crianças em creches públicas, todavia, não há na Vila Estrutural tal equipamento público. Além do mais, cerca de 10% das crianças acima de oito anos ainda não ingressaram no sistema formal de ensino e a maioria dos jovens com idade até 25 anos não completaram o ensino fundamental.

A grande questão que está por trás do abandono e da defasagem escolar é o fato de que a escola compete com a necessidade básica primordial: a sobrevivência do grupo familiar. Portanto, romper com o problema da escolarização e, conseqüentemente, com o do trabalho infantil, torna-se muitas vezes, quase impossível.

Essa afirmação encontra suporte no estudo realizado por Salama e Destremau (1999), fundamentado em dados estatísticos sobre a situação da pobreza em vários países, e que mostra que as crianças em situação de extrema pobreza possuem chances mínimas de sair do estado de miséria. O estudo ainda diz que no caso daquelas que nascem dentro de famílias pobres, mas não indigentes, existem maiores chances de melhoria na condição de vida, sem, portanto, afastar-se demasiadamente da linha de pobreza.

Uma alternativa para contornar essa situação é a inserção destes grupos em programas sociais. Nesse sentido e em relação aos filhos dos entrevistados, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é encarado como um meio de aumentar os rendimentos das famílias, possibilitando a “liberação” dos filhos para freqüentar a escola. Além do PETI, apenas 31% dos catadores participam de algum outro programa social, em especial, daqueles voltados para a transferência de renda.

Condições de trabalho dos catadores

É importante reconhecer que o trabalho desenvolvido pelos catadores, apesar do estigma ainda existente, é um trabalho extremamente necessário para a preservação do meio ambiente. No entanto, por trás deste trabalho está a luta cotidiana pela sobrevivência e pela dignidade. De acordo com Juncá (2001, p. 26), trabalhar no lixo é um desafio a ser vencido, que “envolve ignorar estigmas e encarar riscos, substituindo medos e humilhações por formas de enfrentamento de realidade que criam e os mobilizam integralmente”.

No caso do Lixão, cerca de 1.500 pessoas sobrevivem do trabalho da catação, sendo este trabalho a principal fonte de renda para 95% dos que lá trabalham. Na maioria dos casos, apesar de já terem tido alguma experiência em outra frente profissional, os entrevistados têm no trabalho de catação uma alternativa frente ao desemprego, mesmo este trabalho sendo visto como último recurso em uma sociedade marcada pela redução das ofertas de emprego.

Quadro 5.3 Percentual de Catadores segundo o motivo pelo qual trabalham com a catação

Motivo pelo qual trabalha com catação	CATADORES (%)
Desemprego	87
Regime de trabalho flexível	9
Proximidade com o local de moradia	3
Pouca exigência de escolaridade	3
Quer se profissionalizar como Agente Ambiental	1
Outros	5

Fonte: Pesquisa Condições de Trabalho Catadores/2009.

Aliado ao desemprego, o fácil acesso ao lixão e o regime de trabalho flexível (autonomia) apresentam-se como os principais motivadores para o trabalho de catação, conforme exposto pelo quadro 5.3.

Mais de 53% das famílias de catadores possuem mais de um membro inserido na catação, o que pode ser explicado pela facilidade de gerar renda de maneira “rápida”, dada a necessidade imediata de sobrevivência.

Um dado de extrema importância é a inserção dos catadores em associações/cooperativas. De acordo com os dados levantados apenas 17% dos catadores afirmaram participar da Associação existente no lixão e, mesmo nestes casos, a participação se restringe à contribuição que é dada para a organização confeccionar as carteirinhas de associados.

A Associação, no período em que a pesquisa foi realizada, funcionava apenas com o intuito de organizar o trabalho local, sendo que os materiais catados eram comercializados individualmente ou em parceria familiar. Não existia, portanto, um mínimo de organização pautada em noções de associativismo e cooperativismo.

A dinâmica do trabalho realizado no lixão gira em torno de coletar o material reciclável que está misturado com os outros resíduos, e que provém das cidades do DF. Os resíduos são depositados pelos caminhões em pequenos montes e praças de materiais e, a partir de então, os catadores garimpam e separam o material que pode ser reciclado, utilizando-se de instrumentos como pás, enxadas e grandes sacos para o armazenamento do lixo (*bags*). Posteriormente, é feita a separação dos produtos para a venda.

Os catadores trabalham dia e noite, sob chuva ou sol, determinando seu próprio ritmo e horário de trabalho. Estão submetidos à um ambiente de trabalho insalubre e precário, pois convivem com o mau cheiro dos gases exalados pelo lixo acumulado, assim como pela intensa fumaça produzida pela combustão dos gases, com os urubus e moscas que sobrevoam a área e, além de tudo, submetem-se ao risco de contrair várias doenças, de se acidentarem e se contaminarem.

Os dados coletados mostram que 34% dos entrevistados trabalham por até 10 horas diárias. Existem, atualmente, quatro escalas de trabalho, sendo

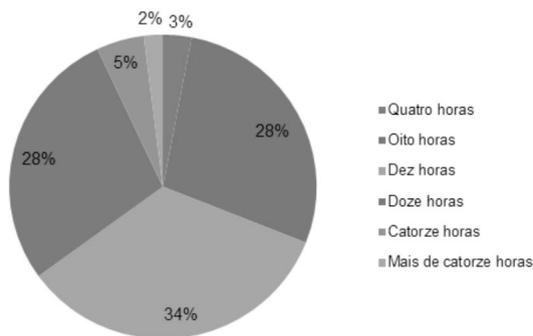


Figura 5.4 Faixa etária dos filhos dos catadores

Fonte: Pesquisa Condições de Trabalho Catadores/2009.

Quadro 5.4 Percentual de catadores por dias trabalhados por semana

Dias trabalhados por semana	Catadores (%)
Até quatro dias	4
Cinco dias	25
Seis dias	58
Sete dias	13

Fonte: Pesquisa Condições de Trabalho Catadores/2009.

duas diurnas e duas noturnas, incluindo a madrugada. O trabalho realizado é bastante exaustivo, pois os catadores utilizam da tração humana para puxar seus carrinhos, carregando, por dia, mais de 200 quilos de materiais recicláveis (o correspondente a mais ou menos quatro toneladas mensais), e percorrendo mais de vinte quilômetros diários. Muitos catadores acabam sendo explorados, pois vendem seus materiais recicláveis para os famosos atravessadores e donos de depósitos (sucateiros) que se aproveitam de suas necessidades de subsistência imediata e trocam os resíduos coletados por valores simbólicos e até mesmo por bebidas alcoólicas.

Os sucateiros vão acumulando o lixo prensado em fardos nos seus depósitos até conseguirem uma quantidade que torne viável a venda para as indústrias de reciclagem. É interesse destacar que a autonomia apontada pelos catadores sofre interferência do próprio mercado de compra dos materiais coletados, uma vez que já existe uma rotina de trabalho com horários, dias e

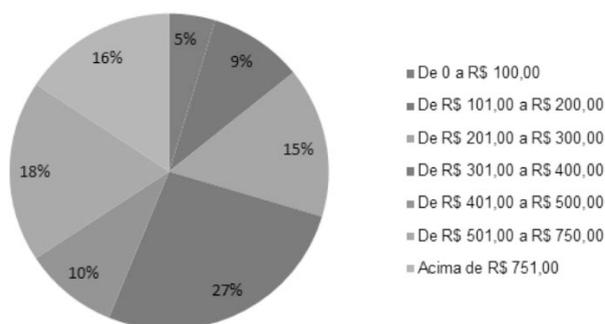


Figura 5.5 Percentual de catadores por faixa de renda mensal

Fonte: Pesquisa Condições de Trabalho Catadores/2009.

compradores definidos e, quem não se insere nesta rotina, corre o risco de não conseguir o suficiente para o seu próprio sustento.

A existência de um trabalho uniforme pode ser verificada no quadro 5.4, que mostram que 58% dos catadores trabalham durante seis dias na semana, além de 95% trabalharem diariamente.

Existe uma divisão do trabalho que é organizada a partir dos tipos de materiais recicláveis que são vendidos, tais como alumínio, ferro, papel, papelão, plástico, vidro e outros. Na maioria dos casos os materiais não são levados para as casas dos catadores, portanto, são organizados espaços para cada um na área do Aterro e, lá são deixados os materiais coletados.

Quanto à periodicidade da remuneração, 89% dos catadores recebem semanalmente pelos materiais coletado. A renda obtida varia de acordo com a produção de cada trabalhador e, apenas 5% dos catadores se associam com outros para aumentar o volume de materiais recicláveis a serem vendidos.

A renda dos catadores varia em razão dos seguintes elementos: época do ano, número de familiares que atuam na catação, horas trabalhadas e tipo de material coletado. Logo, a renda mensal dos entrevistados é bastante diversificada, como pode ser visto na figura 5.5. Apesar da renda média mensal girar em torno de R\$ 480,00, que aparenta ser elevada se comparada com a renda média mensal de outras ocupação de baixa escolaridade, não existe uma renda fixa, pois o catador só recebe se tiver o material para ser vendido.¹

1 Na época da pesquisa, o salário mínimo brasileiro era de R\$ 465,00.

Essa situação mostra que o trabalho de catação está à margem da legalidade, uma vez que os catadores não são assistidos pelos direitos trabalhistas. Como exemplo, podemos pensar que caso um catador se acidente no trabalho, ele não terá direito aos benefícios previstos em Lei, como auxílio-doença ou qualquer outro benefício previdenciário, e isso acarretará na diminuição da sua renda, dada a impossibilidade de trabalhar.

A indústria de reciclagem, de acordo com estimativa realizada pelo CEMPRE, movimenta anualmente cerca de R\$ 3 bilhões, considerando apenas os produtos recicláveis principais (alumínio, plástico, papel, papelão e borracha) (Bergamasco: 2003). Ou seja, apesar de apresentar um mercado cada vez mais promissor, o trabalho de catação reproduz condições de marginalidade e ausência de direitos para aqueles que são os agentes principais na coleta e separação do material: os catadores. Estes participam como elemento base de um processo produtivo lucrativo, mas, paradoxalmente, trabalham em condições precárias, subumanas e não obtêm ganhos que lhes assegurem uma sobrevivência digna (Leal et al.: 2002).

Tal situação é explicada por Carmo (2005) como resultado do baixo nível de escolaridade dos catadores, o que contribui para que eles desconheçam os aspectos que envolvem a logística do processo de reciclagem. Viana (2000) agrega, ainda, que a existência dos atravessadores se dá pela dificuldade de locomoção dos catadores para entregar os materiais recicláveis nas respectivas indústrias e pelas vantagens que este sistema oferece às próprias indústrias.

Sobre as condições precárias de trabalho, constatou-se que 35% dos catadores já se acidentaram no trabalho, sendo que 78% dos acidentes foram ocasionados por material cortante. Ademais, 23% dos que já se acidentaram tiveram que se ausentar do trabalho por, pelo menos, uma semana. Um dos fatores que contribuem para a ocorrência de acidentes no trabalho é o fato de que 58% dos catadores não utilizam material de proteção, tais como máscara, luvas, botas e boné.

Nesse sentido, estudos brasileiros sobre a saúde dos catadores mostram que os problemas de saúde mais recorrentes no grupo são distúrbios e parasitoses intestinais, hepatite, doenças de pele, respiratórias e danos nas articulações (Sisinno & Oliveira: 2000). Estas informações alertam para a necessidade de ações que integrem, simultaneamente, as dimensões sociais, sanitárias e ambientais, como a instalação de infraestrutura mínima para a realização do trabalho nas praças, tais como banheiros químicos, abrigo para proteger do sol e da chuva, pias para lavar as mãos, dentre outros.

A pesquisa também mostrou que, por conta do estigma social que sofrem e das condições precárias de trabalho às quais estão submetidos, 63% dos entrevistados manifestam o desejo de exercer outra profissão, sendo que os restantes 37% desejam profissionalizar-se como catadores. Todavia, os que desejam mudar de profissão acrescentam ressalvas a essa possibilidade, como ganhar o mesmo e não perder a autonomia.

A questão de gênero também incide sobre a mudança de profissão, sendo que 55% dos homens preferem se profissionalizar como catador e 49% das mulheres anseiam pela mudança de profissão.

Dentre os que desejam mudar de profissão, atividades como artesanato, serviços gerais, costura, cozinheira e babá, foram as mais citadas pelas mulheres. Já os homens citaram profissões relacionadas a serviços gerais, mecânica de automóveis, pedreiro e serviço de vigilante. Em especial, as mulheres apontaram ressalvas para a realização de outra atividade, como a questão da autonomia que entendem possuir para cuidar dos filhos.

Considerações finais

Apesar de todos os desafios que incidem no trabalho realizado pelos catadores, os resíduos sólidos são um nicho de mercado que não pode ser ignorado. Existe no trabalho de catação uma possibilidade significativa de incluir socialmente as pessoas que não teriam, provavelmente, outras oportunidades no mercado de trabalho.

A pesquisa demonstrou que os catadores de materiais recicláveis elegeram como vantagem primeira do trabalho no Aterro os ganhos que conseguem ali obter, que são, na maioria das vezes, superiores aos recebidos em profissão anterior. Também apontam como benefício a autonomia na gestão do tempo, que, apesar de quase todos cumprirem longas jornadas de trabalho, possuem independência no sentido de que não precisam pedir licença ao patrão ou à patroa para descansar, comparecer às reuniões na escola, conversar com os colegas, definir horários de trabalho.

Constatou-se, também, que o valor do rendimento mensal dos entrevistados parece influenciar a permanência no trabalho, pois as idades e a ausência de escolaridade dificultam a inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, no recebimento de um salário equivalente à renda obtida com venda dos materiais recicláveis coletados no Aterro.

No caso daqueles que desejam se inserir em outras frentes profissionais, os principais motivos estão elencados foram:

- Em outra atividade, tinham um salário e um emprego fixo, garantido. *“A catação é uma atividade incerta”;*
- Considerações de que esta é uma profissão pesada, sofrida. *“O catador necessita andar muito, o que torna a atividade cansativa”;*
- Observações de que o catador mexe com a sujeira e em função disso adquire doenças. *“Trabalhando com a catação a pessoa anda sempre sujo”;*
- Presença de muitos catadores nas ruas, o que diminuiu a quantidade de material arrecadada e torna a atividade cada vez mais difícil. *“A concorrência tá grande”;*

- Sentimento de que a sociedade possui preconceito em relação aos catadores, discrimina a profissão de catador. Considerações de que as pessoas olham para o catador como se este fosse ninguém, como se este não estivesse realizando uma atividade digna. “*Eu fui barrada de comprar uma máquina nas Casas Bahia por que sou catadora*”.

Portanto é importante oferecer condições salubres e dignas de trabalho para esses catadores incentivando a permanência na cadeia econômica de reciclagem, porém em condições adequadas de trabalho.

Por meio do trabalho da catação, ainda que seja um trabalho, os catadores buscam condições que lhes permitam serem incluídos como sujeitos na sociedade. Portanto, reconhecê-los enquanto sujeitos, portadores de direitos e deveres passa necessariamente pela melhoria das condições de trabalho, uma vez que pode-se observar que as condições de trabalho às quais esses catadores são submetidos é sub-humano e necessitam de uma ação emergencial em questões fundamentais como higiene e salubridade.

Referências bibliográficas

- Azeredo, V. G. (1999), *Os Recicladores da Miséria*, Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Escola de Serviço Social/UFRJ.
- Bergamasco. C. (2003), “A Riqueza dos Reciclados”, in *Pequenas Empresas Grandes Negócios*, São Paulo, Editora Globo.
- Bursztyrn, M. (2000), “Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua”, in M. Bursztyrn (org.), *No Meio da Rua. Nômades Excluídos e Viradores*, Rio de Janeiro, Garamond, pp. 27-55.
- Carmo, M.S. (2005), *A Semântica “Negativa” do Lixo como Fator “Positivo” à Sobrevivência da Catação. Estudo de Caso Sobre a Associação dos Recicladores do Rio de Janeiro*, em Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa em Administração, ENANPAD, Brasília, DF.
- Cochran, W.G. (1977), “The estimation of sample size”, in Cochran, W.G., *Sampling Techniques*, 3.ed., New York, John Willey.
- Ibge (2008), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico*, Rio de Janeiro.
- Hirata, Helena e Kergoat, Danièle. (2007), “Novas configurações da divisão sexual do trabalho”, *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez.
- Juncá, D. M. C. et al (2000), *A Mão Que Obra no Lixo*, EdUFF/RJ.
- Leal, A.C. et al (2002), “A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem” *Revista Terra Livre*, São Paulo, 18(19), pp. 177-190, jul/dez.
- Medeiros. Marcelo (2005), *O Que Faz OS Ricos Ricos. O Outro Lado da Desigualdade Brasileira*, Editora Hucitec, ANPOCS, São Paulo.

- Salama, P. e Destremau, B. (1999), *O Tamanho da Pobreza. Economia Política da Distribuição de Renda*, Rio de Janeiro, Garamond.
- Sarti, C.A. (1996), *A Família Como Espelho. Um Estudo Sobre a Moral dos Pobres*, Campinas, Autores Associados.
- Sisinno, C. L. S. & Oliveira, R. M. (2000), *Resíduos Sólidos, Ambiente e Saúde. Uma Visão Multidisciplinar*, Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ.
- Souza, F. V. (1995), *Sobrevivendo das Sobras. As Novas Formas de Miséria Urbana*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Escola de Serviço Social/UFRJ.
- Viana, N. (2000), "Catadores de lixo: renda familiar, consumo e trabalho precoce", *Revista Estudos da Universidade Católica de Goiás*, 27(3).

Investigações artísticas e a construção de narrativas sobre a cidade

O Caso do osso coletivo de performances urbanas na cidade de salvador-bahia-brasil

Daniela Félix C. Martins

UFBA, (danifelixcm@gmail.com)

Resumo

A cidade carrega consigo uma polissemia, característica essa dada não pela contemporaneidade, mas há muito ela é transpassada por suas narrativas. O entendimento de cidade sob a égide de Platão e Descartes é marcada como um espaço regrado e seguro, habitada por certezas e verdades, promessas dos ideais da Razão. A cidade renascentista, por tanto se baseava na visão de um espaço homogêneo e mensurável. Na narrativa contemporânea a contiguidade física, às noções geográficas fixas e o senso de proteção se dissolve, instaurando noções de ubiquidade e fluxos abrindo-se para a condição da mobilidade e risco. Os surrealistas pareciam está atento a esse giro semântico ao conceber a cidade dos sonhos, dos desejos, do intercurso, das passagens, ambiguidades. A cidade antes objetivada é entendida e constituída pelas práticas. Esse movimento é realizado pela ruptura dos espaços tradicionais da arte, é o princípio de linguagens como a performance art, happenings e intervenção urbana, a arte sai das galerias e museus e elege o espaço urbano como lócus de experimentação artística. Esse deslocamento não é realizado sem consequências; narrativas são tecidas visibilizando seus contrastes e rugosidades. O giro das vanguardas avança até os dias atuais, no Brasil hoje assistimos a difusão de coletivos de artistas que fazem uso de performances e intervenções urbanas: *Corpos Informáticos*, *Grupo Empreza*, *GIA*, *OSSO_Coletivo de Performances Urbanas*. O presente trabalho de caráter exploratório busca investigar essas narrativas, essas imagens e representação fabricadas nesse encontro da arte experimental e o fluxo de uma metrópole brasileira como Salvador — BA. Mais precisamente investigaremos as atuações do *OSSO_Coletivo de Performances Urbanas* que vem realizando seus trabalhos desde 2009 na cidade de Salvador, produzindo mostras na periferia, em centros comerciais, estações de transbordo. Que cidade se fabrica nesse encontro? Como esses artistas imaginam e representam o urbano, o público? Quais constrangimentos emergem desses agenciamentos, dessa arte

experimental nos interstícios dessa cidade? Seriam essas inquietações que norteiam o início dessa investigação.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar algumas observações iniciais da minha recente pesquisa sobre investigações artísticas, narrativas e cidades. Para tanto apresentarei uma breve trajetória do OSSO_Coletivo de Performances Urbanas que venho fazendo parte desde sua fundação em agosto de 2009, este coletivo concentra suas performances na cidade de Salvador-BA-Brasil, como característica das investigações artísticas está a descentralização dos espaços artísticos, o engajamento dos transeuntes e dos espaços escolhidos para a realização da performance, trata-se desse modo de uma estética relacional, como já sinalizado por Nicolas Bourriaud, trata-se de uma estética que privilegia as relações inter-humanas. Contudo, no caso das investigações do OSSO e outros coletivos é necessário ainda problematizar o espaço, ou ainda o engajamento do espaço nesses feixes relacionais, convocando um paradigma ecológico, possibilitando desse modo o engajamento através do organismo/ambiente.

No ano de 2009 o coletivo realizou cinco mostras entre os meses de agosto a dezembro, essas mostras chamadas de séries eram pensadas através dos locais escolhidos para as performances. Agosto → Praças e cidade de Cachoeira. Setembro → Estações de transbordo. Outubro → Pontes, Viadutos e Passarelas. Novembro → Igrejas e Cemitérios. Dezembro → Férias, nos diversos lugares em que os integrantes do Osso estivessem. Em 2010 o OSSO realizou a 1 MOLA — Mostra OSSO Latino-Americana de Performance Urbanas.

Com as séries o coletivo pretendia realizar um deslocamento em relação aos espaços artisticamente informados, galerias, museus, universidades, etc. Este deslocamento está em diálogo com uma das principais discussões na arte moderna e que se estende às investigações artísticas na contemporaneidade: o rompimento com os espaços tradicionalmente entendidos como artísticos. Como consequência desse deslocamento Priscila Arantes observou que:

Esta discussão levou, muitas vezes, inúmeros artistas a desenvolver não somente investigações fora do ambiente confinado do museu e da galeria, mas, também, práticas que colocassem de forma mais direta a crítica aos mecanismos de operação econômica e mercadológicas envolvidas no circuito de arte. (Arantes, 2007, pp: 156)

Paralelo a esse deslocamento outro fenômeno vem à tona, a preocupação de aproximar a arte da vida, é possível afirmar que o deslocamento em relação aos espaços informados é o desdobramento da busca de novas atitudes

estéticas que aproximem a arte da vida. Ir de encontro ao espaço da cidade significa opor-se a ideia de um objeto estético amalgamado por um mutismo contemplativo e lançar mão de investigações que viabilizem espacialidades mais fenomenológicas, ou ainda, ecológicas. Desse modo, é a própria narrativa sobre cidade que está sendo (re) articulada através dessa agência artística. Recuperando uma imagem esboçada por Milton Santos, a cidade como lugar de ebulição, podemos entendê-la não como um cenário imutável ou recipiente de relações, como reflexo de uma visão objetivada, mas mundo, no sentido em que propõe Merleau-Ponty, enquanto “meio natural e o campo de todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas” (Merleau-Ponty, 1999, pp: 6). Ou seja, é mundo vivido.

A cidade concebida através de uma perspectiva cartesiana se baseava na visão de um espaço homogêneo e mensurável, dividido em três dimensões em que as coisas estão distribuídas conservando suas identidades a despeito de todas as mudanças de lugar, a cidade seria por tanto um espaço realizado pela razão, pelos preceitos newtonianos e pela noção de contiguidade física, o espaço seria fruto de uma representação totalmente convencional, segura e estável. Por sua vez, seria espaço que rompe com a experiência vivida, com o mundo percebido, seria resultado de uma abstração, Merleau-Ponty ao analisar o espaço através da pintura clássica esclarece essa concepção:

O pensamento clássico da pintura baseia-se na perspectiva — ou seja, no fato de que, diante de uma paisagem, por exemplo, o pintor decidia só transportar para sua tela uma representação totalmente convencional do que via. Vê uma árvore perto dele, depois fixa seu olhar mais adiante, na estrada, por fim, leva-o ao horizonte e, de acordo com o ponto que fixa, as dimensões aparentes dos outros objetos são a cada vez modificadas. Em sua tela, dará um jeito de representar apenas um compromisso entre essas diversas visões e irá esforçar-se por encontrar um denominador comum a todas essas percepções, atribuindo a cada objeto não o tamanho, as cores e o aspecto que apresenta quando o pintor o fixa, mas um tamanho e um aspecto convencionais, os que se ofereciam a um olhar fixado na linha do horizonte num certo ponto de fuga para o qual se orientam a partir de então todas as linhas da paisagem que vão do pintor ao horizonte. (Merleau-Ponty, 1999, pp:13)

O espaço domesticado pela razão é um espaço exclusivista, ou seja, aparta toda uma complexidade em que está na própria instituição do espaço, é a *Guilhotina de Ocam* que exclui todo o contato perceptivo, justamente por questionar tamanha integridade mensurável do espaço, ou seguindo a citação de Merleau-Ponty:

As paisagens assim pintadas têm, portanto, um aspecto tranquilo, decente, respeitoso, provocado pelo fato de serem dominadas por um olhar fixo no infinito.

Elas estão longe, o espectador não está compreendido nelas, elas são afáveis, e o olhar desliza com facilidade sobre uma paisagem sem asperezas que nada opõe à sua facilidade soberana. Porém, não é assim que o mundo se apresenta a nós no contato com ele que nos é fornecido pela percepção. A cada momento, enquanto nosso olhar viaja através do espetáculo, somos submetidos a um certo ponto de vista, e esses instantâneos sucessivos não são passíveis de sobreposição para uma determinada paisagem (Merleau-Ponty, 1999, pp:14)

Possivelmente pela permanência de um estilo *Trompe l'oeil* no urbanismo institucional é que não raramente encontramos construções que não dialogam com o fluxo da cidade, como é o caso de uma passarela no bairro da Pituba em Salvador-BA, pouco utilizada pelos pedestres pela falta de cobertura e construída em formato de meia-lua, ela se torna antes um obstáculo que uma facilitação para a travessia. Na mostra de outubro do OSSO, uma das artistas convidadas foi Carol Érika que realizou sua *performance* "Na aba do meu chapéu", com um imenso chapéu de palha ela atravessou juntamente com outras pessoas essa passarela, trazendo a tona a problemática.



O presente trabalho é um diálogo das investigações artísticas contemporâneas com algumas já iniciadas no início do século XX e um dos principais pontos de intersecção é justamente a utilização do espaço público, da cidade, como tentativa de aproximar a arte da vida e como consequência desse movimento está o desmoronamento de noções clássicas sobre a cidade. Como o caso das deambulações dos dadaístas e surrealistas que colocavam em xeque a racionalidade cartesiana:

No início do século passado podemos lembrar dos dadaístas com as excursões urbanas por lugares banais e as deambulações aleatórias organizadas por

Aragon, Breton e Picabia. Muitas destas deambulações colocavam em cena a experiência física da errância no espaço urbano (...) A cidade dos surrealistas não é o espaço regrado e seguro das cidades de Platão e Descartes, das certezas e verdades prometidas pelos ideais da Razão, mas a cidade dos sonhos, dos desejos, dos cruzamentos insólitos, das passagens que devem ser decifradas, das ambiguidades. (Arantes, 2007, pp: 158-159)

Desse modo, podemos observar o *encarnamento* das cidades, pois ela é espaço de prática, ou ainda é ela condição das práticas, faz parte do jogo, é mais um *actante*, como o artista, o transeunte, o bêbado, o cachorro, ela se torna nesse sentido um *embodied landscape*. Por tanto, às noções geográficas e geométricas, noções fixas e homogêneas que definiam o espaço estéril da Razão, é processada por um giro narrativo em que fluxos, mobilidade e heterogeneidade caracterizam o espaço das cidades. Contudo não estamos propondo uma linha evolutiva do espaço homogêneo ao heterogêneo, mas sim, uma (re) articulação paradigmática, de incorporação das ambiguidades, ao invés de isolá-las a favor da produção de certezas.

As mostras

Em seguida serão apresentadas algumas das experiências artísticas do OSSO. Em manifesto recente o coletivo define o que entende como *Performances Urbanas*:

O OSSO se propõe como um coletivo de performances urbanas. Queremos dizer com isso a prática, o desenvolvimento de performances em ruas, praças, estações de transbordo, espaços que facilmente localizamos como espaços públicos, pertencentes a todos ou em seu duplo, pertencentes a ninguém. Contudo, a nossa inquietação não está vinculada a materialidade do espaço, mas sim aquilo que lhe dá vida, dinâmica, fluxo. Propomo-nos ir ao encontro dessa alteridade, traduzido genericamente como o transeunte. De certo esse encontro não se dá em um espaço abstrato, ao longo das mostras percebemos espacialidades distintas reconhecendo aí o nosso lócus artístico. Essa relação com o outro, a imprevisibilidade dos espaços “artisticamente” não informados são entendidos como elementos constitutivos de cada performance. A avalanche polissêmica nos parece ser mais interessante que a operação de significação. Entendemos enquanto performistas que somos um dispositivo, um desencadeador de narrativas, menos que uma ruptura ou intervenção, buscamos a rearticulação, a composição entre nós e essa efervescência do dia-a-dia. (OSSO, www.coletivosso.blogspot.com [consultada em setembro de 2011])

É possível afirmar que as investigações artísticas do OSSO busca contaminar-se ao fluxo cotidiano da vida, com isso rompe tanto uma verticalidade da

arte com a vida cotidiana, quanto à realização artística passa está aberta às contingências e imprevisibilidade, se atira a um universo sem controle, deslocando a centralidade do artista para as relações que sua ação provoca, ou ainda para um ambiente que o ultrapassa.

Na primeira mostra organizada pelo coletivo em agosto de 2009, Série Praças, realizei a performance “Lilás”. Em frente à Secretaria de Segurança Pública, na Praça da Piedade escrevi a giz com cores da bandeira do movimento LGBTTTIAQ situações de agressão e aviltamento de direitos que tinham como alvo essas pessoas e por fim, uma situação que sofreu atitudes de homofobia. Pessoas paravam e liam, expressavam opiniões e de repente na Praça da Piedade surgem movimentos sobre os direitos indígenas e o movimento negro, eu não sabia até então. Havia, desse modo um (com)fluxo, uma composição que se por um movimento de atenção a minha performance poderia está em plano, em outro ela se tornava horizonte, uma reversibilidade contínua em que sentidos partiam da minha ação e as ultrapassavam. É fundamental reconhecer ainda outros actantes que participavam dessa composição, como o próprio giz em atrito com o chão que por vezes quebrava pela solicitação de uma força maior para que as palavras recebessem seus contornos e, portanto se tornassem visíveis aos transeuntes, ou a presença de algumas câmeras operadas pelos outros integrantes do coletivo, mesmo que discretamente posicionadas. Poderia listar ainda uma infinidade de eventos, o carrinho de cachorro quente, o barulho dos carros, de conversas no ponto de ônibus, toda uma atmosfera que se por um relance pode ser captada escapa a toda operação de cristalização e estabilização, ou seja, escapa pela tangência a cada tentativa de fixar em uma escrita.



Na segunda mostra, *Série Estações*, percorremos as estações de transbordo da cidade, nessa ocasião a artista Rose Boaretto realizou a performance “Embasamento” na estação Iguatemi, um dos centros comerciais de Salvador, marcada pela presença de muitos trabalhadores informais, grande volume de passantes e trânsito intenso, nesta ação a artista comeu um mingau de leite com massa de letrinhas, “comeu letras”. Ao chegar à estação a artista escolheu o lugar e montou uma pequena mesa improvisada com um prato branco, talheres, um lenço vermelho e uma tigela com o mingau, já neste instante notava-se uma pequena aglomeração entorno da *performance*. Sentada numa balaustrada Rose serviu e começou a comer o mingau e é quando se aproxima uma mulher cadeirante:



- Que bonito! Isso come tudo! Disse a mulher
- Tá lindo isso!!

Passado algum tempo Rose Boaretto recolheu a colher e começou a comer com a mão. A mulher indignada com o ato reclama em voz alta:

- Não faz isso não menina, assim fica feio... que feio! Não gostei!

Em seguida a artista derrama o mingau na cabeça e “mergulha” nas letras. A mulher se afasta e de longe disse:

- Ela esta fazendo trabalho para santo, isso é macumba e começou a chamar os seguranças da estação.

Mesmo aqui é possível observar o fenômeno de contaminação com o fluxo cotidiano, marcado claramente pela presença ativa dessa mulher e olhares

curiosos oriundos de diversas direções, o barulho dos ônibus, dos vendedores ambulantes, ao mesmo tempo o imaginário da cidade eclode durante a ação através da significação que a mulher aciona, a macumba. Não se tratava de arte, mas algo que ela reconhecia em seu cotidiano. Salvador é conhecida pela presença de práticas afrodescendentes, é muito comum encontramos comidas para os Orixás nas esquinas da cidade. A característica aberta dessas propostas artísticas viabiliza um deslocamento do próprio universo de significação, pois a presença de alteridades estabelece uma rede de significações em que nenhuma delas encerra ou concebe uma significação absoluta, a obra se constitui nesse movimento de reversibilidade artista, participante e ambiente.

Esse imaginário é por vezes retomado em trabalhos do coletivo como na *performance* "Coirme e Damião", apresentado nos interstícios da segunda mostra. O artista João Matos desenhou com maçãs, algodão doce e jujubas, sobre o solo em frente ao Farol da Barra a imagem dos santos católicos que viraram meninos gêmeos Ibejis ou Nvunji no imaginário popular baiano e aprenderam a comer Caruru (de Cosme) no 27º dia de Setembro. Durante a ação pessoas começaram a se aproximar, João Matos então distribuiu garrafas de refrigerantes aos presentes que depois de sacudidas foram abertas criando uma "guerra" de refrigerantes. Depois as pessoas começaram a comer as maçãs, outras levaram para casa.



É possível reconhecer as características salientadas nos outros trabalhos aqui descritos, assim como também estão presentes nas *performances* de Tuti Minervino “Cuidado com o cão” e “Jesus Cristo é o senhor?”.



Em “Cuidado com o cão” Tuti Minervino com uma placa em que estava escrito: “Cuidado com o cão” foi para a entrada da maior Igreja neopentecostal da cidade. Tuti Minervino com uma bíblia na mão começa a circular na frente da igreja até que os seguranças foram ao seu encontro gerando um breve tumulto, algumas pessoas que estavam no local passaram a expressar opiniões, algumas apoiando a ação do segurança: — Tem que tirar esse rapaz, isso é um desrespeito! Outras disseram: — Ele tem o direito de se manifestar, essa igreja ladra, vocês que são abestalhados de ficarem dando dinheiro para essa igreja!

O performista permaneceu algum tempo no local, depois seguiu para um viaduto construído em frente à igreja. No alto da mesma tem escrito a seguinte frase: Jesus Cristo é o Senhor. Tuti produziu uma imensa interrogação e do alto do viaduto a posicionou de um modo que o letreiro passou a dizer: Jesus Cristo é o Senhor?



Considerações finais

O presente trabalho ainda de caráter exploratório buscou delinear alguns dos nós iniciais da pesquisa que possui como problemática central: Que cidade se fabrica nesse encontro? Como esses artistas imaginam e representam o urbano, o público? Quais constrangimentos emergem desses agenciamentos, dessa arte experimental nos interstícios da cidade?

As ações do OSSO não estão isoladas, é possível ainda listar a presença do performista ZMário também da cidade de Salvador e do Corpos Informáticos, coletivo da cidade de Brasília que compreende sua investigação artística através da concepção de Composição Urbana:

Compor não é harmonizar espaços nem tampouco desarticulá-los. Compor é, antes de tudo, aproximar, isto é, avizinhar-se a algo num processo de relações. Há vizinhança de muro, de cerca, de abandono, de janela, porta, andar, calçada, rua, bairro, praça, cidade etc. Fronteiras, composição. Não há fronteira entre a sua rua e a do seu vizinho de porta/estado. Qual a fronteira da fronteira? Somos errantes enquanto compomos com a ambiência que é cada um. Áreas reticul(ar)es. (Beatriz de Medeiros, Maria & Aquino, Fernando, http://www.polemica.uerj.br/pol22/cimagem/p22_fernandomaria.htm [setembro de 2011])



Corpos Informáticos. Fuleragem. MOLA, Salvador-BA, 2010



ZMário. Café com ZMário. MOLA, Salvador-BA, 2010

As paisagens das cidades a partir da “experimentalidade” da *performance* deixa de ser pensada enquanto um cenário inerte, de caráter apenas ilustrativo e adquire *actância*, ou seja potência de agência, de composição e contaminação, paisagens incorporadas que participam desse jogo polissêmico e instável por evocar o invisível, o infinito e o imponderável. São condições e possibilidades das realizações performáticas, há desse modo uma horizontalidade entre artista, participante e ambiente, o artista é um disparador, mas a ação só começa a fazer sentido em movimento, pela apropriação da ação por parte desse *círculo de actância* que o envolve e o ultrapassa.

Referências bibliográficas

- Arantes, Priscila (2007), “Espaço urbano, investigações artísticas e a construção de novas territorialidades”, in Beatriz de Medeiros & Monteiro & Matsumoto(org.) *Espaço e Performance*, Universidade de Brasília, Brasília.
- Dewey, John (2010), *A Arte Como Experiência*, Martins Fontes, São Paulo.
- Dewey, John (1988), *The Public and its Problems*, Ohio University Press, Ohio.
- Ingold, Timothy (2000), *The Perception of the Environment. Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*, Londres/Nova York, Routledge.
- Ingold, Timothy (2010), “Da transmissão de representação à educação da atenção”, *Educação* [online] Vol. 33, n.º1, Porto Alegre,
- Latour Bruno (2005), *Reassembling the Social. An Introduction to Actor-Network-Theory*, Oxford University Press, Nova Iorque.
- Merleau-Ponty, Maurice (1999), *Fenomenologia da Percepção*, Martins Fontes, São Paulo.
- Merleau-Ponty, Maurice (2004), *Conversas, 1948*, Martins Fontes, São Paulo.
- Merleau-Ponty, Maurice (2007), *O Visível e o Invisível*, Perspectiva, São Paulo.

Sites

- Osso_ Coletivo de Performances Urbanas, www.coletivosso.blogspot.com [consultada em setembro de 2011].
- Corpos Informáticos, www.corpos.org [consultada em setembro 2011].
- Polêmica, revista online, www.polemica.uerj.br/pol22/cimagem/p22_fernandomaria.htm [consultada em setembro de 2011].

Comunidade, Segregação e Gentrificação no Espaço Urbano

Caso-referência: o Porto do Rio de Janeiro

Marlise Sanchotene de Aguiar

Universidade Federal do Rio de Janeiro(marlise.aguiar@uol.com.br)

Rosângela Lunardelli Cavallazzi

Universidade Federal do Rio de Janeiro(rosangela.cavallazzi@gmail.com)

Resumo

Segundo a lógica da desigualdade capitalista, “habitar” a cidade é algo limitado na nossa contemporaneidade que traz consigo conflitos e desdobramentos como a gentrificação, exclusão social e segregação urbana. Os planos de revitalização acabam por incentivar a ocupação de imóveis vazios ou subutilizados em áreas centrais pelo poderio financeiro e a maioria da população está sendo levada para as zonas periféricas. Além disso, o saldo insuficiente das políticas urbanas está diretamente relacionado com a maneira com que a sociedade se estrutura — política, econômica e socialmente — hoje em dia. Nota-se que o processo de mudança na composição das comunidades e o posterior “desaparecimento” das mesmas, ligado à tomada de decisão como forma de poder são os principais responsáveis por esta situação. Como caso referência, é abraçado o conjunto de políticas públicas adotadas recentemente na cidade do Rio de Janeiro.

Introdução

Nas cidades do século XXI, sobretudo, nas metrópoles, as transformações não param e a violência, o medo, a solidão e a banalização das relações humanas habitam o cotidiano. A utopia aparente é a de fazer valer o direito de “habitar” a cidade, sem, contudo, sermos por ela dragados porque segundo a lógica da desigualdade capitalista, geradora da fragmentação espacial, “habitar” a cidade é algo muito limitado. A maioria da população está sendo levada para as áreas periféricas enquanto que as áreas centrais estão sendo tomadas pelo poderio financeiro, que ocupa, através dos planos de revitalização, grandes quantidades de imóveis vazios ou subutilizados, corriqueiros nessas regiões anteriormente degradadas.

As mudanças econômicas¹ que acarretaram o expressivo surgimento de imóveis vazios nas áreas centrais também indicam novas utilizações nas áreas periféricas e, se analisarmos cada uma das regiões metropolitanas, veremos a variedade de situações referentes a cada região que indica a necessidade de políticas mais focalizadas, sem deixar de serem interligadas. De uma maneira geral, os resultados práticos dos planos de ordenamento estão à vista de qualquer cidadão e o que se vê não pode deixar ninguém indiferente: urbanismos de baixa qualidade, que se expandem por todos os lados, dando a ideia de que não há, entre outras coisas, limites para a cidade.² Em contrapartida, a existência de muitos imóveis desocupados representa grandes desperdícios de natureza urbanística, social, econômica, financeira, cultural e ambiental. Na maioria dos casos, são imóveis situados nas zonas centrais e portuárias, em bairros antigos de valor histórico e cultural que, embora dotados de infraestrutura, transportes, equipamentos públicos, serviços e boas oportunidades de trabalho, convivem há décadas com processos de esvaziamento populacional.

O Rio de Janeiro. Espaço Urbano e Intervenções

Os dados mostram que a falta de moradias teria diminuído consideravelmente se o poder público tivesse políticas de moradia eficientes voltadas aos imóveis desocupados.³ Entretanto, ao que parece, o problema não está somente na eficiência das políticas públicas, mas também nas leis brasileiras que, apesar de serem muitas (e até abrangentes), não são específicas e claras. Entre as principais intervenções públicas, isto é, leis, planos e programas, encontramos:

O Plano Diretor do Rio de Janeiro (Lei Complementar nº16/92) que, embora pareça dar boas orientações sobre os vazios urbanos (destinando-os para as necessidades emergenciais como habitação popular), possa ser ambíguo no que diz respeito às diretrizes de expansão do desenvolvimento da cidade. Uma de suas importantes contribuições é a inclusão do IPTU progressivo no tempo para áreas vazias ou subutilizadas entre os instrumentos tributários, definindo, inclusive, as áreas da cidade sujeitas à sua aplicação.

-
- 1 No Rio de Janeiro esse processo se intensificou no final do século passado, quando as fábricas do centro da cidade (mais precisamente na área de São Cristóvão) se transferiram para as zonas de periferia. Para saber mais sobre os vazios das áreas centrais cariocas, ver: Cadastro Imobiliário da Secretaria Municipal de Fazenda
 - 2 Mais adiante veremos como o Rio de Janeiro pode ser enquadrado como um exemplo desse tipo de urbanismo e como essa questão dos limites e bordas da cidade pode ser problemática.
 - 3 Número de domicílios urbanos vagos no Brasil: 4.580.147 — Censo IBGE, 2000. Embora esses números não se refiram apenas às áreas centrais, um passeio por alguns bairros da Região Central do Rio de Janeiro deixa evidente a grande quantidade de imóveis subutilizados. No país, o déficit habitacional chega a 7,9 milhões (Ministério das Cidades, 2008). Quase 90% concentrado nas famílias com renda até 3 salários mínimos (1salário mínimo = cerca de US\$290), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2006).

A Lei Federal 10.257/01, conhecida como Estatuto da Cidade, criou uma série de instrumentos jurídicos e urbanísticos capazes de tornar as cidades socialmente mais justas. Entretanto, a sua aplicação, não aconteceu na grande maioria das cidades do país, prejudicando o cumprimento da função social da propriedade imobiliária.

No aspecto institucional, a criação do Ministério das Cidades, em 2003, representou uma oportunidade especial de praticar discursos expressados há mais de vinte anos, em variadas gestões do governo federal. No entanto, as políticas urbanas, habitacionais ou de preservação do patrimônio cultural ainda não conseguiram reabilitar tal acervo residencial e muito menos promover a ascensão social e econômica dos moradores dessas áreas. O próprio Ministério das Cidades reconhece que “reabilitar os centros, de acordo com a estratégia de ampliar o espaço de urbanidade para todos, é um desafio de enorme complexidade, pois significa romper o paradigma de que requalificar uma área é sinônimo de excluir qualquer traço da presença dos mais pobres”.⁴

Em 1995, foi elaborado o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro que se constitui na tomada de decisões considerando-se o ambiente externo regido pelos princípios mercadológicos, visando transformações sócio-espaciais em busca de um novo ordenamento territorial. A cidade passa a ser administrada como uma grande empresa, implicando em várias transformações no que diz respeito à infraestrutura, visando os grandes empreendimentos imobiliários. O plano estratégico (isto é, de ação econômica) passa a ser instrumento de reordenamento urbano e objetiva redinamizar a economia local e minimizar conflitos sociais oriundos das desigualdades econômicas propondo uma elaboração participativa dos planos, tentando conciliar variados interesses de todas as classes sociais. A ideia surgiu da proposta de reestruturação urbanística de Barcelona implementada (juntamente com outros planos) nos Jogos Olímpicos, incorporando uma visão mais competitiva da cidade, em busca da maior inserção no contexto mundial, na Comunidade Européia.

As grandes intervenções da administração carioca começaram, efetivamente, a partir daí, a fim de reverter o quadro de decadência e diminuir a fuga de capitais da cidade, tornando-a atraente para os negócios e para o turismo. Entretanto, os resultados não foram os esperados e os problemas econômicos, sociais e políticos vêm se agravando pela escassez de emprego, crescente processo de favelização e aumento da criminalidade.

No final dos anos 90 a prefeitura criou o Programa Novas Alternativas a fim de propor a recuperação e a reforma de imóveis degradados, estimulando o uso residencial na área central do Rio de Janeiro que havia sido proibido

4 Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Reabilitação de Centros Urbanos. Brasília: Ministério das Cidades, n. 3, dez. 2005.

por quase vinte anos pela legislação municipal.⁵ A mesma adotou o instrumento da desapropriação para regularizar juridicamente os imóveis abandonados (ou sem titulação) e, no aspecto financeiro, a Caixa Econômica Federal (Caixa) viabilizou a concessão de financiamentos habitacionais para famílias com renda mensal de zero a seis salários mínimos.⁶

O Programa Minha Casa, Minha Vida, lançado em 2009 como principal expressão da política nacional habitacional, representou um grande avanço em termos de investimentos públicos federais destinados à moradia social, com verbas de R\$34 bilhões e a meta de produzir 1 milhão de moradias populares. No entanto, como analisaram Rolnik e Nakano (2009), a opção governamental foi muito mais no sentido de “continuar privilegiando o padrão de produção periférico e precário, que localiza as habitações populares em locais especialmente segregados”.

O mais recente projeto de tentativa de recuperação urbana elaborado pela prefeitura é o denominado “Porto Maravilha”, localizado na Zona Portuária, em parceria com os governos estadual, federal e participação ativa da iniciativa privada.⁷ O projeto vem sendo concebido há anos e o modelo de gestão, estudado por um Grupo de Trabalho (GT), estabeleceu como premissa básica “a necessidade de facilitar a comercialização dos imóveis e a possibilidade de formação de parcerias entre entidades públicas e privadas, com o objetivo de viabilizar o surgimento de novas atividades na região, no menor espaço de tempo”.⁸ Trata-se, como já visto anteriormente no Plano Estratégico, de um modelo exclusivamente econômico que gravemente deixa de lado as questões urbanísticas e sociais.

O GT apontou como opções de arranjo institucional: a formação de fundos imobiliários; a criação de um agente gestor do patrimônio imobiliário da região Portuária; a formação de consórcio público entre a União e a prefeitura; a utilização de instrumentos de parceria previstos no Estatuto da Cidade, como urbanização consorciada, consórcios imobiliários e operações interligadas. O detalhamento deste modelo de gestão foi elaborado pelo consórcio formado pelas empresas de construção civil Odebrecht e OAS,⁹ umas das maiores do

5 Até 2006, o Programa Novas Alternativas recuperou 10 imóveis, produzindo 119 unidades habitacionais. No momento, há previsão de ser viabilizada a recuperação de mais 50 imóveis (cerca de 1300 u.h.), considerando os empreendimentos já prontos para contratação, os imóveis em desapropriação e com licença de obras já expedida, bem como aqueles em estudo.

6 Banco público, agente operador da política urbana formulada pelo Ministério das Cidades.

7 A Zona Portuária pertence à Região Central da cidade, possui uma população de cerca de 40.000 habitantes e é constituída pelos bairros da Saúde, Santo Cristo, Gamboa, e Caju.

8 Ministério das Cidades. Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI). Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais. Brasília: Ministério das Cidades; Agencia Espanhola de Cooperação Internacional — AECI, 2008, p. 131.

país e que investem muitos recursos financeiros nas campanhas eleitorais do Brasil.

A coordenação do projeto está a cargo de uma empresa de economia mista, a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), criada através de lei municipal e controlada pela prefeitura e tem como funções principais “implementar e gerir a concessão das obras e dos serviços públicos na Região Portuária e gerir os recursos patrimoniais e financeiros referentes ao Projeto Porto Maravilha” (dados do *site*). O financiamento será obtido com os ganhos provenientes do novo potencial construtivo da Região Portuária, viabilizados pelos Certificados de Potencial Adicional Construtivo (CEPACs), mas ao mesmo tempo alia um pacote de incentivos destinados aos interessados em investir na região, constando de isenção e de redução de impostos.¹⁰

O projeto prevê a construção de grandes e sofisticados equipamentos, como museus, o aquário da cidade, sedes de instituições como o Banco Central etc e a instalação de equipamentos destinados às Olimpíadas de 2016, incluindo a Autoridade Pública da Olímpica e a Vila da Mídia, com previsão de serem executadas cerca de 7.000 unidades habitacionais. Propõe inclusive a demolição de um grande viaduto para liberar a vista para o mar, que será substituído por um túnel subterrâneo a ser explorado por uma parceria-público-privada.

A área está supervalorizando e, por si só, acarretando mudanças no perfil socioeconômico dos moradores da área. Agravando a situação, a prefeitura começou a desapropriação de imóveis degradados, ocupados há tempos por famílias de baixíssima renda que, por não terem condições de assumir os financiamentos, dificilmente continuarão residindo na área onde atualmente as crianças estudam e onde a grande maioria das famílias sobrevive com a renda de pequenos trabalhos informais e de biscates.¹¹ A criação de áreas habitacionais de baixa renda ali implica na proximidade do trabalho, na preservação da população que frequentava a área previamente (morando ou trabalhando) e na oportunidade de acesso à casa própria de baixo custo, além de trazer uma qualidade de vida melhor a muitos residentes.

Contudo, a maioria dos empreendimentos residenciais financiados se localiza na Zona Oeste da cidade (AP5), exatamente naquelas áreas que

9 Esse mesmo consórcio ganhou a licitação da primeira etapa do Porto Maravilha, homologada em 2/3/2010, que será responsável pela execução de obras para melhorar o sistema de drenagem, pavimentação, iluminação pública, calçadas e redes de abastecimento de água e coletora de esgoto, com o custo estimado em R\$ 139,6 milhões. Fonte: <http://www.grandes-construcoes.com.br>, acessado em 31/07/10.

10 A isenção de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e perdão de dívidas sobre os imóveis.

11 Este dado é comprovado na Pesquisa sobre Demanda Habitacional para o Centro do Rio de Janeiro, realizada pela Universidade Federal Fluminense em 2002, e coordenado pela socióloga Maria Lais Pereira da Silva.

apresentam os piores indicadores de oferta de infraestrutura, serviços, mobilidade e disponibilidade de postos de trabalho, gerando o que chamamos de “deseconomias”, provocadas pelo excessivo tempo e recursos gastos nos deslocamentos residência-trabalho.¹² Nota-se que equilibrar a oferta de moradia de baixa renda e os postos de trabalho não é o principal interesse dos governos. A inexistência de discussões do poder público com os moradores da área, sobre as propostas do projeto, vem causando ainda mais preocupação e críticas dos movimentos sociais pela moradia, muitas das quais destacadas durante as reuniões abertas que vêm ocorrendo no Ministério Público, Câmara de vereadores e até mesmo em fóruns populares continuados.

Enfim, o governo em todas as esferas (federal, estadual e municipal), em seus diversos mandatos, não conseguiu pôr em prática uma política pública de reabilitação de centros urbanos e foca apenas a valorização fundiária e imobiliária e o incremento do turismo.¹³ Como na maioria dos casos, faltam estratégias fundiárias, sociais e culturais que viabilizem a permanência dos moradores antigos — pequenos proprietários, herdeiros falidos ou inquilinos de condições financeiras precárias. Esse tipo de sociedade que vemos incentiva novas construções de interesse social em áreas periféricas, e faz com que essas políticas que aumentam os gastos com infraestrutura urbana e serviços se repitam em outros espaços. Para o trabalhador de baixa renda, isto significa aumento nas despesas e nas horas despendidas nos longos deslocamentos em transportes.

O fato é que isso não é somente resultado das políticas públicas ou dos planos, programas e projetos decorrentes. O saldo insuficiente de tais iniciativas está diretamente relacionado com a maneira que a sociedade se estrutura — política, econômica e socialmente — hoje em dia. O processo de mudança na composição das comunidades (juntamente com seus hábitos e costumes) e o posterior “desaparecimento” das mesmas, ligado à tomada de decisão como forma de poder são também os principais responsáveis por esta situação. Por não se apresentarem coesas e essencialmente organizadas, as comunidades não têm poder de decisão ou, ao menos, de negociação.

Comunidade, mudança no conceito (e na estrutura)

Juntamente com essas mudanças sobre as quais falamos anteriormente, é esperado que a sociedade também se modificasse e, sendo assim, é importante discutir sobre o que é (e o que foi) viver em comunidade. Segundo Bauman,¹⁴ comunidade é uma expressão que nos remetia a um lugar cálido,

12 Ali estão 93% dos empreendimentos da cidade que são destinados às famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos, contra 0% na área central da cidade.

13 São conhecidas as consequências negativas do projeto estadual baiano, dos anos 90, no centro histórico de Salvador (Pelourinho).

14 Bauman, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

confortável e aconchegante e evocava tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes. Contudo, essa comunidade é, nos tempos atuais, o tipo de mundo que não está ao nosso alcance, embora gostaríamos de viver e esperamos ainda vir a possuir.¹⁵

As calçadas que desenhavam casas simples, sem portões e sem muros e que eram interrompidas pelas ruas de “chão batido”, árvores e demais espaços de lazer deram espaço às grandes e asfaltadas avenidas, com prédios altos e muitas vezes sofisticados, alinhados por paredes de vidro e muros altos. As casas que tinham suas portas e janelas abertas, convidativas para um papo informal e desprezioso, hoje são fechados edifícios moldados pelas grades e demais sistemas de segurança a fim de evitar o contato com estranhos e até mesmo com o vizinho. A venda da esquina onde quem atendia do outro lado do balcão era o próprio dono e onde cada família tinha uma caderneta que era paga no fim do mês cedeu espaço aos grandes supermercados, onde o único vínculo ali estabelecido é a transação comercial. A rua foi trocada pela viela dos condomínios fechados. As relações sociais que antigamente eram livres e, de certa forma, duradouras pois se criavam a partir de laços de vizinhança, de convívio social hoje não passam de protocolo. As esquinas, que eram pontos de encontro, hoje não passam de pontos de conflito e de choque.

Afinal, a sociedade vem enfrentando problemas sérios de violência, criminalidade e vulnerabilidade que geram a constante tensão entre *segurança* e *liberdade* e, provavelmente, assim continuará por muito tempo. Essa tensão, segundo Bauman representa os desafios do que temos hoje por *comunidade*. A promoção da segurança sempre requer o sacrifício da liberdade, enquanto esta só pode ser ampliada à custa da segurança. Mas segurança sem liberdade equivale à escravidão e a liberdade sem segurança equivale a estar perdido e abandonado.¹⁶ Para o homem contemporâneo, no irônico ápice de suas conquistas científicas e tecnológicas, viver em comunidade (essa comunidade segura e coesa) é um tipo de “paraíso perdido” ou um paraíso ainda esperado e, de uma maneira ou de outra, não se trata de um paraíso em que habitemos. O que existe hoje é uma comunidade formada pelo entendimento comum, que faz com que os membros de um determinado local se mantenham unidos, o que Bauman chama de *Comunidade Postulada*, pois é um entendimento construído e elaborado. Segundo Ferdinand Tönnies, esse entendimento construído é o que distingue a comunidade moderna da antiga, que era “não produzida”, espontaneamente fiel à sua natureza na medida em que ela é distinta de outros agrupamentos, coesa, pequena e homogênea.¹⁷

15 Bauman, Zygmunt. *Comunidade: A Busca Por Segurança No Mundo Atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 09.

16 Bauman, Zygmunt. *Comunidade: A Busca Por Segurança No Mundo Atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 23.

Mas no mundo em que vivemos, as muralhas estão longe de serem sólidas e com certeza não estão fixadas de uma vez por todas. Como diz Bauman, “trabalho não é mais um eixo seguro onde as realizações se registram, mas a moldura social de trabalho e sobrevivência não é a única a estar se esborando. Tudo parece estar no olho do furacão. Ninguém testemunha a vida de ninguém. Nesse lugar, nada permanece por muito tempo, a exemplo do mercadinho da esquina, que desapareceu na dura concorrência com os grandes supermercados”.¹⁸ Foi-se a maioria dos pontos firmes e solidamente marcados de orientação que sugeriam uma situação social que era mais duradoura e essa falta é deferida como decadência, desaparecimento, ou eclipse da comunidade.¹⁹ É claro que ainda restam alguns poucos exemplos específicos e isolados da antiga comunidade, segura e confortável mas o que pretendemos aqui é falar do grande município do Rio de Janeiro.

A Comunidade da Zona Portuária do Rio de Janeiro

A zona portuária do Rio de Janeiro começou a ser ocupada pelos portugueses que lá desembarcavam e se instalavam comercial e residencialmente, e pelos grandes negociatas ingleses, estabelecidos na época do Império. Com o passar dos anos, a área foi perdendo *status* para outros bairros, mais distantes do porto. No final do século XIX, foi receptora dos contingentes de soldados que lutaram na Guerra de Canudos e, nas encostas do Morro da Providência nasceu a primeira favela de que se tem notícia. A partir daí a área viveu um lento processo de decadência que se arrasta aos dias atuais, ainda que com a série de intervenções lá planejadas e implantadas (das quais falamos anteriormente).

A população que ali resiste é basicamente oriunda daquele grupo de soldados e tem em si a peculiaridade dessa história. São pessoas que vivem ali há várias gerações e cujo sentimento de pertença está mais do que enraizado. Entretanto, as propostas elaboradas pelo governo parecem ignorar essa situação e a organização de bairro, formada pela associação de moradores, luta para manter coesa a comunidade, na intenção de garantir e proteger seus direitos e interesses socioeconômicos.

O que acontece no projeto Porto Maravilha é o alinhamento das três esferas de poder Federal, Estadual e Municipal que, mal ou bem, agem diretamente sobre essa estrutura instaurada (que arriscamos identificar

17 Tönnies apud, Bauman, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p.16.

18 Bauman, Zygmunt. *Comunidade: A Busca Por Segurança No Mundo Atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 46.

19 Bauman, Zygmunt. *Comunidade: A Busca Por Segurança No Mundo Atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 47.

ainda como um resquício de comunidade real porque se formou espontaneamente ao longo de algumas décadas) a fim de desestabilizá-la para alcançar seus objetivos: maior lucro fundiário. A prova disso é a imposição (muitas vezes ilegal) de remoções no morro da Providência, que não respeitam os princípios da função social da propriedade urbana e do direito à cidade e nem as regras estabelecidas na Lei Orgânica²⁰ do município, sobretudo porque os moradores não só estão sendo removidos para áreas periféricas como as famílias estão sendo espalhadas, cada uma em um local diferente.

Essas atitudes fazem com que a comunidade como “entidade simbólica”, como propõe Cohen, comportando um sistema de valores e um código de moral, seja diretamente atacada e perca sua força e importância. Essa desestruturação acaba gerando uma nova comunidade típica das sociedades contemporâneas (onde o ambiente não é mais de conforto e lealdade) que se difere das comunidades reais pela ausência de três atributos: não há mais diferenciação entre *nós* e *eles* (distinção); a comunicação entre os antigos membros é totalmente destruída (pequenez); e não há mais isolamento (autossuficiência).

O desmantelamento da comunidade, aliado ao grande fluxo de comunicação (obviamente manipulada) e ao transporte (eficiente ou não, isto é, não implica em qualidade) dizimam a homogeneidade, minimizando a defesa e incentivando a comunicação entre os de “dentro” e os de “fora”, tudo isso como forma de favorecer o interesse de poucos. A impossibilidade de manutenção de fronteiras rígidas é outro fator crucial nessa comunidade. Se por um lado o fator geoeconômico evidencia a fronteira entre os removidos e os que tomam o seu lugar, o fator sociológico confunde as mesmas. Com a ampliação dos fluxos e da comunicação a unidade agora é construída com base na seleção, separação e exclusão.

Segregação e gentrificação

Um problema gravíssimo acarretado por esse tipo de política pública é a chamada “segregação”. A segregação urbana se manifesta de diferentes formas e, entre elas, daremos maior atenção aos dois tipos: espacial e social. As duas se relacionam entre si, e muito frequentemente podem se auto alimentar. Segundo Maria Inês Sugai, a concentração de camadas sociais homogêneas é uma maneira de se produzir a segregação sócio-espacial e esse processo não ocorre de forma aleatória e, principalmente, essa dinâmica dos agrupamentos atua de forma decisiva tanto na reprodução e no prolongamento do ciclo

20 O artigo 429 da Lei Orgânica estabelece que a política de desenvolvimento urbano respeitará os seguintes preceitos:

de pobreza como no processo de produção e de consolidação da segregação espacial.²¹

Vê-se no Projeto Porto Maravilha uma forma de segregação muito clara, sustentada por todo um discurso político, econômico e social, em prol de uma “nova ordem”, que distingue o espaço da cidade em regiões periféricas (de habitação popular) e centrais (de comércio e giro de capital). Os “estranhos” que não podem ser fisicamente removidos do centro por conta do teor indispensável dos serviços que prestam, são culturalmente eliminados. Essa segregação estabelecida pelas desigualdades sociais se consolida através das desigualdades de infraestrutura, serviços públicos, acessibilidade e oportunidades, reforçadas pela concentração de investimento público no porto da cidade e nos bairros circundantes que reforça o diferencial de preços da terra urbana. Portanto, a cidade, como um resultado de disputas sócio-espaciais, torna-se o palco onde se concentra as mais variadas formas de segregação, reforçadas e incentivadas pelo imaginário urbano e pela força simbólica da retomada do porto e sua consequente recuperação. Vê-se, ainda, como o sentimento de “alteridade” — *nós* somos diferentes *deles* — reforça o processo de segregação a partir do momento em que se constrói uma nova identidade que nega tudo aquilo que está presente e que se posiciona como o seu oposto.

Ao lado desses fenômenos, acompanhamos ainda o processo de “gentrificação” habitacional²² que ocorre quando essas famílias de baixa renda são retiradas dos seus locais de moradia e esses espaços então vazios são reocupados por uma população com maior poder aquisitivo. É dessa gentrificação que vamos tratar aqui. Na maioria dos casos, como em Nova Iorque, a gentrificação não ocorre de uma só vez e sim ao longo de algumas décadas. Segundo Smith,²³ pode-se constatar três momentos, cada qual com suas particularidades. O primeiro, “esporádico”, se caracteriza pelos atores individuais que adquiriram, de forma isolada, os imóveis desvalorizados. O segundo, “consolidação do processo”, é representado por uma política urbana de reestruturação da municipalidade que se jogou de cabeça nos novos programas e financiamentos de reabilitação de habitações. O terceiro, denominado “gentrificação generalizada”, causa uma transformação de dentro para fora, produzindo agora paisagens urbanas que as

21 Sugai, Maria Inês. Segregação Silenciosa: Investimentos Públicos e Distribuição Sócio-Espacial na Área Conurbada de Florianópolis. São Paulo: USP, 2002. Tese de doutorado.

22 O termo “gentrification” é um neologismo anglófilo que, segundo Bidou-Zachariassen, foi usado “pela primeira vez por Ruth Glass no início dos anos 60, ao descrever o processo mediante o qual famílias de classe média haviam povoado antigos bairros desvalorizados do centro de Londres” (Bidou-Zachariassen, 2006, p.22).

23 Smith, Neil. A gentrificação generalizada (p. 59-87). In: Bidou-Zachariassen, Catherine (coord). De volta à Cidade — Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. Trad. Helena Menna Barreto Silva. São Paulo: Annablume, 2006. 293p.

classes média e média alta podem “consumir” — uma vez que os mais pobres foram rapidamente evacuados.

Freitas²⁴ cita o geógrafo canadense David Ley, para dizer que “em uma condição de livre mercado, onde a estratégia urbana favorece o alto nível de consumo, apenas os grupos mais ricos serão atraídos e os grupos com limitado poder de mercado serão afastados”. Ao comentar sobre o tema, Bidou-Zachariassen²⁵ diz que “a gentrificação tornou-se hoje a forma dominante do urbanismo contemporâneo, assim como “a” política urbana das grandes cidades ocidentais, articulando parcerias financeiras público privadas. Ela começa também a fazer adeptos em outros contextos urbanos, inclusive nas cidades dos países emergentes. Os programas urbanos de gentrificação são agora expandidos em escala mundial, e largamente vinculados às economias nacionais e globais”.

Antigamente esse processo era realizado pela força do poder público e atualmente é realizado pela força do capital, através de alguns instrumentos de mais-valia tais como operação urbana, solo criado, transferência do direito de construção, operação interligada que têm sido aplicados em grandes projetos urbanos de cidades brasileiras. Ao analisar intervenções urbanas de São Paulo, onde os Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs) foram utilizados, Fix²⁶ comenta que esse tipo de operação provoca “uma apropriação privada da valorização gerada por gastos públicos, ou seja, uma operação de transferência do fundo público para proprietários e investidores”. No Projeto Porto Maravilha, além de ser possível reconhecer o segundo momento mencionado por Smith, percebe-se a dificuldade de ser praticado o conceito de gestão social da valorização da área com a recuperação das mais-valias fundiárias urbanas, obtidas com os CEPAC. A aplicação desses recursos em mais melhorarias e embelezamentos da área, a isenção de impostos, o perdão das dívidas dos proprietários dos imóveis e outros incentivos para os investidores, são fatores que só contribuem para aumentar os riscos de exclusão social dos pobres urbanos, uma vez que buscam a valorização da área e a acumulação do grande capital e o incremento ao turismo.

24 Freitas, Cristiane Motta. *A Reconquista Do Centro: Uma Reflexão Sobre A Gentrificação De Áreas Urbanas*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR. Rio de Janeiro, 2006, p. 75.

25 Bidou-Zachariassen, Catherine (coord). *De Volta À Cidade — Dos Processos De Gentrificação Às Políticas De “Revitalização” Dos Centros Urbanos*. Trad. Helena Menna Barreto Silva. São Paulo: Annablume, 2006, p.33.

26 Fix, Mariana. “São Paulo S/A: o leilão dos Cepacs”. *Jornal Correio da Cidadania*, edição 405, de 10 a 17 de julho de 2004, Coluna Cidade Aberta.

Considerações Finais

Sabe-se que as políticas, os planos e os programas habitacionais deveriam se embasar em três fatores: o *déficit* habitacional, a oferta de empregos e as condições de mobilidade da população. Além disso, é sabida a importância de projetos de reabilitação urbana como contraponto à expansão continuada do tecido das cidades. Entretanto, na verdade, o que acontece é que os governos fazem planos de intervenção estritamente econômica e financeira, deixando de lado preocupações urbanísticas e sociais; incentivam a construção de grandes arranha-céus que não se comunicam entre si, de grandes avenidas de fluxo rápido e a falta de espaços de lazer e contemplação cuja estrutura não favorece as relações sociais de seus usuários.

A posição adotada pelo governo de “se livrar” do que aflige lhe traz alívio, mas é um alívio em geral transitório, uma vez que a nova e “melhorada” condição rapidamente revelará seus aspectos desagradáveis possivelmente imprevistos (embora não acreditemos) e traz com ela novas razões de preocupação. O problema social fica ainda mais evidente quando se sabe que o Plano Diretor da cidade está sendo revisto, de forma controversa, por políticos nem sempre comprometidos com as causas sociais e que deixam de lado a regulamentação de instrumentos como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) na área valorizada do projeto, que beneficiaria os moradores que vivem na região em condições precárias. Portanto, garantir o direito à cidade para a população mais pobre já é um grande desafio e quando se trata de uma área privilegiada esse desafio é maior ainda.

A sociedade de risco amplia de tal forma as propriedades e a complexidade das coisas e de seus instrumentos que dificulta a definição de conceitos, que variam no tempo conforme a apropriação e significação que lhes são dados. A definição desses conceitos é de extrema importância uma vez que eles auxiliam no cumprimento dos requisitos para a sua preservação ou não. Não viemos, através desta, propor alguma solução para as questões citadas e sim propor uma discussão sobre seus porquês. cremos que os porquês estão muito acima das questões “puras e objetivas” de propriedade privada ou coletiva, investimentos públicos ou privados, etc, e perpassam a maneira como a sociedade está estruturada paradigma, identitária e simbolicamente. Depois que analisamos como é o panorama social em que vivemos, cabe aqui nos perguntar como é a “comunidade” que está por se criar — ou exterminar — e como é a comunidade que queremos especificamente na Zona Portuária do Rio de Janeiro (nosso caso referência) para então criarmos mecanismos de defesa e instrumentos para a criação de outra realidade.

Referências bibliográficas

- Atkinson, Rowland e Helms, Geisa (eds.) (2007), *Securing and Urban Renaissance. Crime, Community and British Urban Policy*, Bristol, Policy Press, Parte 1: Theories and Concepts, pp. 19-57.
- Bauman, Zygmunt (2003), *Comunidade. A Busca Por Segurança no Mundo Atual*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Beck, Ulrich (1997), "A Reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva", in Giddens, A., Beck, U., e Lash, S. *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*, São Paulo, Editora da UNESP, pp. 11-133.
- Ben-Joseph, Eran (2005), "The code of the city, introduction: standards and rules" in *Shaping Place*, pp. xiii a xxi e cap. I, "The rise of the rule book", pp. 1 a 74. Cambridge, MIT Press.
- Bidou-Zachariasen, Catherine (coord) (2006), *De volta à Cidade. Dos processos de Gentrificação às Políticas de "Revitalização" dos Centros Urbanos*, Trad. Helena Menna Barreto Silva, São Paulo, Annablume. 293p.
- Blakely, Edward e Snyder, Mary (1997), *G. Fortress America. Gated Communities in the United States*, Washington, D.C. e Cambridge, Mass., Brookings Institute Press e Lincoln Institute of Land Policy, capítulos 1 e 2: "The search for communities", pp. 29-45; cap. 5 "Enclaves of fear: security zone communities".
- Brasil. Estatuto da Cidade (2001), *Guia Para Implementação Pelos Municípios e Cidadãos*, Instituto Pólis, Brasília, Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 273 p.
- Caldeira, Teresa P. do Rio (2000), *Cidade de Muros. Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*, São Paulo, Editora 34/Edusp.
- Fix, Mariana (2004), "São Paulo S/A: o leilão dos Cepacs", *Jornal Correio da Cidadania*, edição 405, de 10 a 17 de julho de 2004, Coluna Cidade Aberta.
- Freitas, Cristiane Motta (2006), *A reconquista do Centro. Uma Reflexão Sobre a Gentrificação de Áreas Urbanas*, Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR, Rio de Janeiro.
- Giddens, Anthony (2005), *Mundo em Descontrole. O Que a Globalização Está Fazendo de Nós*, Rio de Janeiro, Record.
- Giddens, Anthony (1991), *As Consequências da Modernidade*, São Paulo, Editora da UNESP, 1991, capítulo 1, "Introdução", pp. 11-60.
- Giddens, Anthony (2002), *Modernidade e Identidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., capítulo 1 "Os contornos da alta modernidade", pp. 17-38.
- Giddens, Anthony (2002), *Modernidade e Identidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., capítulo 4 "Destino, risco e segurança", pp. 104-134.
- Harvey, David (1980), *A Justiça Social e a Cidade*, São Paulo, Hucitec.

- Harvey, David (2004), “Conversações sobre a Pluralidade de Alternativas”, in Harvey, D. *Espaços de Esperança*, São Paulo, Edições Loyola, pp. 261-334.
- Harvey, David (1993), “Passagem da modernidade à pós-modernidade na cultura contemporânea” in Harvey, D. *A Condição Pós-Moderna*, São Paulo, Edições Loyola, 1993, pp. 13-114.
- Harvey, David (1989), “Introduction” e “The urbanization of capital” in Harvey, D. *The Urban Experience. Baltimore and London*, The John Hopkins University Press, pp. 1-58.
- Harvey, David (2005), “A reinvenção da geografia: uma entrevista com os editores da New Left Review”, in Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*, São Paulo, Annablume, pp. 15-40.
- Harvey, David (2004), “Os espaços da utopia” e “Utopia dialética” in Harvey, D. *Espaços de Esperança*, São Paulo, Edições Loyola, pp. 181-260.
- Lefebvre, Henri (1991), *O Direito à Cidade*, São Paulo, Editora Moraes.
- Lefebvre, Henri (1980), *La Revolution Urbana*, Madrid, Alianza Editorial.
- Maricato, Ermínia (2002), “Reabilitação de centros urbanos e habitação social”, in *Brasil, Cidades. Alternativas Para a Crise Urbana*, 2. ed. Petrópolis, RJ, Vozes, p.125-151.
- Ministério das Cidades (2005), Secretaria Nacional de Programas Urbanos, *Reabilitação de Centros Urbanos*, Brasília, Ministério das Cidades, n. 3, dez.
- Ministério das Cidades. Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) (2008), *Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais*. Brasília, Ministério das Cidades; Agencia Espanhola de Cooperação Internacional — AECI, 198 p.
- Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Habitação (2000), *Novas Alternativas. Projetos e Propostas Habitacionais para o Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro/Prefeitura/Secretaria.
- Rolnik, Raquel (1997), *A Cidade e a Lei. Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo*, São Paulo, Studio Nobel/ Fapesp.
- Rolnik, Raquel; Nakano, Kazuo (2009), “As armadilhas do pacote habitacional”, artigo do *Jornal Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, março.
- Rolnik, Raquel; Nakano, Kazuo (2001), “Introdução Geral: Por que é tão difícil construir uma teoria crítica”, “Prefácio”, e “Parte I, Introdução” in Santos, B. S. *A Crítica da Razão Indolente. Contra o Desperdício da Experiência*, São Paulo, Cortez Editora, pp. 22-54.
- Santos, Milton (2005), *A Urbanização Brasileira*, São Paulo, EDUSP.
- Santos, Milton (2000), *Por Uma Outra Globalização. Do Pensamento Único à Consciência Universal*, Rio de Janeiro, Ed. Record.
- Singer, Paul (1978), “O uso do solo urbano na economia capitalista”, in Maricato, Ermínia (org.) *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*, São Paulo, Ed. Alfa-Omega, p. 21-36.
- Smith, Neil. (2006), “A Gentrificação Generalizada” (p. 59-87), in, Bidou-ZachariaSEN, Catherine (coord). *De Volta à Cidade. Dos Processos de Gentrificação às Políticas de “Revitalização” dos Centros Urbanos*, Trad. Helena Menna Barreto Silva, São Paulo, Annablume, 293p.

Sugai, Maria Inês (2002), *Segregação Silenciosa. Investimentos Públicos e Distribuição Sócio-Espacial na Área Conurbada de Florianópolis*, São Paulo, USP, Tese de doutorado.

Jornal

- 1) O Globo, do Rio de Janeiro, de 24/07/2010. Título do artigo: “Em duas eleições, R\$ 4,6 bilhões em verba privada” (p.4).
- 2) O Globo, do Rio de Janeiro, de 26/5/2010. Título do artigo: “Pioneira do Porto Maravilha”.

Sites

<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>, acessado em 25/7/2010.

<http://www.grandesconstrucoes.com.br>, acesso em 31/07/10.

<http://www.portomaravilhario.com.br/>, acesso em 31/07/2010.

Arcana imperii

A psychosociological reflection on the Back Offices of local participatory processes

Roberto Falanga

CES (Centro de Estudos Sociais) (roberto.falanga@hotmail.it)

Abstract

The will of political representatives to promote participatory processes, especially with respect to the way civil servants and external technicians involve themselves in the tasks and responsibilities of their new roles, arises from an organisational and symbolical framework that scientific studies on social changes and institutional actions must not hesitate in deepening.

According to a specific epistemological perspective, human behaviour results from the interaction between rational thought and unconscious mode of coping with reality in accordance with different logic sets, object of several psychoanalytical studies. Since the first theorizations about unconsciousness by Sigmund Freud, many scholars have developed, implemented, integrated and even transformed some of the pillars of psychoanalytical theory. Their importance has been remarkable within and beyond the proper psychological fields, having implications for so many other scientific domains. Particularly important have been the re-elaborations of the concept unconsciousness in relation to collective and social studies. Psychosociology, one of the most important pioneer sciences in this direction, has specially grounded studies on both individual intentional and unintentional instances interacting for the creation of cultural collective patterns. Organisations have always represented contexts of special interest for Psychosociology, due to the possibility to read and interpret cultural patterns constructed by individuals interacting and experiencing symbolical dimensions. Living together actually concerns both real and symbolical aspects and it implies that studying organizational systems should actually be based on such an integrate perspective.

By focusing on Local Administrations, as a specific typology of organisations, it is undoubted how rapid and unpredictable changing scenarios — as in the local as in the supra-local levels — have stressed their missions and ways of working. Back office staff have often been asked to exercise functions out of their proper

domain in order to adapt the whole structure to external changes. Citizen participation in deliberations on public policies has actually represented one of the most important transformations affecting Local Administrations all around the world in order to both respond to critical social demands and optimize bureaucratic systems. Participatory processes have so come to represent a very interesting example of new governance action addressed to complex challenges as in terms of both interactive policy-making and cultural changes for Local Administrations.

Therefore, the paper argues that the study of cultural patterns is a key tool for analysing current situations of institutional changes at the local level regarding citizens' participation. Such a contribution can also play a counselling function when supported by theoretical/methodological models, as the psychosociological one proposed in the text.

Introduction¹

Since the national and supranational administrative "architectures" are becoming more and more complex, local realities are called upon to effectively respond to the variability of spread and often contradictory social demands. Local Administrations have been requested to tool themselves, especially in recent years, in order to face such transformations. Participatory processes are one of the possible new governance actions conceived to manage social transformations by calling upon new and often hybrid roles within the Local Administrations, such as external technicians and associations.² How the construction and reconstruction of the organisational relations is symbolically promoted and pragmatically managed becomes indispensable information to read and understand new governance devices.

Local Administrations are here intended as both real settings — organisations — and frames of shared symbolical representations, i.e. interpretations of the reality conferring meanings to both individual and collective actions. Participatory processes actually represent a phenomenon through which to grasp the ways the transformations are read and experienced by

1 All the quotations — when required — have been translated by the author of this text.
 2 Institutions are constituted by traditional subjects, such as elected politicians and, in most of the cases, civil servants with roles of career. However, in the last years, several diverse subjects have started to get officially in contact with administrative work, such as out-sourcing and in-sourcing actors implementing new dynamics in public services. Some of these new subjects play whether the role of counselling or skill orientation, while others "are placed between public mandates and citizens (whether organized or individuals) and play a role of interests' mediation, managing conflicts, facilitating problem setting and detecting local potentialities. In many occasions they also get information for the community in order to get it closer to its languages and issues." (Cognetti, Cottino, 2009, 78)

administrative staff required to implement new governance devices. Such civil servants represent a decisive part of administrative systems due to their tense and decisive position linking political thoughts with both social and economic agents for the operational execution of policies, as well connecting the dimension of the administrative apparatus' continuity with innovative missions.³

Considering participation as one possible innovative device, it is possible to begin reflecting on the ways it is symbolically represented from a theoretical and methodological perspective on organisational cultural patterns. The attention on symbolic aspects is supported by a theoretical background which examines symbolic/emotional interactions in social fields. Such interactions are studied in order to analyse the ways they assemble in cultural patterns and then deeply ground organisational realities.⁴ Exploring the conception of paths of change through participatory processes actually means to approach the change as the development of the contingent relations towards transformative objectives according to the context of both external and internal demands. The opportunity to construct knowledge about it needs adequate theories and methodological tools in order to really support the (re)orientation of organisational systems in compliance with (new) transformative objectives. In the long term, the development of such a research/action perspective could allow the implementation of new reading patterns and methodological hypotheses about new governance device approaches within Local Administrations.

The exposure of Local Administrations to change

The strict correlation between worldwide political and economic transformations is not only noticeable in the way capitalism is evolving in political and financial areas, but also in the firmer connection between such an evolution and the fitting choices of political systems within total globalised circumstances⁵. What seemed to be a "structural adjustment" to capitalism at the

-
- 3 Political subjects are crucial in organizational analyses in order to understand what levels of clients is possible to recognize in implementing a public policy/project. Politicians in commissioning new processes also play the role of internal clients (see Normann, 1994) and simultaneously, due to their elected mandate, legitimate the proper role of such actions as policy instruments. Participatory processes are mostly started by Local Administrations in order to establish a different management of public budgets/governing functions. However, structured participatory experiences can also arise from claiming events, shocks and social protests.
 - 4 Symbolical representations will be discussed as symbolical/emotional representations according to a specific psycho-sociologist approach, rooted in psychoanalysis matrix (Carli, Paniccia, 2003; Blanco, 2000; Blanco, 2005).
 - 5 The wide spread establishment of democratic systems in the world has been lead by simultaneous gradual crisis, that became evident in the 90s. The decrease of people affluence in polls, the decrease of citizens' political commitment, as much as the slow

global level has been entering a crisis for some years, in the economic, the ideological, the organisational domains — including the scientific one as well.⁶ This scenario owns levels of increasing complexity influencing the relationship of trust between citizens and political institutions which, in turn, deals with transforming the modern ideas on predictability of social phenomena. It means to recognise the lack of regularity that used to be imputed into long term social processes connected with the illusory pretence to deal with contexts with “infinite” resources.⁷

In the last decades the global scenario — in its economic, political and social dimensions — is presenting a new characterised complexity, implying a wide rethinking on administrative tools and questioning standardised modes of governing itself. Thinking of participatory processes as part of a possible new and/or alternative paradigm means to formulate hypotheses about the critical aspects of how such a paradigm is expected to respond⁸.

untrusting towards both democratic institutions and politicians showed a sort of “delegacy from policy to a separated sphere composed by professionals, organised by party elites, protected by the technical language and the bureaucratic administrative praxis impermeable to the general public” (Ginsborg, 2006, 37). Norberto Bobbio (1995) argues that the crisis of the State could have a twofold interpretative matrixes: inability to cope with social demands that democracy itself contributed to generate (“conservative matrix”) or inability to manage big competitor stakeholders in a capitalistic scenario (“socialistic matrix”).

- 6 Charles Percy Snow (1995) proposed the famous reflection on the “two cultures” dividing science, by simultaneously highlighting the dangerous tendency within in polarizing fields of interest and encouraging occasions of creative sessions. Many scholars have deepened such a theme and Joao Arriscado Nunes (1998/1999) has especially stressed the political character of splitting sciences and politics, due to policy attitude to the manipulator use of science’s language in opposition to considered low massive and undifferentiated culture. A detailed reflection on such a wider transition in paradigms and its impacts has been argued also by Boaventura de Sousa Santos (2000). He argues that taking into account three key transversal elements of Western societies, is evident what kind of epistemological operation has been worked out in order to establish one pervasive regime of thought. Knowledge, Right and Social powers, have so been reduced by the Neoliberal paradigm into Science, State Right and Liberal policy, affecting the inner variety within and imposing one “truth”.
- 7 According to Carlo Donolo, 1980’s neoliberal cycle created new political formulas addressed to transform institutions into business bodies. In that scenario, European unification carried new concepts into the debate, such as subsidiarity, decentralisation, strategic planning and recovery of frames, in terms sometimes still technocratic, sometimes addressed to consensus building through deliberative policy making (Donolo, 2005). Such a twofold coexisting purpose seems to well correspond to the characteristics of crisis affecting democratic regimes exposed to whether neo-authoritarian or populist drifts (Rosanvallon, 2011).
- 8 Again, according to Donolo, “several public goods cannot be produced without the contribution of local or peripheral resources (logic of subsidiarity); several impacts of whether public or private investments have to be negotiated at the local level (mitigation and compromise between central and peripheral interests); several decisions taken at the central level are subject of resistance at the local level (“nimby” syndrome); several public

Cultures are constructed within the relations with institutions and, *vice versa*, identities of institutions are constructed through the relation with social contexts. Such a relation, nowadays, seems to suggest a spreading problem of individualism, anomy and atomization in society which, consequently, impedes the maintenance or the development of communities' systems and therefore compromises effective governance actions⁹. In sum, local contexts can be considered as systems where the sense of social belonging is somehow more strongly connected to political life.

New governance devices in European countries tend to prefer a kind of innovation that appeals to administrative machines and permits them to effectively get in contact with scenarios and normative frameworks characterised by new economic and political bounds and opportunities¹⁰. They are mainly referred to territorial balances and administrative competences in matters of decentralisation and changing relations with supra-local scales, such as regions, nation-states and European Union¹¹. Similarly, on the one hand the vertical subsidiarity is resetting competences and powers and on the other hand the horizontal subsidiarity is proposing new ways of playing such competences and powers. Some of the main over-local directions have been promoting new conceptions of horizontal subsidiarity, intended as new forms of inter-institutional collaboration and partnership by the engagement of public and private subjects. Such a devolution of responsibility is evident

goods cannot be produced without the contribution of private resources, and in some cases they have to provide the regulation of institutional strategies about privatization" (Donolo, 2005, 35).

- 9 "There is the need of territorialising the management in order to treat problems in compliance with specific local situations aiming to make them become a support for collective identity. The anomy is produced by an identity breakdown, by questioning about social links that founds the sense of belonging to a community. Traditional individualised management reinforces anomy, rootlessness feeling and absence of collective references." (de Gaulejac et al., 1995, 60)
- 10 The Aarhus Convention, signed in 1998 with strong impulse of the UNECE (United Nations Economic Commission for Europe), promotes the participation of people into deliberative processes and in 2001 it has been adopted by the permanent Commission of the European Council. Afterwards it has been followed by the "Recommendation of the Committee of Ministers to member states on the participation of citizens in local public life at the local level" and the "White Book" on new governance, issued on the 25th July 2001. Highlighting the importance of citizens' participation, both individuals and organised subjects, consultative forms and dialogue in the policy making stage are clearly recommended. As for social parts (workers and entrepreneurs' associations) there is the obligation to be consulted by the Committee before emitting normative proposals (art. 138 TCE) while as for civil society its consultation is maintained as optional. In 2005, during the 6th Global Forum on "Reinventing Government" organised by Korean Republic in collaboration with UN, the "Declaration on participatory and transparent governance" has been issued.
- 11 The Article 5 of the European Community Treatment (confirmed in the European Constitution) declares that Local Administrations represent the closest Institutions to citizens and subsequently the most able to both interpret and satisfy their needs.

in the growing nuance between public and private dimensions — e.g. the multiplication of volunteer non-profit making associations, NGOs, communitarian enterprises, cooperatives and so on — that imply new coordinating functions within Local Administrations.

As a result, intricate frames that blur previous definitions of State are actually emerging giving space to new networking logics. In this sense, the concept of integration seems to represent a *leitmotiv* of new governance devices. In addition to the proper collaborative planning dimensions, the integration appears to epistemologically refer to matching knowledge and competences, different roles and functions and therefore to the idea of flexible structures capable of re-modulating its *modus operandi*.

Arising from the tension between decentralising and integrating within and between institutions — attested to by numerous actions promoted by European policies — several local administrations have adopted participatory processes with citizens addressed to both recovery and support local realities by means of diverse actions.¹² In order to elaborate and re-elaborate territorial interventions and/or re-formulate new public policies, participatory processes in essence imply many aspects of policy making processes which actually point out different forms of institutionally legitimating policies from one or more public agents (Moro, 2005). Quoting Sintomer and Allegretti (2009), the multiplication of participatory democracy's institutionalised devices are the most significant results of the last two decades institutional imagination. As for public policies, they look for solutions to collective problems or to manage territorial issues of specific interest (Howlett and Ramesh, 1995), i.e. to conceive policies in relation with social practices which assume the form of socio-institutional processes emerging from the rigid frame of the administrative state, by creating (new) social and political links. Whereas pressing non-political groups have unofficially been influencing public decisions for a long time, their direct association with deliberative processes and proliferation of quasi-autonomous inter-administrative bodies and committees, deeply calls into question the current perceived democratic deficit.

The passage from a sort of "abstraction" of politics to a "socialisation" of policies could eventually suggest that bottom-up and network logics implemented through contact with different sectors, is thought of as potentially being able to regenerate not just the relation between institutions and citizens, but also the institutions themselves. By affecting power distribution, new shared projects present a possible way to reconvene on collective senses of belonging and working in the same organisation.

12 Umberto Allegretti argues that participation implicates the interaction among the different levels of local autonomy; horizontal subsidiarity; participation to administrative procedures by stakeholders; direct democracy in its variety (and especially referendums); information and transparency (Allegretti U., 2006).

The potential “seismic function” of participatory processes

Citizens’ participation, intended to be an “ingredient” of democracy, is not a recent principle for democratic political regimes. It assumes the characteristics of political and social phenomenon worldwide with the “participatory wave” involving Latin America at the end of 80s and the beginning of 90s. Though it might be considered simplistic to consider Latin America as a homogeneous context, it was broadly subject to dictatorship regimes that called upon their European colonial heritage. Such a condition used to create a critical background characterised by incomplete reflections on the proper role of the State.¹³ In a different way, the European context was above all required to cope with increasing disaffection with political institutions and both social and economic challenges. Participatory experiences have gradually made some political European sectors very attentive to such devices in order to improve governing functions within rapidly changing scenarios.¹⁴ Mostly in Southern European countries the pressures for renewing administrative machines grappled with Latin-American experiences (Sintomer, Allegretti, 2009). Several times sustained by and integrated with previous participatory experiences, in the last two decades participation has assumed the traits of a proper social and political phenomenon due to some relevant common peculiarities in different contexts, starting from its deliberative character.¹⁵ Referring to participatory processes in terms of collectively reformulating public policies integrating roles and competences¹⁶ and, to some extent, designing the passage from government-and-society to government-

-
- 13 In Brazil, at the beginning of 1980s, some participatory experiences used to be started by mobilized social sectors and political groups exposed against the dictatorship regime. The main involved political party was the PT (Workers’ Party) which decided to include participation as one of the principal points of political reforms. In the middle of 1990s participation turned a very popular issue in connection with the emerging debate about decentralisation and liberalisation of financial Markets.
- 14 European Constitution states in the first issue of the Article 45 that European Union is founded on the representative democracy’s principle. The Article 46 is dedicated to outline the participatory democracy’s principle, designing a clear hierarchy between the two principles.
- 15 The concept of deliberation, in the Anglo-Saxon culture, contains the meanings of both debating and deciding (Elster, 1998). Consequently, through deliberative participatory processes, citizens are actually called to decide with respect to the issues debated. What makes citizens able to decide has represented a controversial point of debate between conception of capable common people in managing public goods and the “homo economicus” idea based in defending personal wills’ defence, whatever situation people are involved in.
- 16 It is not convenient, according to Luigi Bobbio (2006), to discuss about participatory democracy as a form of democracy because it rather represents a family of practices which, to some extent, are close to proper experimentations. Moro (2009) identifies: citizens’ committees, participatory budgets, participatory forums, district laboratories, strategic urban planning, participatory urban interventions, citizens’ juries, participatory projects, etc. Participation has principally to do with the policies formulation’s stage which includes creating agenda, planning and deciding.

-with-society, particular attention will be paid on Participatory Budgets (PB).¹⁷ In this sense, PBs do implicate the proper ways democracies work because, if on the one hand the relations of representative democracies' systems have often assumed a very strict sense of the delegacy dimension, they seem to imply the reformulation of deep democratic mechanisms¹⁸. Whenever PBs aim to involve citizens in deliberative processes on public decisions without substituting political representatives, they could be intended as devices for articulating direct and representative democracies, inducing to a sort of circular subsidiarity, and not necessarily to act to the detriment of the representative democracy's mechanisms (Allegretti, Herzberg, 2004).

Thought of as innovative mechanism promoting commitment of local governments, private sectors and civil society in the allocation of Municipal resources, focusing on PBs deals with two main reasons: the first one is the possibility to deal with a quite characterized phenomenon, i.e. recognizable and potentially comparable worldwide; the second one concerns with the linking points that evolution and development of PBs have had with the promotion of governance's actions in Southern Europe.¹⁹ PBs emphasize as the political as the organisational areas inferring how local governance has to be taken into consideration as a sort of "in-between action making" addressed to make aims sharable among different actors. What happens with involving stakeholders and citizens — whether individuals or associated — is the entering of new subjects in policy making processes that could turn the assembling of social contribution into governing support. Therefore, thinking about the

17 Since the first Brazilian experiments PBs have exponentially grown and spread in Latin America first and more recently also in Europe, Africa and Asia (www.unhabitat.org). Quoting Sintomer and Allegretti, PB was "invented by some agents that did not have very precise ideas who took advantage of the leeway guaranteed by convergent circumstances (democratic movements in Brazil, local finance's reforms, fall of the Berlin's wall and the consequent discredit of the bureaucratic socialism), resulting finally an original, consistent and very functional device. Centred on the municipal investments, it includes on two dimensions. The first is spatial: in each territory priorities are defined and debated within inhabitants. The second is thematic: to each area of sector intervention delegated to the Municipality correspond specific meetings and committees." (Sintomer, Allegretti, 2009, 35).

18 It is here evident the question related to the process of turning society into State which has implied a "significant inverse process of socialization of the State through the development of different forms of participation to political choices, the growth of mass organisations exercising either directly or indirectly a political power [...]. The two processes are well represented by the images of participant citizens and safe citizens, who actually represent in some cases two faces of the same person: the citizen claiming for more safety, via active participation, strengthen the State object of desire for possession and that, in turn, becomes his master" (Bobbio N., 1995, 42)

19 "This methodology is influent in Spain, Italy and Portugal, where it is broadly implemented with local variations and adaptations. It is not present in Germany, France, England and Belgium where it is partially utilized for better representing a source for inspiration." (Sintomer, 2005, 4)

internal modernisation of administrative machine directly implies the “reduction of hierarchical divisions, the modification of traditional accounting budgets’ methods, which are moved towards a management accounting, with budgets divided into headings of products or objectives, the “transversal character” and cooperation among administrations, new human resources management’s methodologies with an increasing individualization of careers (Sintomer, Allegretti, 2009, 71).

Therefore, it becomes essential how PBs are placed inside of the complex administrative machine: which departments or sections, who is supposed to work on it, how are the roles thought through and “distributed” and in which stage they are implemented. Organisational data enlighten the process of designing and managing such devices. The ways new governance processes are symbolically represented and then culturally approached inside of local administrations, assume specific meanings as regards to who politically promotes or who technically manages them. Making such a cultural dimension clear means to set key-information on the ways PBs are conceived and worked out, allowing then to base a deep reading on the symbolical frames structuring the local administrations themselves. Since back office work is then handled not as mere procedures set but as polysemic joint of thoughts-for-actions, it becomes possible and necessary to map such an internal variety. Clustering different cultural patterns concerned with participatory processes holds definitely a twofold objective: implementing current knowledge and implementing the ability to preview effective actions in transformative direction. In this sense, the grounding question is related with the possibility for PBs to play a sort of seismic function with “ordinary administrative modulation”, i.e. what worth of real change is reachable through participation? It also represents a way to cope with the appealing idea of implementing participation without theoretical/methodological instruments on promoting integration of different subjects. Therefore, focusing on the processes means to open the setting for reflection in order to structure effective participatory initiatives. It implies then to deeply think on governing functions, on the changing mandates and then on the “old” and “new” relations moving within local administrations.

Finally, participatory processes are object of interest for the relations set within and with subjects inside and outside the institutions, emphasizing the importance of acknowledging collective ways of symbolically representing and pragmatically managing such devices. The purpose of approaching such a study with a psychosociological perspective on the organisational relations is to read and interpret the ways civil servants relate to transformations that result from participation since their commitment with ordinary situations within transforming environments. Participation is thus intended neither as an independent variable nor an isolated event, but rather as a phenomenon linked to broaden potential changes for local administrations.

Theoretical and methodological hypotheses

The sharing of symbolic representations among individuals referred to a common context is intended as constitutive process of cultural patterns. The concept of culture has been framed by different scientific areas such as anthropology, sociology and psychology. As for the reading of organisational cultural patterns of local administration, psychosociology²⁰ has been particularly productive in theoretical/methodological proposals, grasping some impulses by the sciences of organisations²¹ in the direction of research/action. Local administrations are conceived as organisations with transformative goals because their mission is the governing of societies in transformation through public policies and services. It means to aim to improve the capacity for reading and responding to social demands by optimising resources. Renzo Carli (1981) argues that organisations normally adopt different strategies which finally could correspond to two main groups according to their goals: transformation versus preservation. On the one hand organisations aiming to explore their contexts and on the other hand organisations working out automated strategies. The latter ones are supposed to be executed by specialised technical professionals, in compliance with the hypothesis on the nature of “techno-structure” pushing for a standardized *modus operandi*, as formulated by Mintzberg.²² Strategies for exploration alternatively should permit the reformulation of their own missions.

As far as the organisational dimensions of administrations are concerned, many scholars have stressed the uncontrollable character of these structures, responding to the ideal-type conception of bureaucracy enounced by Max Weber²³. Such a character of uncontrollability has been object of interest in several post-Weber analyses on bureaucratic systems and has been related to some sorts of dysfunctions or latent features — mostly by Robert Merton and Alvin Gouldner²⁴ — or uncertainty fringes (Crozier et Friedberg, 1981). In opposition to the characterisation as a residual dimension of rationality, other scholars did

-
- 20 Among other authors: Barus-Michel et al., 2005; Carli, Paniccia, 1981; Enriquez, 1992.
- 21 Bonazzi classifies some principal scientists of the organisations whose study-areas can be embedded in “organisational sociology”, approaching working and managing through the construction of reading models (Bonazzi, 2002).
- 22 Henry Mintzberg stresses five organisational components: strategic zenith pressing for centralization (i.e. a simpler structure); techno-structure pressing for the standardization of the operative staff (i.e. a mechanic bureaucracy); operative staff reducing the control of the techno-structure and pressing its own professionalization; in-between line pressing towards an increasing autonomy; supporting staff pressing for the collaboration to decision via its competences (Bonazzi, 2002).
- 23 Promoting participatory processes can be read as the result of some sort of disregard existing with transformative goals, i.e. the self-referential tangle of some bureaucratic systems encompassing the definition of effective goals within political interests propagandised as technical procedures.

recognize the importance in grounding the proper organisational structures. Edgar Schein proposed to look at the organisation made up of basic assumptions, arising from different contexts whose organisation's members are part, becoming consequently explicit values and finally artefacts, in compliance with the level of members' "awareness". Karl Weick highlighted the importance of the "sensemaking", i.e. making processes of creating equal to processes of organising.

When psychologists focus on the variably defined latent dimension that grounds the organisations, they choose to draw attention to symbolical dynamics connecting subjects with contexts. The focus on how human relations are symbolically/emotionally constructed allows thinking on unconscious dimension not as a residual of intentional rationality, but rather as fundament of organisational realities. And such a fundament is considered to root all the social interactions (Enriquez, 1983) in accordance with psychoanalytical theories on unconsciousness. Matte Blanco argued that it is necessary to deepen this issue in terms of twofold logics constantly and tensely working together in order to support actions.²⁵ It is methodologically applied through working with a double level: the "institutional" — representing the modality of the symbolic dimensions working with external and internal relations (including the relations with counselors or researchers)²⁶ — and the (proper) "organisational" — concerned with goals by presenting their limits and deficiencies and by reporting causes which result from inadequate behaviours. Their interaction explains how symbolical/emotional dynamics work within transformative systems (Carli, 1981).

-
- 24 Merton is traditionally classified as "soft" functionalist and he discusses the contradictions of Weber's model highlighting professionalised incapacity to adapt to transformations and conformist attitudes. Gouldner points out that the problems discussed by Merton have effects not only within organisations, but also in the wider social contexts. He abandons the idea of a unique explicatory model on bureaucratic phenomena in order to approach contextual exigencies with varying professional competences (Bonazzi, 2002).
- 25 What has been formulated by psychoanalysis (Freud, 2000) can be observed through the perspective of Ignacio Matte Blanco in terms of two co-existent modes of the human mind (bi-logical system): on the one hand the homogeneous mode and, on the other hand, the heterogeneous mode. His theoretical contribute is centred on the opportunity to think on psychic reality in terms of relations between symmetric and asymmetric mental dimensions, on the basis of the relation between consciousness as formulated in the first topic by Freud (Blanco, 2000; Blanco, 2005).
- 26 "Organisational models work according to categories, such as true-false and right-wrong, and regulate social relations' establishing towards objectives by differently articulating roles and functions. As for institutional models, they use emotional symbolizations and work according to the unconscious logic, and they regulate motivational dynamics as much as the appliance of the scheme friend-enemy in social relationships" (Carli, Panicia, Lancia, 1988, 20).

The purpose presented in this paper is to identify and categorise organisational/cultural “patterns” of conceiving and behaving in the administrative contexts carrying on participatory processes.²⁷ Such a purpose could be well attained with a methodology worked out by some psychosociologist scholars of Rome, called “ISO Methodology” (Organisational Development Indicators). Tested in numerous cases, this methodology is concerned with detecting critical questions and formulating interpretative hypotheses on cultural patterns in order to facilitate subjects’ comprehension of potential obstacle and individuation of coherent objectives for their contexts. Applied with researching-action purposes, it aims to collect data in order to establish an interactive relation with subjects involved, i.e. the work itself is based on the study and consideration of the constitution of relationships. It synthetically consists of three main steps:

1. Knowing and analysing contexts: to negotiate with clients of the research/action what type of demand sustains the relation, i.e. whether setting the question, grounding the necessity of the researcher or counsellor or identifying possible issues of interest that could be a sort of start-up for the relation. In case of participatory process, the development of such processes could transversally represent a critical issue to be treated in a research/action like that.

The choice of who represents the target of the research, according to each step, is an “interpretative act” of psychosociologist because it is constantly produced by a reflection about the context. By proposing to suspend the actions — as in reference with the ordinary job, as in reference with participatory processes — is possible to introduce and legitimize a setting of reflection and exchange on the cultural patterns emerging by text analysis (Emotional Analysis of the Text by Carli and Paniccia, 2002).²⁸

2. Report: The outcome of text analysis is a graphic representation collecting the most significantly occurring words, in connection one and other, organised in different points of a factorial space. Organised inside of clusters, such words enlighten us about the different modalities the interviewed subjects

27 Petit and Dubois state that “as the influence of psychological factors cannot be ignored, psychosociology of organisations owns very imprecise and unbalanced borders. Nevertheless, though this discipline loses coherence, it gains dynamism even when psychologists must handle with vertiginous diversity of both organisational phenomena and available theoretical instruments”. (Petit, Dubois, 1998, 4)

28 The analysis of the text and widely the analysis of the discourse are traditionally founded on the intended meaning that is wanted to be transmitted, i.e. on the comprehensibility of the intentional message and its coherence. The hypothesis sustaining that communication is an act originating by the unconscious dimension implies that the text holds a symbolical/emotional dimension which can be object of analysis when research is provided of consistent theories and methodologies addressed to that.

have talked about the issue of interest, i.e. how symbolically/emotionally represent it. From that it will be possible to deduce how they approach the context. Cultural patterns can actually be meant as coherent groups of symbolical/emotional representations in relation one and other to construct the whole culture of the case-study, i.e. the relation among the clusters, explains the so defined local culture.²⁹

3. *Sharing feedbacks*: The EAT's outcome concerns with interpretative hypotheses on the cultural patterns constituting local culture. It implies the necessary negotiation of such interpretative outcomes with subjects involved in the research/action in order to verify their significance and worth. This final stage aims to produce new complementary knowledge about the context in relation with the issue examined and it owns the active purpose to get "scientific knowledge" available for contexts' development. Such a process is psychologically based on the hypothesis that by implementing knowledge on their own modes of approaching reality, subjects are enabled to be aware of individual and social attitudes in relation with the context itself, enabling them to organise goals with a broader and deeper perspective.

Conclusions

New governance devices actually represent "polysemic" phenomena. It means that each context dialectally embodies and produces different meanings and practices in compliance with pragmatic, social and cultural instances. Cultural patterns express how individuals — in this proposal, specifically civil servants — manage with what surrounds them and is implied by means of such devices. Participatory processes represent political and administrative devices able to organise and re-organise working relations, emphasizing how new governance actions, in their large variety and diversity, could seismically play strategic roles for renewing Institutions and political life.

In order to avoid strictly technical processes frequently associated with bureaucratic systems, i.e. the conception of classifying realities as if they were "containing-objects" instead of interactive contexts (Grasso, Salvatore, 1997), it is necessary to get to what has been already pondered over and open it to what is still thinkable. Such a "creative" process passes through the creation of interlocutory relations with the subjects acting within realities in order to improve resource-based aspects of their work.

29 It is intended as the sharing symbolical/emotional representations through which civil servants perceive, live and use resources for their objectives through establishing social relations. Thus, it characterizes social groups without necessarily focusing on individual contributions, but rather grasping in those contributions in order to propose collective modes of approaching reality (Carli, Paniccia, 2002).

Finally, such a proposal aspires to deepen the study, analysis and qualitative knowledge about cultural patterns organising the internal management of new governance devices in order to detect questions, formulate hypotheses and negotiate interpretations with administrative staff. In light of this, the research/intervention cannot predict expected outcomes, but rather encourage returning feedback processes aimed to contingently mark some key indicators for the development of organisational systems through citizens' participation. Such a purpose assumes a special importance for current social complexity demanding new *modus operandi* concerning new competences, functions and powers of local and trans-local governments.

Bibliographical references

- Allegretti, Giovanni; Herzberg, Carsten (2004), *El "Retorno de Lascarabelas". Los Presupuestos Participativos de America Latina en el Contexto Europeo*, Transnational Institute, FIM (Fundacion Investigaciones Marxistas), 5.
- Allegretti, Umberto (2006), "Basi giuridiche della democrazia partecipativa in Italia: alcuni orientamenti", in *Democrazia e diritto*, n.3 .
- Barus-Michel, Jean; Enriquez, Eugene; Lévy André (2005) (a cura di), *Dizionario di psicosociologia*, Raffaello Cortina Editore, Milano.
- Blanco, Ignacio Matte (2000/1975), *L'Inconscio Come Insieme Infiniti. Saggio Sulla Bi-Logica*, trad. it. Torino, Einaudi.
- Blanco, Ignacio Matte (2005), *Pensare Sentire Essere. Riflessioni Cliniche Sull'Antinomia Fondamentale dell'Uomo e del Mondo*, Torino, Einaudi.
- Bobbio, Luigi (2006), "Dilemmi della democrazia partecipativa", in *Democrazia e Diritto*, 4.
- Bobbio, Norberto (1995), *Stato, Governo, Società*, Torino, Einaudi.
- Bonazzi, Gisueppe (2002), *Come Studiare le Organizzazioni*, Bologna, Il Mulino.
- Carli, Renzo (1996), "Lo psicologo clinico e le organizzazioni. I suoi committenti, i suoi utenti. Obiettivi e verifica dell'intervento", *Rivista di Psicologia Clinica*, 3.
- Carli, Renzo; Paniccchia, Rosa Maria (1981), *Psicosociologia Delle Organizzazioni e Delle Istituzioni*, Bologna, Il Mulino.
- Carli, Renzo; Paniccchia, Rosa Maria (2002), *L'Analisi Emozionale del Testo. Uno Strumento Psicologico per Leggere Testi e Discorsi*, Milano, Franco Angeli.
- Carli, Renzo; Paniccchia, Rosa Maria (2003), *L'Analisi della Domanda. Teoria e Tecnica dell'Intervento in Psicologia Clinica*, Bologna, Il Mulino,
- Carli, Renzo; Paniccchia, Rosa Maria; Lancia, Franco (1988), *Il Gruppo in Psicologia Clinica*, Roma, NIS.
- Cognetti, Francesca; Cottino, Paolo (2009), *Partecipazione Oltre la Parola. Quando Esperienze nel Mondo si Confrontano*, Milano, ICEI GEO.
- Michel Crozier, Michel; Friedberg, Erhard (1981/1977), *L'Acteur et le Système*, Lonrai, éditions du Seuil.

- De Gaulejac, Vincent; Bonetti, Michel; Fraisse, Jean (1995), *L'Ingénierie Sociale*, Paris, Syros.
- Donolo, Carlo (2005), "Dalle politiche pubbliche alle pratiche sociali nella produzione di beni pubblici? Osservazioni su una nuova generazione di policies", *Stato e Mercato*, 73, pp. 33-65.
- Elster, Jon (1998), *Deliberative Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Enriquez, Eugene (1983), *Dall'Orda allo Stato. Alle Origini del Legame Sociale*, Bologna, Il Mulino.
- Enriquez, Eugene (1992), *L'Organisation en Analyse*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Freud, Sigmund (2005/1970), "L'inconscio", in *Psicologia e Metapsicologia*, trad. it. Roma: GTE Newton.
- Ginsborg, Paul (2006), *La Democrazia che Non C'è*, Torino, Einaudi.
- Grasso, Massimo; Salvatore, Sergio (1997), *Pensiero e Decisionalità. Contributo alla Critica della Prospettiva Individualista in Psicologia*, Milano, Franco Angeli.
- Howlett, Michael; Ramesh, M. (2003), *Come Studiare le Politiche Pubbliche*, Bologna, Il Mulino.
- Mintzberg, Henry (1987), *La Progettazione dell'Organizzazione Aziendale*, Bologna, Il Mulino.
- Moro, Giovanni (2005), *Azione Civica*, Roma, Carocci.
- Moro, Giovanni (2009), "Partecipare a cosa? Per una riconsiderazione del nesso tra democrazia partecipativa e attivismo organizzato dei cittadini in Italia e in Europa", paper presentato al *Convegno della Società Italiana di Scienza Politica*, Roma: Università LUISS, 18 Settembre 2009.
- Normann, R. (2004/1984), *La Gestione Strategica dei Servizi*, trans.it *Service Management: Strategy and Leadership in Service Business*, Etas, Milano.
- Nunes, João Arriscado (1998/1999), "Para além das "duas culturas": tecnociências, tecnoculturas e teoria crítica", *Revista de Ciências Sociais*, 52/53, 15-60.
- Paci, Massimo (2008), *Welfare Locale e Democrazia Partecipativa*, Bologna, Il Mulino.
- Petit, François; Dubois Michel (1998), *Introduction à la Psychosociologie des Organisations*, Paris, Dunod.
- Rosanvallon, Pierre (2011), *Populismo*, Biennale Democrazia, 16/04/2011, Torino.
- Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência*, Porto, Edições Afrontamento.
- Sintomer, Yves (2005), "Los presupuestos participativos en Europa: retos y desafíos", *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, 31 Feb, Caracas.
- Sintomer, Yves; Allegretti, Giovanni (2009), *I Bilanci Partecipativi in Europa. nuove Esperienze Democratiche nel Vecchio Continente*, Roma: Ediesse.
- Snow, Charles Percy (1995), *As Duas Culturas*, trad. Port. Lisboa, Editorial Presença Lisboa.

On imaginal building as an urban substrata

Ana Gonçalves

ICS, University of Lisbon (ana.goncalves@ics.ul.pt)

Abstract

Imaginaries have not only nurtured the entire history of the urban, they have saturated the lexicon ongoing in the everyday life of cities, but also have constituted one of the lines of urban research experiencing nowadays one of the most challenging and suggestive periods of development. However, such subjects took time to shake off the label of a slippery and non-canonical raw material to the extent that they propose the construction of new understandings of the city. Indeed, this focus conceives of the urban as a psycho-socio-ecological arena, unfinished and metamorphic, the effect of a successive chain of daily interactions between tangible and intangible processes and, as such, an irreducible complexity in constant construction and reform. It is this situated and dated entanglement, embedded and transitive (as intrinsically subjugated to space and time), that goes about shaping and moulding the physical and metaphysical figure of the city. This paper serves only as an abbreviated guide through the essential bibliography of the interlinking and overlapping themes related to the (re)production of a city and its urban imaginaries.

Introductory note

Urban imaginaries constitute a new front line in research within the domain of urban cultural studies. While this research realm gained in profile due to the inputs from interdisciplinary theoretical currents like phenomenology, existentialism, situationism, structuralism and psychoanalysis, which served to highlight the interdependence of the material, the sensorial, the psychological and the social as fundamental factors for reflection on cities across the extent of their historical and cultural complexity, only recently such an analytical approach definitively impacted on urban theory. This brief paper highlights and examines the resulting perspective.

Culturalisation, spatialisation and urbanisation of social theories

In carrying out this retrospective examination of the last three decades — a period in which cities have been subject to important centripetal and dilating trends, which only reinforce their position as key-scenarios for contemporary societies, in part fruit of the dissolution of the once preeminent role played by the nation-state in these political and academic arenas (Jameson 1988, 350; Le Galès 1999, 299; Appadurai 2003, 337; Soja 2010, 372) — it may be stated that a contagious and interwoven orientation of the social sciences towards the spatial, the urban, the cultural, and the discursive is very much to the fore. Two movements that singly emerged as from the 1960s, intensified and overlapped after the 1980s, and spread to practically all intellectual debates as from the mid-1990s — termed the cultural, linguistic and discursive turns in urban studies (Hastings 1999; Jacobs 1999; Collins 2000) and the spatial and urban turns in the humanities, the social sciences and the cultural studies (Warf e Arias, 2009; Soja, 2006) — have notably contributed towards these fields of knowledge becoming inherently self-adjusted, where not competitive, as well for the development and the vitality of a mutual domain of scientific practice and research that has been designated as urban cultural studies or the cultural study of cities (Le Galès 1999: 293).

Without an exclusive disciplinary field, the imaginary, symbolic, ideological and identitary issues, which are local and translocal established (and hence simultaneously the roots and the fruits of localisms, regionalisms, nationalisms, cosmopolitanisms) — considered substantial components of the city —, appeal for a multidisciplinary and specific approach. Cross-referencing perspectives and transposing the conceptual borders of anthropology, political science, economics, philosophy, geography, history, linguistics, psychology, semiotics and sociology, beyond the ecumenical scopes of the sciences of language, cultural studies and urban studies, the sphere of urban cultural studies has contributed towards an integrated reading of the specific characteristics of the contemporary city, by emphasizing the relevance of the cultural facet and the imaginary and symbolic orders in construction, organisation, daily experience and meaning of urban spaces. In virtue of this diverse range of inputs, this field of knowledge has been labelled cross-border, multi-purpose, multidisciplinary and pluri-paradigmatic and pointed out as such as innovative as it is redundant, as dynamic as it is unstable and as circumscribed as it is numerous.

Consequently, the spatial and cultural imperatives, operating as intersecting axes of inquiry and analysis of the everyday experience of the city, have contributed towards fragmenting the sole topic of space that is nowadays deemed multidimensional and poly-locative — geometric, anthropological (Certeau 1990[1980]), physical, mental, social (Soja 1989), absolute, relative, relational

(Harvey 1973), conceptual, perceptual, experiential (Lefebvre 1974); linguistic, statistical, cartographic, pictorial, photographic, cinematic, fictional, sculptural, sonic, performative, etcetera — and to the usually designated as the culturalisation of analysis (Soja 1999) and urban spaces (Le Galès 1999). This phenomenon incorporates just as much reductionism, to the extent it relegates the economic, political, ideological, and social dimensions, as it does a holistic vision given that the cultural, in its systemic integrity, pervades the entirety of social life. It is assumed that there is no truly acultural reality, i.e. there is nowhere one in some way escapes from the particular systems of active and influential culture norms and conventions in any specific moment in any specific place.

It is within this context that, and after all these years, under the asymmetric pulls and pushing of different and divergent trends in thinking — anti-positivism, neo-Marxism, post-structuralism, post-modernism —, the academic focus has converged around the intangible dimension (in the sense of not being immediately available for human sensorial comprehension) of the city, which affects the generality of the psycho-socio-cultural processes that intermediate between the urban subject and their environment. This new orientation enhances the research around the social devices through which it organises and prescribes the operational range of morphemes and emblems that actively participate in the constitution of the urb. This, correspondingly, throws into focus the discursive acts and expressive manifestations and especially those taking place in the public sphere.

Stemming from this perceptible turn towards the binding of the spatial and the cultural, emerged a range of tropes — e.g. cityscapes, urban mindscapes (Soja 2000 e 2006), geographic imagination (Harvey 1990, Gregory 1994), cognitive mapping, spatial figuration (Jameson 1988) —, displaying sensitive affiliations and mutually overlapping, that considerably expand our understanding of the imaginary building of the city and its symbolical manifestations.

The impregnation and immanence of urban imaginaries

Imaginary construction is endemic to human action and as such transversally impregnates societies. Paradoxically, this issue has only later received an oscillating level of theoretical and empirical recognition. The justification fairly derives from its disseminated, polysemic, heterodox and immaterial profile, which is as frequently mentioned as at the origin of both the aversions and the attractions exercised as a motive for scientific thought.

While inherently not a conventional object, the imaginary is omitted or rare in studies through to the transition from the 19th to the 20th century due to how the western philosophic tradition had been built upon a rational dogmatism that propagated iconoclastic distrust, condemning the imaginary order to the subconscious, to the wild, the impulse, the sensorial, the frivolous,

the whimsical, the illusionary, the relative, the manipulable, in order to force its exclusion from the logical routine of knowledge and to consign its input exclusively to the scope of religions, traditions and arts.

Among the authors who have, gradually, engaged in this subject, emerging from diverse disciplinary branches — in particular from the subfields of symbolic anthropology, of philosophy of the mind, of the history of the imaginary, of the psychology of the imagination, and of the sociology of knowledge —, no generic vision prevailed to suitably describe and grasp the multiple facets of the phenomenon. Hence, each author built up a specific approach that resulted in a variety of uses, positions and connotations (negative, neutral, positive) about the relationships between imaginary, symbolic and empirical orders. Thus, the imaginary *ipso facto* has been constituted as an umbrella category, overarching worldviews, representations, images, memories, myths, fictions, fantasies, phantasmagoria, dystopias, utopias. Indeed, this full plethora of mental layers, certainly bound up with materiality, frequently adopts complex cultural forms to unfold, such as arts, rituals, performative and recreational practices.

Although the imaginaries have nurtured the entire history of the urban, as Néstor García Canclini pointed out (1997, 89), have saturated the lexicon ongoing in a city's daily life, as Michel de Certeau underlined (1980[1974], 33), and have constituted one of the urban research approaches that has experienced the most challenging and suggestive development in recent decades, such subjects took time to shake off the label of a slippery and non-canonical raw material to the extent that they propose the construction of new understandings of the city, suggesting the dematerialisation of the urban and uncovering the hidden and unstable subterraneans of spatial subjectivities.

What stands out with the affirmation of urban imaginaries is the idea of cutting with the monolithic, undifferentiated and peremptory vision of the city, which is in some way detectable in earlier speculations on the urban phenomenon: the city was described as a functional holistic system — even if broad, dense and sociologically heterogeneous —, bounded by firm and perceptible borders, generating a characteristic way of life (defined by celerity, anonymity, indifference, civility, sophistication and emancipation), functioning as an entrepot of concrete relationships (of antagonism, sustentation, interchange or alienation) with the country, the nation-state and the outer world, where was implicit an evolutionary linearity (whose aim was gradual civilizational progress), despite the ongoing competition, tumult and social inequalities inherent to such environments.

This conception has in the meanwhile been switched wholesale with its reverse: the urb and its heteronymous multiplicity now refer predominantly to a hypertrophic extension that has gathered density and length due to its own vital course. A major part of current reflections on the city rest upon the observation of some of its more paradoxical aspects, symptoms of

the co-occurrence of contradictory realities, which contribute to perceiving urban centres as *loci* of multitude and solitude, tribalism and atomism, cosmopolitanism and communitarianism, gentrification and suburbanisation, regeneration and degradation, bureaucracy and flexibility, prosperity and precariousness, consumerism and indigence, inclusion and exclusion, solidarity and conflict, civic mobilisation and social segregation, networks of effervescent interaction (whether physical or virtual) and disaffection, eco-militancy and environmental degradation, creativity and standardisation, innovation and patrimonialisation/museofication, grand events and daily routines.

The passage from one variant to another throws the dilemmatic, multifaceted, polysemic and dynamic urban nature into stark relief, which opens the field up to recognition of the interference of visions, rhetoric, semantic, semiotic and semiologic magmas in the elaboration, appropriation and projection of the various possibilities posed by urban agglomerates. The under-theorised and undervalued interfaces between ecological conditions and the everyday practices, urban experience and spatial representation, collective memory and sense of place, individual and social, any of these instances perceived as subordinate to the driving force of history, were displaced from the margins of social theory to become gradually reclaimed by contemporary urban studies.

In practice, this involves conceiving of the city as a psycho-socio-ecological arena, unfinished and metamorphic, the effect of a successive chain of daily interactions between tangible and intangible processes and thereby taking on an irreducible complexity, in constant construction and reform. In summary, the city becomes understood as a plot, ingeniously stitched, day after day, in both voluntary and involuntary fashions, by various urbanites (residents and sporadic or regular users). The city is after all composed of diverse and provisory surfaces, landscapes, buildings, arteries, institutions and individuals, whose gestures, trajectories, contacts, histories are conveyed and transmitted between each other and the desires and the conflicts that pierce each one of them combine to inherently encrypt the space. It is this interwoven, situated and dated network, enacted and transitive (as intrinsically subjugated to space and time), that shapes the physical and the metaphysical figure of the city and in turn this involves recognising it not only as a skeleton of bricks, concrete and tarmac but also home to a kaleidoscope of moods, auras and atmospheres.

As a sliced, incoherent, bubbling, mutating mass of processes and elements, and a superabundance of situations and facts, the city somatically affects individuals, unfurling impressions, giving full wings to imaginations. Physically or reflectively experimenting the miscellany and the cacophony of the volumes, forms, palettes, codes, symbols, signals, noises, rhythms, flows and smells that permeate the urb, city dwellers merge with the features inlaid into the urban landscape, vital components that inhabit and embody the city

to a point whereby the knowledge held about the city becomes broadly contextual, implied, partial, prone to shortcomings.

Furthermore, the city is sensorially immeasurable and unattainable. Approaching it always implies speculating on the excerpts *in absentia*. Only through the force of the imagination, symbolic management and the processing of the verbal equivalent can the vacuums be filled, the chaos be ordered, and the expanse be countered, simplifying the confusion, summarising the variety and, ultimately, simulating the completed whole. This thus means that the urban imaginary is a panacea for dealing with the extensiveness, the complexity, the contingencies and the nervous rhythms of the city. Hence, this implies the need to suggestively filter, condense and internalise the heritage of the memories of past experiences, the visual, perceptive and direct cognitive operations of daily urban life, the reflected images of local culture. As such, all these imaginaries come from the dynamic enrooting, the overlapping of hodiern and archaeological, factual and fictional, generic and intimate layers, and they are subject to the new possibilities for modelling and meaning and therefore equally subject to contestation and controversy. Indeed, it is crucial to recognise that visions of the city, as composite, are neither uniform nor complementary nor even necessarily compatible.

The urban imaginary refers precisely to mental, cognitive, aesthetic and affective maps that operate in the plurality of modes of being urban. In short, it refers to “the interpretative grids through which we think about, experience, evaluate, and decide to act in the places, spaces, and communities in which we live” (Soja 2000, 324). The concept is frequently put forward in the plural – the urban imaginaries – not only due to its processual, chameleonic and perishable formation, but through the negation of an essential, unique, exclusive, and uncontroversial mould.

Finally, the fabrication of imaginaries (and the geo-symbols that foster them) is no soothing operation, no free-exchange on a clean slate. On the contrary, it assumes some symbolic violence, legacies, sovereignties and it is commonly submitted to control. Authorities, markets, the media and audiences cultivate, underestimate or censure clichés about the city. As a consequence of this sieving, currents of thinking enter into the mainstream, horizons of meaning are trivialised, reiterating symbols and lexicons anchored in the core of a recognisable and distinctive local semantic that integrates, disintegrates, reintegrates the urban space, but which, above all, socially differentiates, categorises and codifies the flesh and stone amalgam that forms the city, and prescribes the lexicon, the mythemes, and the territorial markers in effect in any particular specific period in time.

Concluding note

In 1925, one of the renowned figures in the Chicago School, Robert Park, defined the city as a “state of mind” (1967[1925], 1), giving rise to an inexhaustible seam of urban dematerialisation. From this perspective, the city is above all else a multifaceted abstraction that is deified through a set of different representations, whether in harmony or in conflict. Such mental images circulate in the daily urban life throughout the most varied of circuits and to this end adopting multiple genres and configurations: city postcards, slang and street talk, tourism slogans, commemorative ceremonies, songs.

It was precisely with the objective of following in the wake of this other city, that is neither specific nor exclusive to the buildings and lines of communication and circulation of peoples and goods, conglomerates of residential units, with borders and limits with eventually different variables of acquiescence or non-determination, that I proposed this brief examination.

Bibliographical references

- Appadurai, Arjun (2003), “Sovereignty without territoriality: notes for a postnational geography”, in *The Anthropology of Space and Place. Locating Culture*, org. Setha M. Low e Denise Lawrence-Zúñiga, Malden, Oxford e Victoria: Blackwell Publishing, pp. 337-349.
- Canclini, Néstor García (1997), *Imaginarios Urbanos*, Buenos Aires, Editorial Universitaria de Buenos Aires.
- Certeau, Michel de (1980 [1974]), “L’imaginaire de la ville”, in *Culture au Pluriel*. Paris, Christian Bourgois Éditeur, pp.33-46.
- Certeau, Michel de (1990 [1980]), “Marches dans la ville”, in *L’Invention du Quotidien, I: Arts de Faire*, Paris, Éditions Gallimard, pp.139-164.
- Collins, Chick (2000), “Developing the linguistic turn in urban studies: Language, context and political economy”, *Urban Studies*, 37(11), pp. 2027-2043.
- Gregory, Derek (1994), *Geographical Imaginations*, Oxford, Blackwell Publishing.
- Harvey, David (1973), *Social Justice and the City*, Londres, Edward Arnold.
- Harvey, David (1990), “Between space and time: reflections on the geographical imagination”, *Annals of the Association of American Geographers*, 80(3), pp.418-434.
- Hastings, Annette (1999), “Discourse and urban change: introduction to the special issue”, *Urban Studies*, 36(1), pp: 7-12.
- Jacobs, Keith (1999), “Key themes and future prospects: conclusion to the special issue”, *Urban Studies*, 36(1), pp: 203-213.
- Jameson, Fredric (1988), “Cognitive mapping”, in *Marxism and the Interpretation of Culture*, orgs. Cary Nelson e Lawrence Grossberg, Urbana e Chicago, University of Illinois Press, pp: 347-357.

- Le Galès, Patrick (1999), "Is political economy still relevant to study the culturalization of cities?", *European Urban and Regional Studies*, 6(4), pp: 293-302.
- Lefebvre, Henri (1974), *La Production de l'Espace*, Paris, Éditions Anthropos.
- Park, Robert Ezra. 1967(1925). "The city: suggestions for the investigation of human behavior in the urban environment", in *The City*, orgs. Robert Ezra Park e Ernest Watson Burgess, Chicago, The Chicago University Press, pp: 1-46.
- Soja, Edward W (1989), *Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory*, Londres, Verso.
- Soja, Edward W. (1999), "In different spaces: the cultural turn in urban and regional political economy", *European Planning Studies*, 7(1), pp: 65-75.
- Soja, Edward W. (2000), *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*, Malden, Oxford e Victoria, Blackwell Publishing.
- Soja, Edward W. (2006), "Foreword: Cityscapes as cityspaces", in *Urban Space and Cityscapes. Perspectives from Modern and Contemporary Culture*, org. Christoph Lindner, Nova Iorque, Routledge, XV-XVIII.
- Soja, Edward W. (2010), "Cities and states in geohistory", *Theory and Society*, 39, pp: 361-376.
- Warf, Barney, e Santa Arias, orgs. (2009), *The Spatial Turn: Interdisciplinary Perspectives*, Londres e Nova Iorque, Routledge.